



**O IMAGINÁRIO DA ÁGUA DO ESTUÁRIO
DO TEJO NA CONCEÇÃO DA PAISAGEM**

[*reinvenção da Quinta Braamcamp no Barreiro*]

Juliana Isabel Carapuça Maltez Batista
[Licenciada]

**Dissertação/Projeto para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura**

Orientadores Científicos

Professora Doutora Arq.^a Ana Marta das Neves
Santos Feliciano

Professor Doutor Arq.^o António Miguel Neves
da Silva Santos Leite

Júri

Presidente: Doutor Arq.^o Ricardo Jorge Fernandes
da Silva Pinto

Vogal: Doutor Arq.^o Miguel Calado Baptista
Bastos

Lisboa, Julho de 2017

**O IMAGINÁRIO DA ÁGUA DO ESTUÁRIO
DO TEJO NA CONCEÇÃO DA PAISAGEM**

[*reinvenção da Quinta Braamcamp no Barreiro*]

Juliana Isabel Carapuça Maltez Batista
[Licenciada]

**Dissertação/Projeto para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura**

Orientadores Científicos

Professora Doutora Arq.^a Ana Marta das Neves
Santos Feliciano

Professor Doutor Arq.^o António Miguel Neves
da Silva Santos Leite

Júri

Presidente: Doutor Arq.^o Ricardo Jorge Fernandes
da Silva Pinto

Vogal: Doutor Arq.^o Miguel Calado Baptista
Bastos

Lisboa, Julho de 2017

Este documento foi regido segundo o atual Acordo Ortográfico.

RESUMO

Título
O imaginário da água do estuário do Tejo na conceção da paisagem

Subtítulo
Reinvenção da Quinta Braamcamp no Barreiro

Autor
Juliana Isabel Carapuça Maltez Batista

Orientadores científicos
Prof. Doutora Arq.^a
Ana Marta das Neves
Santos Feliciano

Prof. Doutor Arq.^o
António Miguel Neves
da Silva Santos Leite

**Mestrado Integrado em
Arquitetura**

FAUL

Lisboa, Julho de 2017

A Quinta Braamcamp, na orla ribeirinha noroeste do Barreiro, é um complexo rural, em pleno contexto urbano, cuja atividade industrial cessou recentemente. Destaca-se como um lugar singular, pertencente a um território testemunho de um conjunto de ocupações, no qual residem infinitas memórias e fragmentos de atividades ribeirinhas, tais como: a moageira, a piscatória, a industrial e os desportos náuticos.

A escolha deste território surgiu da vontade de encontrar um lugar oportuno de reabilitação, e que tal se justificasse pelo seu carácter identitário – neste caso, em contexto de permanente dualidade entre a terra e a água. De um modo prático, trata-se de uma reinterpretação contemporânea de um lugar esquecido, que julga proporcionar uma nova valorização urbana e sociocultural diante das suas qualidades paisagísticas.

Pretende-se conceber um sistema de suporte a um Parque Natural, que trace novas vivências, num lugar outrora dinamizado pelas gentes ribeirinhas. A composição projetual procura implantar diversificadas valências programáticas – de carácter ambiental, educacional, cultural, desportivo e turístico – conectadas entre si, delineando um percurso pela paisagem de água. Fundamenta-se assim o interesse pela exploração teórica do carácter sensitivo da água e do seu imaginário, enquanto intervenientes da conceção paisagística.

A definição urbana e arquitetónica do lugar ambiciona devolver o estuário do rio Tejo à cidade contemporânea e, assim, criar um diálogo entre a paisagem, a arquitetura e o homem, mediante a requalificação e reinvenção da margem ribeirinha da cidade do Barreiro.

PALAVRAS-CHAVE

Água | Alburrica | Imaginário | Paisagem | Quinta Braamcamp

This document was written under the current Portuguese Orthographic Agreement.

ABSTRACT

Title
The imaginary of water
from Tejo estuary in
landscape conception

Subtitle
Reinventing da Quinta
Braamcamp in Barreiro

Author
Juliana Isabel Carapuça
Maltez Batista

Guiding scientific
Doctor Architect Ana
Marta das Neves Santos
Feliciano

Doctor Architect
António Miguel Neves
da Silva Santos Leite

Master in Architecture

FAUL

Lisbon, July 2017

Quinta Braamcamp, on the northwest bank of Barreiro, is a rural complex in the middle of an urban context. Its industrial activity has recently ceased. It stands out as a unique place, having witnessed a set of occupations, endless memories and a diversity of activities, such as: milling, fishing, industrial and nautical sports.

The territory choice arose from the desire to find an opportune place of rehabilitation, justifiable by its identity character, in context of permanent duality between land and water. In a practical way, this is a contemporary reinterpretation of a forgotten place, which is thought to provide a new urban and socio-cultural value to its landscape qualities.

It is intended to design a support system for a Natural Park, which will draw new experiences in a place formerly invigorated by the riverside people. The project's composition tries to introduce a diversified programmatic values – environmental, educational, cultural, sports and tourists – connected within each other, outlining a journey throughout the water landscape. It is based, therefore, in the interest on the theoretical exploration of the sensitive character of the water and its imaginary, as intervenients of the landscape design.

The urban and architectural definition of the place aspires to return the estuary of the Tejo river to the contemporary city by creating a dialogue between landscape, architecture and man, through a requalification and reinvention of Barreiro's city river bank.

KEYWORDS

Water | Alburrica | Imaginary | Landscape | Quinta Braamcamp

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmão

pela possibilidade, disponibilidade e confiança que me deram, sem vocês seria impossível. Ao meu pai pela cooperação quando necessária, à minha mãe pela capacidade de acreditar em mim e de mostrar-me que seria capaz, e ao meu irmão pela disponibilidade em ajudar-me.

Aos meus orientadores,

primeiro porque aceitaram integrar este percurso, sempre de forma interessada, entusiasta e motivadora. Pela transmissão de todo o conhecimento e disponibilidade.

Aos profissionais,

com quem me cruzei e que se disponibilizaram a ajudar-me, em especial ao Dr. Fernando da Motta e ao Arquiteto Luís Araújo, ambos funcionários da Câmara Municipal do Barreiro. Bem como à Arquiteta Maria Eugénia de Jesus Santos e ao Professor Vítor Barros.

À Joana e ao Rodolfo,

que foram os meus companheiros de “horas apertadas” e, sem dúvida, o melhor de todo o percurso académico, sem vocês não seria o mesmo. Não menos importantes, os restantes elementos da ‘Ala Sul’: à Carolina, à Diana e à Rafaela.

Aos familiares, amigos e colegas,

que sempre se disponibilizaram a ouvir-me, ajudar-me e a acreditarem em mim, em especial à Alexandra, à Ângela, à Inês, à Maria, à Mariana e à Inês.

E por fim, ao Alexandre,

primeiro por me ter apresentado este magnífico lugar, a Quinta Braamcamp, e por efetivamente, daí por diante, ter-me acompanhado neste percurso. Pelo conforto emocional, incentivo e confiança.

ÍNDICE

RESUMO	
ABSTRACT	
ÍNDICE	
ÍNDICE DE IMAGENS	
I. Introdução	001
1.1. OBJETO E OBJETIVOS	002
1.2. METODOLOGIA	004
1.3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA	006
II. O imaginário da água <i>[na conceção da paisagem]</i>	009
2.1. A ÁGUA E O SEU IMAGINÁRIO	012
O arquétipo: os quatro elementos primordiais	012
O elemento: a água material	015
A imaginação: o imaginário da água	016
A poesia: a poética da água	021
A configuração e a arquitetura: a água como modeladora de espaço	022
2.2. A PAISAGEM E A SUA CONCEÇÃO	024
O conceito de paisagem	025
Habitar a paisagem	028
A conceção da paisagem	031
III. O território <i>[das margens do estuário do Tejo]</i>	033
3.1. A HISTÓRIA E A MORFOLOGIA DO ESTUÁRIO DO TEJO	036
O rio Tejo e a cidade de Lisboa	036
O rio Tejo e o seu estuário	042
A atividade portuária: a navegabilidade do rio	048
3.2. O PATRIMÓNIO NAS FRENTES RIBEIRINHAS DO EST. DO TEJO	052
3.3. OS MOINHOS DE MARÉ: UM DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS	058
Os moinhos de maré: património arquitetónico e industrial	058
A moagem na Margem Sul do estuário do Tejo	064
A moagem no Barreiro	066
3.4. ALBURRICA-MEXILHOEIRO: UM CONJUNTO PATRIMONIAL	070
Contextualização histórica	070
O Antepiano de Urbanização da vila do Barreiro de 1957	077
Reconhecimento paisagístico e patrimonial	084
Os moinhos em Alburrica-Mexilhoeiro: os elementos iconográficos do Barreiro	090
A intervenção paisagística em Alburrica: os passadiços	094
A atividade desportiva: os desportos náuticos no rio	096

IV. O lugar	<i>[da Quinta Braamcamp]</i>	099
4.1.	A LEITURA HISTÓRICA: [o percurso histórico do lugar]	104
	A moagem: o Moinho de maré Braamcamp e o Moinho de vento do Barão do Sobral	104
	A Indústria Corticeira da família Reynolds	112
	O estado atual: a aquisição por parte da CMB	118
4.2.	A LEITURA DO SENTIDO: [a identidade e a memória do lugar]	120
	O sentido do lugar	120
	O fenómeno de <i>villeggiatura</i> : As Quintas de Recreio	122
4.3.	A LEITURA FORMAL: [o edificado e a paisagem do lugar]	126
	A estrutura edificada: as ruínas	127
	A estrutura natural: a fauna e a flora	134
V. Os casos de referência		139
5.1.	RECONVERSÃO DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	142
	Centro de Visitantes – Reabilitação do Moinho de Mareas “El Pintado”	142
	Complexo Habitacional e Turístico – Reabilitação do Convento das Bernardas	148
5.2.	PROJETOS CONTEMPORÂNEOS	156
	River and Rowing Museum	156
	Hotel Makenna Resort	160
VI. A proposta	<i>[de reinvenção da Quinta Braamcamp]</i>	167
6.1.	AS PREMISSAS PROGRAMÁTICAS	170
6.2.	AS PREMISSAS CONCEPTUAIS	172
	A memória dos moinhos	173
	A memória palafítica	175
	A permeabilidade	177
	A horizontalidade	177
6.3.	O PROJETO	178
	O núcleo preexistente	179
	O núcleo novo: Hotel e Spa	179
VII. Considerações finais		191
VIII. Fontes Documentais		197
IX. Anexos		205

ÍNDICE DE IMAGENS

Capa

O imaginário da água do estuário do Tejo. Reinvenção da Quinta Braamcamp no Barreiro.

Imagem produzida pela autora, 2017.

II. O imaginário da água

1. Vista para o Oceano Atlântico a partir da Ermida da memória, no Cabo Espichel. Fotografia da autora, 2016.
2. Lisboa no cais da memória. Fotografia de Eduardo Gageiro, entre 1957-1974.
In <http://fotos.sapo.pt/biclaranja/pic/00090a6b>
3. Cais, Barreiro. Autor desconhecido, s.d.
In Arquivo Municipal de Lisboa.
4. A obra “*Melancholy*” de Edvard Munch, 1894-1895.
In https://alaskabibleteacher.files.wordpress.com/2012/03/munch_opera_la_malinconia.jpg
5. Enquadramento paisagístico Alburrica-Mexilhoeiro. Fotografia da autora, 2016.
6. Habitar a paisagem – Cais no Barreiro, Avenida da Praia. Fotografia da autora, 2017.
7. Relação entre a água e a areia, onde a terra quer ser água e a água quer ser terra. Fotografia da autora, 2017.

III. O território

8. *Compreendendo a principal parte do Tejo adjacente à sua foz.* Carta Corográfica dos terrenos em volta de Lisboa do século XIX.
In Centro de Cartografia FA-UL.
9. *Vista de Lisboa no século XVI, segundo o THEATRUM URBIUM de J. Braunio.*
In Biblioteca Nacional digital: <http://purl.pt/1514/3/>
10. O estuário e a Capital – vista a partir do miradouro do Cristo Rei em Almada. Fotografia da autora, 2016.
11. Plano Hidrográfico do Porto de Lisboa, 1932. Levantado pelos oficiais em serviço na Missão Hidrográfica da Costa de Portugal, 1930 a 1932.
In Centro de Cartografia FA-UL.
12. Plano Hidrográfico do Porto de Lisboa, 1964 -1968. Levantado pelos oficiais em serviço na Missão Hidrográfica do Continente e Ilhas Adjacentes.
In Centro de Cartografia FA-UL.
13. Identificação das diferentes zonas morfológicas do estuário do rio Tejo.
Imagem reproduzida pela autora, 2016.
14. Batimetria do estuário do rio Tejo, onde é possível observar as diferentes profundidades que o compõe. Escala 150 000.
Imagem reproduzida pela autora, 2016.
15. *O rio Tejo nos anos 50.*

- In *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º1. II Série. Junho de 1989.
Barreiro: Editor Augusto Pereira Viegas. P. 37.
- 16.** Praia do Barreiro. Autor desconhecido, 1905.
In Arquivo Municipal de Lisboa.
- 17.** Varinas, Tejo e Alfama, entre os anos 30 e 50 no Cais da Ribeira. Autor desconhecido.
In <http://memoriasimagens.blogspot.pt/2012/06/varinas.html>
- 18.** Varina à beira do Tejo. Autor desconhecido, s.d.
In Arquivo Fotográfico Barreiro Web:
<http://barreiroweb.com/foto/arquivo-historico/locais-do-barreiro/evora/>
- 19.** O barco Évora e banhistas na praia Mercantil. Autor desconhecido, 1978.
In Arquivo Municipal de Lisboa.
- 20.** Banhistas na praia fluvial de Alburrica.
Fotografia da autora, 2016.
- 21.** Relação da cidade lisboeta com o Tejo e a Margem Sul. Vista a partir do Terraço do Palácio da Justiça de Lisboa.
Fotografia da autora, 2016.
- 22.** Vista sobre o Tejo e Lisboa durante a travessia fluvial. Fotografia da autora, 2016.
- 23.** A comporta e as dez arcadas do Moinho de maré Braamcamp no Barreiro.
Fotografia da autora, 2016.
- 24.** Alçado virado para o rio do Moinho de maré Braamcamp no Barreiro.
Fotografia da autora, 2016.
- 25.** Almofariz de pedra com pilão de madeira.
In *Moinhos de maré – Património industrial*. Maria Eugénia de Jesus Santos. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Reabilitação da arquitectura e núcleos urbanos. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. 2001, p.8.
- 26.** À esquerda, mó manual com segurelha. À direita mó manual com urreio.
Ibidem, p.17.
- 27.** Atafona de Leonardo Ramelli, 1620.
Ibidem, p.22.
- 28.** Atafona de S. Miguel.
Ibidem, p. 22.
- 29.** Esquematização do funcionamento de um moinho de maré.
Imagem produzida pela autora, 2016.
- 30.** Esquematização das cinco tipologias de um moinho de maré.

Imagem produzida por Maria Eugénia Santos.

In *Moinhos de maré – Património industrial*. Maria Eugénia de Jesus Santos. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Reabilitação da arquitectura e núcleos urbanos. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. 2001, p.107.

- 31.** Identificação dos moinhos de maré nas margens do estuário do Tejo. Esc. 1:150 000. Imagem reproduzida pela autora, 2016.
- 32.** Vista Panorâmica da Alburrica-Mexilhoeiro. Fotografia de Augusto Cabrita, s.d. In *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º3. I Série. Dezembro de 1985. Barreiro: Editor Augusto Pereira Valegas. P. 11.
- 33.** Vista Panorâmica da Alburrica-Mexilhoeiro. Fotografia da autora, em 2016.
- 34.** Orla noroeste da cidade do Barreiro: Alburrica e Ponta do Mexilhoeiro. In *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º3. I Série. Dezembro de 1985. Barreiro: Editor Augusto Pereira Valegas. P. 13.
- 35.** Planta da faixa de terreno que a Companhia Nacional de Cortiças possui entre a sua fábrica e a ponte do Mexilhoeiro no Barreiro. In Espaço Memória – Arquivo Municipal: <https://patrimoniobarreiro.wordpress.com/publicacoes/artigos/895-2/>
- 36.** Ponte do Mexilhoeiro. Ibidem.
- 37.** Ponte Fluvial dos Caminhos-de-Ferro do Sul. Ibidem.
- 38.** Planta do estaleiro de construção naval, em Alburrica. Encontra-se assinalado a vermelho a plataforma de apoio da Cábreá (guindaste). Ibidem.
- 39.** Descaracterização paisagística e alterações bioclimáticas do Barreiro (localidade agrícola e piscatória) devido à indústria química. Autor desconhecido, s.d. Fotografia cedida pelo Espaço Memória – Arquivo Municipal.
- 40.** Vista aérea da cidade do Barreiro, em 1984. Ibidem.
- 41.** Secção n.º 442 da Carta Militar do Instituto Geográfico do Exército Português, 1940. Idem.
- 42.** Planta de trabalho do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957, com a identificação dos núcleos residenciais propostos. Incluí ainda, em sobreposição, a Planta do Plano de Pormenor do núcleo “A” (proposta da nova localização do Estádio Desportivo Barreirense). Ibidem.

43. Moinho de Maré Grande e a sua respetiva caldeira, com a Serra da Arrábida como pano de fundo. Fotografia da autora, 2016.
44. Pontes pedonais, Moinho de Maré Pequeno e a sua respetiva caldeira. E ainda, o Moinho de Vento Gigante. Fotografia da autora, 2016.
45. Relação entre a caldeira do Moinho de Maré Pequeno e a Quinta Braamcamp. Fotografia da autora, 2016.
46. Vista sobre a caldeira do Moinho de Maré Braamcamp, ao fundo a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Autor desconhecido, s.d.
In Arquivo Municipal de Lisboa.
47. Cais da Sociedade Granuladora de Cortiça, ao fundo, a Escola Secundária Alfredo da Silva. Autor desconhecido, s.d.
Ibidem.
48. Abrigos de autoconstrução pertencente à população piscatória, junto à Ponta do Mexilhoeiro. Autor desconhecido, s.d.
Ibidem.
49. Conjunto de moinhos eólicos em Alburrica: Gigante, Poente e Nascente. Fotografia da autora, 2016.
50. Enquadramento paisagístico de Alburrica. Fotografia da autora, 2016.
51. Moinho de maré do Cabo de Pero Moço. Fotografia da autora, 2016.
52. Moinho de maré Grande. Fotografia da autora, 2016.
53. Moinho de maré Pequeno. Fotografia da autora, 2016.
54. Intervenção paisagística em Alburrica – passadiços. Fotografia da autora, 2016.
55. Apropriação dos passadiços. Fotografia da autora, 2016.
56. Passadiço intermédio, junto ao Moinho de maré Grande. Fotografia da autora, 2016.
57. *Jogos Juvenis do Barreiro*. Prova de natação no rio Tejo, frente “à jangada” do Clube Naval Barreirense. Autor desconhecido, 1964.
Fotografia cedida pelo Espaço Memória – Arquivo Municipal.
58. Prova de natação no Barreiro, a partir de um moinho. Autor desconhecido, anos 60.
In *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º2. III Série. Novembro de 1993. Barreiro: Editor Augusto Pereira Viegas. P. 46.
59. Primeiro Posto Náutico: Praia Norte do Barreiro. Autor desconhecido, s.d.
In *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º4. I Série. Outubro de 1986. Barreiro: Editor Augusto Pereira Viegas. P. 25.
60. Crianças brincando no Tejo e no Posto Náutico do Clube Naval Barreirense. Autor desconhecido, 1926.
Ibidem, p.27.
61. Festa do 1.º aniversário do Clube Naval Barreirense. Autor desconhecido, 20 de junho de 1926. Ibidem, p.27.

IV. O lugar

- 62.** Vista panorâmica da quinta Braamcamp durante a travessia fluvial do Tejo Lisboa-Barreiro. Fotografia da autora, 2016.
- 63.** *As questões da moagem no Barreiro na 1ª metade do século XIX e o moinho Gigante do Barão do Sobral* – Título de um artigo da revista “Um Olhar sobre o Barreiro”.
In *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º4. I Série. Outubro de 1986. Barreiro: Editor Augusto Pereira Viegas. P. 7.
- 64.** Partida do carregamento de cortiça da Quinta Braamcamp, em segundo plano, o Moinho de maré Braamcamp. Autor desconhecido, 1935.
Fotografia cedida pelo Espaço Memória – Arquivo Municipal.
- 65.** Fábrica de Cortiça e Moinho de maré Braamcamp. Autor desconhecido, 1980.
Ibidem.
- 66.** Moinho de maré Braamcamp possante de 10 moendas, o maior do Tejo. Fotografia da autora, 2016.
- 67.** A comporta do Moinho de maré Braamcamp. Fotografia da autora, 2016.
- 68.** Reconstituição da estrutura mecânica e arquitetónica do Moinho de maré Braamcamp – fotografias e parcela do alçado e corte construtivo.
Imagens produzidas pela autora, 2016.
- 69.** Moinho de Burgh-le-Mansh, Lincolnshire. Muito semelhante ao moinho do Barão do Sobral. Cinco andares com cabo de leme, velame de orientação dos ventos (fantil) e velas de persianas articuladas e reguláveis (The Wind Yesterday and Today, p.27.)
In *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º4. I Série. Outubro de 1986. Barreiro: Editor Augusto Pereira Viegas. P. 10.
- 70.** Alçado/corte do moinho de vento do Barão do Sobral do Barreiro.
Ibidem, p.9.
- 71.** Exemplo de moinho eólico acoplado a moinho de maré: Moinho de Dunderque. Finais do século XVII, in Belidor. *Architecture Hydraulique*. Paris, 1782.
Ibidem, p.10.
- 72.** Thomas, John e Robert Reynolds (netos do primogénito Thomas W. Reynolds Johnson) em 1886.
Fotografia cedida pelo Espaço Memória - Arquivo Municipal.
- 73.** *Sea of Cork* -Deposito de cortiça da Quinta Braamcamp. Em segundo plano, o Clube Naval Barreirense – Barreiro. Autor desconhecido, 1935.
Ibidem.
- 74.** Vista para sul da Quinta Braamcamp – área residencial. Autor desconhecido, 1935.
Ibidem.
- 75.** Vista para norte da Quinta Braamcamp – área fabril. Autor desconhecido, 1936.
Ibidem.

- 76. a 78.** Incêndio na Quinta Braamcamp. Autor desconhecido, setembro de 2011.
In BarreiroWeb:
<http://barreiroweb.com/bweb/?p=3561>
- 79.** Desenhos técnicos da embarcação 'Muleta do Tejo', 1887.
In Almada Virtual Museum:
https://almada-virtual-museum.blogspot.pt/2015_11_01_archive.html
- 80.** 'Muleta do Barreiro', óleo sobre tela de João Vaz (1859-1931),
Museu da Marinha, Belém.
Ibidem.
- 81.** Vista aérea sobre a Quinta Braamcamp, com residências e
fábrica de cortiça. Autor desconhecido, 1935.
Fotografia cedida pelo Espaço Memória – Arquivo Municipal.
- 82.** Vista área sobre a Quinta Braamcamp, com Moinho de maré e fábrica de
cortiça. Autor desconhecido, 1980.
Ibidem.
- 83.** Quinta Braamcamp com Lisboa e o estuário como pano de
fundo. Autor desconhecido, 1980.
Ibidem.
- 84.** Quinta Braamcamp durante o processo de descativação da
Fábrica de Cortiça. Autor desconhecido, em 2008.
Ibidem.
- 85.** Esquematização de Ortofotomapa – Análise formal. Sem Escala. Esquema
produzido pela autora, 2017.
- 86.** Planta de localização dos vários núcleos edificados na Quinta
Braamcamp. Escala 1:1500. Esquema produzido pela autora,
2017.
- 87. à 115.** Levantamento fotográfico do local.
Fotografias da autora, entre 2016 e 2017.
- 116.** Sapal – caldeira do moinho grande. Fotografia da autora, 2016.
- 117.** Ave, sapal. Fotografia da autora, 2016.
- 118.** Caniço *Phragmites australis* junto à zona do cais. Ao fundo, zona
de habitações piscatórias. Fotografia da autora, 2016.
- 119.** Vegetação halófila: Prados de *Spartina*; vegetação pioneira
de *Salicornia*; e *Sarcocornetea fruticosi*. Ponta do Mexilhoeiro.
Fotografia da autora, 2016.
- 120.** À esquerda, as ruínas da antiga “casa das tias”; à direita, o
alinhamento de palmeiras. Fotografia da autora, 2016.

121. Alinhamento, por um lado de palmeiras e, por outro, de pinheiros – vista a partir do outro lado da caldeira. Fotografia da autora, 2016.
122. Pinheiros bravos e mansos – nidificação de garças. Fotografia da autora, 2016.
123. Núcleo de palmeiras. Fotografia da autora, 2016.

V. Casos de referência

124. Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – Fotografia aérea. Fotografia de Fernando Alda, s.d.
In Divisare:
<https://divisare.com/projects/211729-acta-fernando-alda-molino-de-mareas-el-pintado>
125. Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – vista a partir de norte. Fotografia de Fernando Alda, s.d.
In *Tectónica, madeira* – Arquitectura Ibérica, n.º 26. Revista não periódica. Caleidoscópio. Maio de 2008, p. 25.
126. Moinho de Maré “El Pintado” – Planta original.
Ibidem, p. 26.
127. Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – sala de moagem. Fotografia de Fernando Alda, s.d.
In *Tectónica, madeira* – Arquitectura Ibérica, n.º 26. Revista não periódica. Caleidoscópio. Maio de 2008, p. 32 e 33.
128. Reabilitação do Moinho de maré “El Pintado” – sala de moagem, possibilidade de observar a passagem de água. Fotografia de Fernando Alda, s.d.
In Divisare:
<https://divisare.com/projects/211729-acta-fernando-alda-molino-de-mareas-el-pintado>
129. Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – cobertura em estrutura de madeira da sala de moagem. Fotografia de Fernando Alda, s.d.
In *Tectónica, madeira* – Arquitectura Ibérica, n.º 26. Revista não periódica. Caleidoscópio. Maio de 2008, p. 35.
130. Moinho de Maré “El Pintado” – Planta piso 0.
Ibidem, p. 26.
131. Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – Corte longitudinal.
Ibidem, p. 28.
132. Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – Corte Construtivo.
Ibidem, p. 34.
133. Convento das Bernardas após a intervenção – Relação com as salinas de Ria Formosa. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.
In Archdaily: <http://www.archdaily.com.br/br/769152/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura>

- 134.** Convento das Bernardas após a intervenção – Piscina exterior. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.
Ibidem.
- 135.** Convento das Bernardas antes da intervenção – Vista exterior. Autor desconhecido, s.d.
In Hiarquitectura:
<http://bicarquitectura.com/2015/06/souto-de-moura-convento-das-bernardas/>
- 136.** Convento das Bernardas após a intervenção – Plantas de cobertura.
In Archdaily:
<http://www.archdaily.com.br/br/769152/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura>
- 137.** Convento das Bernardas após a intervenção – Plantas piso -1.
Ibidem.
- 138.** Convento das Bernardas após a intervenção – Plantas piso 0.
Ibidem.
- 139. à 143.** Convento das Bernardas após a intervenção – Cortes/alçados.
Ibidem.
- 144.** Convento das Bernardas após a intervenção – Vista exterior. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.
Ibidem.
- 145.** Convento das Bernardas após a intervenção – Piscina exterior e antigo claustro. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.
Ibidem.
- 146.** Convento das Bernardas após a intervenção – Piscina exterior no pátio da zona nova de habitações. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.
Ibidem.
- 147.** Convento das Bernardas após a intervenção – Interior de uma habitação duplex. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.
Ibidem.
- 148.** River and Rowing Museum – As casas de barco, revestidas em carvalho verde, são em grande parte viradas para dentro e flutuam sobre a base transparente. Fotografia de Dennis Gilbert e Richard Sryant, s.d.
In Website David Chipperfield Architects:
https://davidchipperfield.com/project/river_and_rowing_museum
- 149.** River and Rowing Museum – Esboço.
In https://c1.staticflickr.com/3/2782/4092381940_b4c1bbccb9_b.jpg

- 150.** River and Rowing Museum – Volume de galerias (boat-hall) e “ponte” de ligação. Fotografia de Dennis Gilbert e Richard Sryant, s.d.
In Website David Chipperfield Architects:
https://davidchipperfield.com/project/river_and_rowing_museum
- 151.** River and Rowing Museum – Conjunto de desenhos técnicos.
In Architectural Review:
<https://www.architectural-review.com/oldarchive/river-and-rowing-museum-in-henley-by-david-chipperfield-architects/8611738.article>
- 152.** River and Rowing Museum – claraboia, corte.
In <http://www.detailsinsection.org/?p=709>
- 153.** River and Rowing Museum – fotografia do interior da claraboia na zona expositiva. Autor desconhecido, s.d.
In <https://www.architectural-review.com/oldarchive/river-and-rowing-museum-in-henley-by-david-chipperfield-architects/8611738.article>
- 154.** River and Rowing Museum – relação interior-exterior. Fotografia de Dennis Gilbert e Richard Sryant, s.d.
In Website David Chipperfield Architects:
https://davidchipperfield.com/project/river_and_rowing_museum
- 155.** River and Rowing Museum – zona exterior da cafeteria. Autor desconhecido, s.d.
In <https://www.architectural-review.com/oldarchive/river-and-rowing-museum-in-henley-by-david-chipperfield-architects/8611738.article>
- 156.** River and Rowing Museum – transparência nos espaços interiores. Autor desconhecido, s.d.
Ibidem.
- 157.** Hotel Makenna Resort – Bungalows. Fotografia de Leonardo Finotti, s.d.
In Archdaily:
<http://www.archdaily.com.br/br/01-45931/resort-makenna-drucker-arquitetura>
- 158.** Hotel Makenna Resort – Clube do resort: restaurantes e salas de lazer. Fotografia de Leonardo Finotti, s.d.
In *Hotéis – Arquitetura Ibérica*, n.º 37. Revista não periódica. Caleidoscópio. Outubro de 2011, p. 89.
- 159.** Hotel Makenna Resort – conjunto de desenhos técnicos identificados.
In Archdaily:
<http://www.archdaily.com.br/br/01-45931/resort-makenna-drucker-arquitetura>
- 160.** Hotel Makenna Resort – zona de transição interior-exterior. Fotografia de Leonardo Finotti, s.d.
In Archdaily:
<http://www.archdaily.com.br/br/01-45931/resort-makenna-drucker-arquitetura>

- 161.** Hotel Makenna Resort – Spa. Fotografia de Leonardo Finotti, s.d.
In *Hotéis – Arquitectura Ibérica*, n.º 37. Revista não periódica. Caleidoscópio. Outubro de 2011, p. 91.
- 162.** Hotel Makenna Resort – pátio do Clube do resort. Fotografia de Leonardo Finotti, s.d.
In Archdaily:
<http://www.archdaily.com.br/br/01-45931/resort-makenna-drucker-arquitetura>
- 163.** Hotel Makenna Resort – vista nocturna para o volume do Clube do resort. Fotografia de Leonardo Finotti, s.d.
Ibidem.

VI. A Proposta

- 164.** Águas retidas nas caldeiras dos Moinhos de Maré. Sem escala.
Esquema elaborado pela autora, 2017.
- 165.** Eixos estruturantes. Sem escala.
Esquema elaborado pela autora, 2017.
- 166.** Esquema conceptual – sobrelevação do corpo arquitetónico.
Esquema elaborado pela autora, 2017.
- 167.** Aula de natação na antiga praia do Barreiro (atual “Avenida da Praia”) nas primeiras instalações do Clube Naval Barreirense. Fotografia de João Resende, 1928.
Fotografia cedida pelo Espaço Memória – Arquivo Municipal.
- 168.** Permeabilidade do piso térreo. Sem escala.
Esquema elaborado pela autora, 2017.
- 169.** Elementos verticais: Palmeiras e chaminés.
Fotografia da autora, 2017.
- 170.** Esboço da proposta arquitetónica.
Desenho elaborado pela autora, 2017.
- 171.** Planta do piso 1 – piso de espaços comuns do Hotel. Sem escala.
Desenho elaborado pela autora, 2017.

VII. Considerações finais

- 172.** Quinta Braamcamp. Fotografia de Fernando Amaral, s.d.
In 500px:
https://500px.com/photo/196438963/quinta-de-braamcamp-by-fernando-antunes-amaral?ctx_page=1&from=gallery&galleryPath=26330485&user_id=12739155



*Emergente das entranhas da Terra, a água é o primeiro e poderoso alimento do imaginário, do princípio de tudo, matéria vital para a sobrevivência da Humanidade [...].*¹

Helena Gonçalves Pinto e Jorge Mangorrinha

¹ PINTO, Helena Gonçalves; MANGORRINHA, Jorge – *O desenho das Termas: História da Arquitetura Termal portuguesa*. 2009, p.17.

capítulo I.

Introdução

1.1. OBJETOS E OBJETIVOS

O rio Tejo e o seu estuário desencadearam inúmeras atividades, que permitiram a consolidação de vários núcleos urbanos ao seu redor, e são estas águas, que delimitam o território de cada um, o principal objeto temático da presente dissertação.

O território a intervir pertence à orla ribeirinha da cidade do Barreiro, denominado de Alburrica-Mexilhoeiro, no qual integra maioritariamente a Quinta Braamcamp, um lugar testemunho de distintas ocupações e vivências, em que residem infinitas memórias e fragmentos de atividades ribeirinhas, tais como: a moageira, a piscatória, a industrial e os desportos náuticos.

Acresce ainda o facto de este território prender em si um interesse patrimonial, por ter sido um dos lugares eleitos para a implantação de múltiplas estruturas moageiras, tanto hidráulicas como eólicas, dos quais se destacam os moinhos de maré, como peças arquitetónicas intimamente dependentes do principal objeto de estudo – a água estuarina.

Este território surgiu da vontade de encontrar um lugar oportuno de reabilitação, que se justificasse pelo seu carácter identitário, neste caso, em contexto de permanente dualidade entre a terra e a água. Surge assim, a questão de investigação: *De que modo será possível devolver à cidade contemporânea as memórias de um lugar esquecido?* Esta interrogação tentará encontrar respostas na exploração teórica do carácter sensitivo da água e do seu imaginário, enquanto elementos intervenientes na conceção paisagística e arquitetónica do lugar.

De um modo prático, trata-se de uma reinterpretação contemporânea de um lugar esquecido, que julga proporcionar uma nova valorização urbana e sociocultural diante das suas qualidades paisagísticas.

Pretende-se conceber um sistema de suporte a um Parque Natural/Ribeirinho, que trace novas vivências num lugar outrora dinamizado pelas gentes ribeirinhas. A composição projetual procura implantar um programa com uma lógica de sustentabilidade contínua, que estrategicamente revitalize a cidade, possibilitando tanto a reestruturação das pré-existências como a inserção de edificado novo.

No fundo, entende-se a capacidade catalisadora desta intervenção, na dinamização do património industrial, moageiro e cultural característico da cidade do Barreiro, que se encontra esquecido na azáfama das tarefas do quotidiano urbano. Para tal, propõem-se diversificadas valências programáticas – de carácter ambiental, educacional, cultural, desportivo e turístico – conectadas entre si, facultando um percurso pela paisagem de água.

De um modo geral, propõe-se uma intervenção a nível urbano e territorial para a zona delimitada, mas sobretudo, a implantação de um novo edifício de carácter hoteleiro, como estratégia intermédia de revitalização do lugar, que visa o desenvolvimento da envolvente. É de relevar, que a proposta não tem como premissa dotar o espaço de um carácter apenas turístico, mas, sim, devolvê-lo à cidade que o habita e vive.

1.2. METODOLOGIA

O processo de trabalho iniciou-se com a intensa investigação e interpretação do lugar, um dos objetos de estudo, compreendendo que este foi o principal gerador das questões essenciais a equacionar e que, conseqüentemente, desvendou as temáticas a abordar.

Numa primeira fase, o processo passou pelo levantamento de documentos de carácter histórico, topográfico, hidrográfico, urbano e arquitetónico junto de entidades ditas locais, nomeadamente a Câmara Municipal do Barreiro, o Espaço Memória-Arquivo Municipal, o Departamento de Planeamento e Gestão Urbana e, ainda, a Biblioteca Municipal.

Após toda esta recolha cartográfica, iconográfica e bibliográfica, iniciou-se um período de análise e interpretação, ao qual se adicionou ainda material de experimentação subjetiva, como recolhas fotográficas e levantamentos no local. Deste reteve-se uma análise evolutiva do lugar, em termos formais e funcionais, entendendo-se as transições e transformações a nível arquitetónico. Em simultâneo, realizou-se a recolha e análise bibliográfica referente aos conceitos teóricos, de modo a iniciar-se uma reflexão sobre os mesmos e enquadrá-los na componente teórica.

Ao terminar a recolha e análise de elementos referentes ao lugar e à sua envolvente, iniciou-se uma fase de balanços, desvendando-se os fatores fortes e a potenciar, bem como as fragilidades da zona de intervenção. A partir destas considerações delineou-se a estratégia programática a

implementar, da qual foi essencial analisar casos arquitetônicos de referência, com programas ou contextos semelhantes.

Foi a partir deste momento que a componente prática começou a ganhar fôlego, iniciando-se pela definição de uma proposta urbana e, posteriormente, arquitetônica. Ao nível da reabilitação, foi necessário especificar o estado dos elementos arquitetônicos existentes. Alguns são meros vestígios; contudo, noutros ainda existe a possibilidade de intervir – como é o caso do moinho de maré, que é o elemento atualmente mais significativo e sólido do lugar. Sendo assim, foi imprescindível o levantamento das pré-existências, devido também à escassez de bases desenhadas. De forma análoga, as questões de representação gráfica e argumentação visual foram também relevantes durante todo o processo de trabalho.

Evidencia-se ainda que o processo metódico promoveu retornos a fases anteriores, de modo a criar uma constante compatibilidade e simultânea evolução entre a componente teórica e a prática.

1.3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A estrutura organizativa da Dissertação/Projeto Final de Mestrado encontra-se restrita a duas componentes que se complementam – a teórica e a prática. Nesta estrutura, o conteúdo de ambas comunica e apresenta-se dividido em cinco capítulos, excluindo o primeiro e os três últimos, nomeadamente a *Introdução*, as *Considerações Finais*, as *Fontes Documentais* e os *Anexos*. O conteúdo teórico expõe-se numa lógica decrescente, desde uma abordagem mais abrangente até a uma mais específica, dos quais se destacam as três conjunturas principais: o imaginário da água, o estuário do rio Tejo, e a Quinta Braamcamp.

Nesta lógica, surge o *Capítulo II – O imaginário da água*, que pretende vincular os conceitos teóricos principais: a água (e o seu imaginário) e a paisagem (e a sua conceção), mediante um entendimento filosófico e sensorial da água e, conseqüentemente, a sua implicação na estrutura paisagística dos lugares.

Seguidamente, surge o *Capítulo III – O território*, subdividido em quatro partes. Na primeira parte, descreve-se historicamente e morfologicamente o estuário do rio Tejo, ressaltando tanto a sua relação com a capital lisboeta, como a importância destas águas para a evolução socioeconómica, cultural e arquitetónica das margens estuarinas. Na segunda, enumera os constituintes do vasto conjunto patrimonial presente nas frentes ribeirinhas do Tejo, do qual se destacam os moinhos de maré – conteúdo da terceira parte, que se dedica ao entendimento formal e arquitetónico destes. Por fim, a quarta parte aproxima-se e

descreve, à semelhança da primeira parte, as várias componentes da envolvente do lugar a intervir – a zona Alburrica-Mexilhoeiro, no Barreiro –, no qual se destaca a presença de diversas estruturas moageiras, justificando e exemplificando assim o conteúdo da parte anterior.

O *Capítulo IV – O lugar* subdivide-se em três tipos de leitura do lugar a intervir – a Quinta Braamcamp –, nomeadamente a leitura histórica, a formal e a do sentido do lugar, os quais permitirão conhecer os aspetos mais específicos do lugar, tanto de carácter memorial e identitário, como de caracterização da sua paisagem, ao nível do edificado e da estrutura natural.

De modo a rematar a exposição do conteúdo de investigação teórica, surge o *Capítulo V – Casos de Referência*, que reúne algumas das obras arquitetónicas que serviram como base reguladora para o desenvolvimento da proposta urbana e arquitetónica em questão.

Na penúltima fase, após todo o enquadramento teórico, surge o *Capítulo VI – O Projeto*, no qual se explicitam e justificam as estratégias concetuais e programáticas que delimitam a proposta urbana, e a formulação da proposta arquitetónica, passando de uma abordagem mais generalizada, até aos detalhes construtivos e aspetos sensoriais.

Por último, em consonância com a investigação teórico-prática, apresenta-se um conjunto de considerações finais que revelam e justificam as opções de projeto enquanto resposta prática à questão de investigação

capítulo II.

O imaginário da água

[na concepção da paisagem]

II. O IMAGINÁRIO DA ÁGUA [NA CONCEÇÃO DA PAISAGEM]

O território a intervir, morfologicamente, encontra-se rodeado pelo extenso plano de água do estuário do Tejo, enquadrando-o numa dita paisagem de água. Assim sendo, o desenvolvimento do presente capítulo pretende vincular estes dois conceitos principais, a água (e o seu imaginário) e a paisagem (e a sua conceção) – que neste caso concreto cumprem-se numa cúmplice e dependente relação.

*A água é, então, um ornamento de suas paisagens; não é verdadeiramente a 'substância' de seus devaneios.*²

Considerando uma abordagem paisagística enquanto resposta à questão de investigação – *De que modo será possível devolver à cidade contemporânea as memórias de um lugar esquecido?* –, sugere-se, como primeira hipótese, que a devolução deste lugar patrimonial poderá encontrar sustento numa ação arquitetónica que garanta a permanência da sua identidade e memória, que se prende essencialmente à presença de água. Ou seja, sugere-se a reutilização deste elemento enquanto interveniente arquitetónico e paisagístico. Para tal, procurar-se-á entender a sua influência psíquica e poética (abordagem teórica), para, posteriormente, integrá-lo enquanto elemento vital, social e lúdico (abordagem prática).

No caso do lugar a intervir, será imprescindível recuar e entender o contributo funcional da água outrora aproveitado, e que na ausência deste contributo o lugar perdeu uso e valor. A escolha

² BACHELARD, Gaston – *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes. 1998, p.6.

deste território, para as inúmeras edificações ao longo dos tempos, dever-se-á essencialmente à sua proximidade ao rio. Tal foi o caso da implantação do moinho de maré, bem como a das instalações pertencentes à indústria corticeira, a primeira por da água depender e ambas por estrategicamente facilitarem o escoamento de mercadorias por via fluvial, destinadas à capital.

Como segunda hipótese, sugere-se que a pretendida devolução do lugar à contemporaneidade poderá depender também da utilização da paisagem como meio de conceção arquitetónica, bem como meio catalisador de regeneração urbana. No fundo, entende-se a paisagem como elemento construtivo e atrativo. E será por isso necessário entender o conceito de paisagem e de que modo uma intervenção arquitetónica poderá tirar partido dela, com o objetivo de revitalizar e reinventar um lugar devoluto. Sem descurar que a essência e a singularidade do lugar reside no seu enquadramento paisagístico fundamentalmente relacionado com a presença de água.

Antecedendo todo o entendimento histórico e formal do lugar, e do seu enquadramento territorial, pretende-se que este capítulo explore os conceitos mais intrínsecos ao contexto a intervir, de modo a que o conhecimento destes desencadeie uma ação mais sensível no momento de projetar. Influenciando tanto o conjunto programático a implantar, como a coesão entre o existente e a arquitetura proposta, proporcionando-se assim, a reinvenção e reintegração do lugar esquecido na cidade contemporânea.



001.

Vista para o Oceano Atlântico a partir da Ermida da memória, no Cabo Espichel. Fotografia da autora, 2016.

*Um elemento material é o princípio de um bom condutor que dá continuidade a um psiquismo imaginante.*³

Gaston Bachelard

³ BACHELARD, Gaston – *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes. 1998, p.8.

2.1. A ÁGUA [e o seu imaginário]

O arquétipo: os quatros elementos primordiais

Na tentativa de interpretar o carácter sensitivo das águas, recorreu-se às obras do filósofo e poeta francês Gaston Bachelard, que se dedicou ao estudo dos quatro elementos primordiais, revelados na antiga Grécia por Empédocles, nomeadamente o fogo, a água, o ar e a terra.

A sua interpretação distingue-se por aplicar dois métodos, o diurno e o noturno. O diurno incide na epistemologia da ciência, enquanto o noturno, no universo simbólico da poesia. Nesta abordagem será mais pertinente explorar o último. Nos textos noturnos, o autor adota uma perspetiva apoiada na psicologia analítica de Jung, isto é, contrária à psicanálise de Freud, em que não assume o inconsciente como um mero repositório de memórias, mas sim um inconsciente coletivo, habitado por arquétipos.

*Nenhum arquétipo pode ser reduzido a uma simples fórmula. Trata-se de um recipiente que nunca podemos esvaziar, nem encher. Ele existe em si apenas potencialmente e quando toma forma em alguma matéria, já não é mais o que era antes. Persiste através dos milénios e sempre exige novas interpretações. Os arquétipos são os elementos inabaláveis do inconsciente, mas mudam constantemente de forma.*⁴

⁴ JUNG, Carl G. – *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Rio de Janeiro: Vozes. 2000, p.179.

Segundo Jung, um arquétipo é uma imagem primordial incrustada profundamente no inconsciente coletivo da humanidade, algo transcultural revelado nos sonhos e nas artes, reflexo da constante repetição de uma mesma experiência durante muitas gerações, ou seja, a estrutura invisível da simbologia. Porém, cada arquétipo constitui uma unidade que poderá ser apreendida intuitivamente, por isso é importante salientar que os arquétipos não possuem formas estáveis ou pré-definidas.

Isto, para se entender que possivelmente as associações e sensações referentes aos quatro elementos primordiais podem estar de tal modo enraizados no psíquico humano, que é quase impossível desprendermo-nos ou não entendermos a sua significação. Propõe-se que tal entendimento poderá ser o meio suscetível de nos levar à compreensão do conceito imaginário, que irá ser abordado mais à frente.

Há ainda, no entendimento de Bachelard, duas tipologias de experimentação: uma relacionada à experiência cognitiva visual (a imaginação dos olhos) e outra, à experiência cognitiva material (a imaginação das mãos). Esta última tipologia é recorrentemente expressa através dos padrões dos quatro elementos, nos quais também residem: os sentimentos humanos primitivos, realidades orgânicas primordiais e temperamentos oníricos fundamentais. O autor dedica, então, uma obra específica a cada um dos elementos primordiais, acreditando que existe uma carência a nível de entendimento material destes, necessária à compreensão estética da arte.

O elemento: a água material

Debrucemo-nos sobre a obra de Bachelard relativa ao elemento água, intitulada “*A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria*”, em que descreve a água como um elemento transitório, ligado a um destino que se transforma incessantemente, bem como o elemento das misturas, que junto à terra a molda, traduzindo experiências de fluidez e maleabilidade.

*A água torna-se assim, pouco a pouco, uma contemplação que se aprofunda, um elemento da imaginação materializante. Mas o poeta mais profundo encontra a água viva, a água que renasce de si, a água que não muda, a água que marca com seu signo indelével as suas imagens, a água que é um órgão do mundo, um alimento dos fenómenos corredios, o elemento vegetante, o elemento lustrante, o corpo das lágrimas [...]*⁵

O autor percorre as diversas tipologias de água: as superficiais águas claras, primaveris, correntes e amorosas; as águas profundas, dormentes, mortas e pesadas; as águas de carácter feminino e maternal; e também as águas doces e violentas.

Aqui, interessam-nos as superficiais águas claras, que se assemelham às águas paradas nas margens dos rios, bem distintas da dinâmica das águas dos mares, que violentamente se movem e que, por isso, desencadeiam estados psíquicos diferentes.

⁵ BACHELARD, Gaston – *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes. 1998, p.12.



002. *(em cima)*

Lisboa no cais da memória. Fotografia de Eduardo Gageiro, entre 1957-1974.

003. *(em baixo)*

Cais, Barreiro. Autor desconhecido, s.d.



A imaginação: o imaginário da água

Segundo Bachelard, e contrariamente ao que afirma a etimologia, a imaginação não é a capacidade de reproduzir imagens reais, mas, sim, a de produzir imagens que ultrapassam a realidade. A mente humana é tentada pela exceção, que tenta alcançar a partir de uma imagem real, uma intervencionada. Bachelard entende-a como um processo de criação, em que o homem intervém, e não se posiciona como espectador, numa contemplação ociosa e passiva, capaz de produzir uma ‘imagem imaginada’. Deste modo, afasta a comparação recorrente à reprodução de imagens, afirmando que para si a imaginação sustenta-se de uma vontade manipuladora da matéria.

Para nós a imagem percebida e a imagem criada são duas instâncias psíquicas muito diferentes e seria preciso uma palavra especial para designar a imagem imaginada. Tudo aquilo que é dito nos manuais sobre a imaginação reprodutora deve ser creditado à percepção e à memória. A imaginação criadora tem funções totalmente diferentes da imaginação reprodutora.⁶

Ao recuarmos até ao início do século XVIII, a tendência predominante era opor a imaginação à razão. É o filósofo inglês John Locke quem interrompe esse percurso e passa a encarar a imaginação como um processo de representação mental, tornando o conceito ideia e o conceito imagem facilmente confundíveis.

⁶ BACHELARD, Gaston – *A Terra e os Devaneios da Vontade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.2.

No entanto, e mais tarde, o filósofo David Hume afirma que não haverá mais distinção entre estes dois conceitos, assimilando-os:

[...] em nossos devaneios mais doidos, em nossos próprios sonhos, a análise nos mostrará que a imaginação não procede inteiramente ao acaso, mas há sempre uma conexão entre as diferentes ideias que sucedem umas às outras.⁷

Para David Hume, representante da filosofia empirista – que deposita na experiência sensível o fundamento e o limite dos nossos conhecimentos –, as percepções referem-se a conteúdos mentais que se podem revelar em dois estados distintos, em impressões ou em ideias. As impressões derivam da realidade, de experiências vividas através de sensações externas e/ou sentimentos internos; enquanto as ideias são percepções mais débeis, imagens enfraquecidas das impressões. As ideias podem ser simples ou complexas: as simples são as memórias armazenadas tais como são, como a ideia que retemos da leitura de um livro, enquanto as complexas tratam de uma atividade imaginativa, que podem derivar da combinação de várias memórias e dados adquiridos, como a ideia de sereia. Salienta-se ainda, o filósofo Voltaire, que no artigo “*Imagination*” da “*Encyclopédie*”, em 1765, confirma definitivamente a ambiguidade e a amplitude da significação de imaginação, pois existiu uma oscilação entre, pelo menos, três aceções do conceito em questão. No referido artigo, o filósofo relaciona a imaginação

⁷ HUME, David – *Investigação sobre o entendimento humano. Ensaios morais, políticos e literários*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultura. 1984, p.140.

– faculdade e condição de conhecimento – com a representação sensível e dependente da memória, especialmente visual. Neste sentido, seria enfatizada não a sua capacidade de produzir, mas a de contribuir para o conhecimento, devido ao seu poder evocador e produtor de imagens na mente individual. Apesar de Voltaire terminar o seu artigo definindo a atividade imaginante como matriz da produção da atividade artística – poética ou pictórica –, e como critério de valor com o qual se pode quantificar a mesma, discorda que a visão procede como componente única da imaginação, relacionando a visão e a capacidade de resgatar memórias apenas no momento cognitivo, como mera organização das percepções obtidas através dos sentidos e armazenadas na memória.⁸ Considerando ser apenas a este nível que a imaginação tem o dever de compor e combinar dados perceptivos, a tese voltairiana aceita a interpretação da imaginação como faculdade que promove imagens mentais que repetem a experiência anteriormente vivida e organizam ou antecipam o que não é experimentável ou não foi ainda experimentado.

Esta nossa capacidade imaginativa é conduzida pelas memórias individuais; contudo, existem determinados elementos materiais que persistem numa dita memória coletiva, que irracionalmente nos estimulam e levam à imaginação, que é o caso dos arquétipos, e, por sua vez, dos quatro elementos primordiais.

⁸ Este pensamento desenvolvido por Voltaire (1765) foi abordado por R. Mecchia in “Imaginação” – *Enciclopédia Einaudi*: Volume 25 – Criatividade e visão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 48-57.

*O mar torna-nos imaginativos, faz-nos propender para a contemplação, para a ociosidade, para a vaga saudade, para a indefinida melancolia. Este estado poético é dos mais perigosos. Prosta, enfraquece, desarma o carácter.*⁹

As águas paradas conduzem-nos para momentos propícios de contemplação, reflexão, apaziguamento e até de uma certa ociosidade, como para sentimentos que despertam a memória, como a saudade, a lembrança e a melancolia. Mas a culpa não é necessariamente delas, enquanto substância, mas sim, da ambiência na qual nos conseguem envolver. E é perante essa envolvimento, que surge o imaginário associado à água. Esta substância, bem como outras, existe no nosso quotidiano como apoio ao nosso próprio devaneio, em que “ [...] a imaginação emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado em sua atualidade ”.¹⁰ Existem, neste sentido, para nos colocarem numa posição, quase que cénica, e nos levarem à tal imaginação, tida como uma adesão irracional à imagem, que corrompe inconscientemente o nosso ser racional.

*Sonhando perto do rio, consagrei minha imaginação à água, à água verde e clara, à água que enverdece os prados. Não posso sentar perto de um riacho sem cair num devaneio profundo, sem rever a minha ventura...*¹¹



⁹ ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz. 1876, p.16.

¹⁰ BACHELARD, Gaston – *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes. 1998, p.9.

¹¹ *Ibidem*, p.9.

A poesia: a poética da água

Quase todos os exemplos que compõem a obra relativa à água de Bachelard são extraídos da poesia das águas, cuidando desvendarem as projeções da água dentro da literatura. Seja nas suas relações psíquicas dentro de um poema ou na sua capacidade imaginativa, segundo o autor, a água é proprietária de uma força capaz de dar à literatura uma significação muito maior e pertinente. Tudo isto, devido à influência psíquica e sensível que o Homem lhe confere.

004.
A obra “*Melancholy*” de
Edvard Munch, 1894-
1895.



*Desse modo a água nos parecerá como um ser total: tem um corpo, uma alma, uma voz. Mais que nenhum outro elemento talvez, a água é uma realidade poética completa. Uma poética da água, apesar da variedade de seus espetáculos, tem a garantia de uma unidade.*¹²

Já se enunciaram os principais estados psíquicos desencadeados pela observação das águas ditas paradas, contudo, há um que se destaca, nomeadamente o estado de melancolia:

*Reencontro sempre a mesma melancolia diante das águas dormentes, uma melancolia muito especial que tem a cor de um charco numa floresta húmida, uma melancolia sem opressão, sonhadora, lenta, calma.*¹³

¹² BACHELARD, Gaston – *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes. 1998, p.17.

¹³ Ibidem, p.8.

A configuração e a arquitetura: a água enquanto modeladora do espaço

A água serve de instrumento de conceção arquitetónica e paisagística, tanto pelas práticas funcionais que pode permitir, como pelas características formais e estéticas que alcança aliada à luz, como a transparência e a reflexão. Destaca-se como um dos elementos naturais que permite a afirmação da arquitetura no espaço, capaz de proporcionar a perceção da matéria que nos rodeia. Confere ainda qualidades ao ambiente inerente ao espaço, controlando características como o som e a temperatura.

Esta capacidade de enriquecer sensorialmente os espaços, agregada às significações que alcança enquanto elemento primitivo, desperta este interesse no seu entendimento – que procura uma reinterpretação do seu valor, numa perspetiva de aplicação das suas potencialidades na manipulação do espaço contemporâneo.

Na obra de Bachelard evidenciam-se algumas destas configurações e a referente significação, como é o caso da pureza associada à transparência da água e, de modo menos evidente, a horizontalidade inerente à água.

*A água é objeto de uma das maiores valorizações do pensamento humano: a valorização da pureza. Que seria da ideia de pureza sem a imagem de uma água límpida e cristalina [...].*¹⁴

¹⁴ BACHELARD, Gaston – *A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.15.

Contextualizando, no caso de uma zona ribeirinha, existe um sistema hidrográfico que a configura espacialmente e a define paisagisticamente. Estes lugares, fenologicamente definidos pela água, começaram a ser entendidos e dominados a partir da experimentação direta e intuitiva, defendida pelo filósofo Martin Heidegger (1971). Tal experimentação, que se acresce à utilidade vital da água, num carácter subjectivo, atinge uma aproximação simbólica à humanidade, determinante na sua fixação e construção das cidades.

De facto, as primeiras cidades erguidas localizavam-se em zonas de receção e controlo de água, de modo a comunicarem com o Homem. Neste sentido, pode-se afirmar que a água molda e une-se ao seu suporte. É também por isso comum, nas cidades nascidas geograficamente de um rio, tornarem-no emblemático e fundamental na sua definição, evolução e expansão urbana. A água assume-se, então, como elemento servidor da cidade, com potencialidades urbanísticas, culturais, socioeconómicas, lúdicas e desportivas.

Para além da sua influência na conceção das cidades, a água, enquanto elemento configurador de artefactos relacionados com a arquitetura e a engenharia, conferiu ao Homem a possibilidade de este imprimir no território e na história, através do seu carácter criativo, um conjunto diversificado de obras de arte hidráulica e de espaços arquitetónicos – caso dos moinhos de maré. É também deste modo que este recurso natural é capaz de estruturar o território e, por sua vez, definir a estrutura sociocultural de um lugar.



*A água, o ar, a luz, a terra, antes de serem objetos de ciência, são aspetos materiais do mundo abertos aos cinco sentidos, à emoção. A paisagem é uma espécie de geografia afetiva que repercute os poderes de ressonância que os locais têm sobre a imaginação.*¹⁵

Jean-Marc Besse

¹⁵ BESSE, Jean-Marc – “Estar na paisagem, habitar, caminhar” in *Paisagem e Património: Equações de Arquitetura*. Porto: Dafne Editora. 2013, p.46.

005.
Enquadramento
paisagístico Alburrica-
Mexilhoeiro.
Fotografia da autora,
2016.

2.2. A PAISAGEM [e a sua conceção]

O conceito de paisagem

Pretende-se explorar o conceito de paisagem, e consequentemente, o seu processo de conceção – necessidade que surge da correlação entre este conceito e o de arquitetura, do entendimento da sua ambígua definição, bem como da difícil diferenciação entre paisagem natural e paisagem artificial.

A dificuldade atrás descrita advém da percepção que o homem tem dos lugares que habita, como refere a obra *“Fenomenologia da Percepção”* (1999), de Maurice Merleau-Ponty, que transmite a ideia de que o conceito de paisagem engloba simultaneamente o de percepção. Em paralelo, surge a abordagem fenomenológica de Noberg-Schulz na obra *“Towards a Phenomenology of Architecture”* (1984), que trata a descrição da experiência do indivíduo e da reflexão sobre o ponto de vista do observador no âmbito da percepção. É por isso necessário destacar a relação do objeto arquitetónico com a paisagem, fundamental no ato contemplativo entre o sujeito e o objeto.

O conceito de paisagem alcança uma certa ambiguidade, por poder induzir a sua própria negação, tanto pela difícil distinção do que é ou não é paisagem, bem como pela multiplicidade de categorias pela qual se pode dividir – como paisagem natural, geográfica, urbana, entre outras. Colocando-se assim a dúvida, se esta categorização do seu sentido tenta promover o seu esclarecimento ou, pelo contrário, tenta ampliar a sua indeterminação.



É comum associarmos, quase de forma inevitável, o conceito de paisagem ao de natureza, e talvez seja essa analogia que transporta a ideia de que a paisagem não pode ser construída, ou seja, que não pode ser artificial. E é a partir daqui, que se compreende a carência tanto na sua definição, bem como na compreensão da sua dualidade concetual.

O conceito de paisagem depende diretamente da noção de espacialidade, que se expandiu com o desenvolvimento da historiografia do século XX: do espaço físico ao espaço social, político e ao imaginário, e daí, até a noção do espaço como “campo de forças”. Deste modo, a paisagem define-se enquanto domínio visível, sendo tudo aquilo que a nossa visão alcança e abarca; não sendo apenas constituída por volumes, mas também por cores, movimentos, odores, sons, entre outros.¹⁶

Ainda, e de forma a clarificar o conceito, recorre-se novamente à abordagem fenomenológica da arquitetura de Norberg-Schulz, mais precisamente referente à categorização do conceito de espaço. Esta abordagem estabelece uma relação dissociável entre os desígnios do espaço natural e do espaço artificial. Contudo, estes representam-se reciprocamente um ao outro, configurando-se estruturalmente de forma semelhante, e com significações, limite e direcções próprias. A recolha de significados naturais e primitivos é a circunstância que dá origem à vontade arquitetónica, e que está implícita na aplicação de uma nova linguagem – a artificial.

¹⁶ SANTOS, Milton – *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec. 1996, p.61.

Em síntese, pode-se entender que o espaço natural precede o espaço artificial, mas ambos descrevem a paisagem e, por sua vez, a presença do Homem num lugar.¹⁷

Ainda, e pelas palavras de outros autores:

A paisagem é o reflexo e a marca impressa da sociedade dos homens na natureza. Ela faz parte de nós mesmos. Como um espelho, ela nos reflete. É ao mesmo tempo ferramenta e cenário. Como nós e connosco, ela evolui, móvel e frágil. Nem estática, nem condenada. Precisa-se fazê-la viver, pois nenhum homem, nenhuma sociedade, pode viver sem território, sem identidade, sem paisagem.

18

A paisagem [...] não é um todo sobre o qual quem quer que seja possa lançar o olhar, ela é, sobretudo, o mundo no interior do qual nos situamos ao assumirmos um ponto de vista sobre o que nos rodeia. E é no contexto deste compromisso atento na paisagem que a imaginação humana trabalha, elaborando ideias a seu respeito. Porque a paisagem, tomando emprestada uma frase de Merleau-Ponty, não é tanto o objeto, mas a pátria dos nossos pensamentos. ¹⁹

¹⁷ NORBERG-SCHULZ, Christian – *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Ed. Rizzoli. 1984, p.169.

¹⁸ BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges – *Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades*. Maringá: Ed. Massoni. 2009.

¹⁹ INGOLD, Tim, 2000 cit. por BESSE, Jean-Marc – “Estar na paisagem, habitar, caminhar” in *Paisagem e Património: Equações de Arquitetura*. Porto: Dafne Editora. 2013, p.35.



Habitar a paisagem

Como referido no anterior subcapítulo, é necessário entender a relação entre o observador e a paisagem, e para tal, torna-se fulcral entender o conceito de habitar. A abordagem fenomenológica de Norberg-Schulz recorre ao conceito de habitar de Martin Heidegger, que lhe confere um sentido de apoio existencial como propósito fundamental da Arquitetura.²⁰

*O Homem habita quando se consegue orientar 'em' e 'identificar-se' a si próprio com o meio envolvente ou, quando experimenta a envolvente como significativa.*²¹

Habitar alcança uma dimensão superior à noção primitiva de abrigo e ocorre em espaços de carácter distinto, em lugares existencialmente identificativos. A identidade do Homem depende essencialmente da sua pertença a um Lugar e este é, por sua vez, a manifestação concreta do habitar do Homem.

*A palavra habitar indica uma relação total Homem-Lugar. Esta implica a distinção entre espaço e carácter. Quando o Homem habita, ele é simultaneamente localizado no espaço e exposto a um certo carácter ambiental.*²²

006. (página oposta)
Habitar a paisagem –
Cais no Barreiro,
Avenida da Praia.
Fotografia da autora,
2017.

²⁰ HEIDEGGER, Martin – *Construir, Habitar, Pensar [Bauen, Wohnen, Denken]* in Martin Heidegger, *Vorträge und Aufsätze*. Pfullingen: Gunther Neske. 1954. (Tradução do original alemão por Carlos Botelho)

²¹ NORBERG-SCHULZ, Christian – *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Ed. Rizzoli. 1984, p.5.

²² Ibidem, p.19.

Ao habitarmos a paisagem deparámo-nos com outro conceito, o de limite, pois, formalmente podemos distinguir a paisagem entre natural e artificial; contudo, dentro de cada uma destas categorias podem existir ainda outras. Pelas palavras de Kevin Lynch: “*os limites [...] são normalmente as fronteiras entre duas áreas de espécies diferentes*”²³, ou seja, trata-se da separação entre duas realidades, que no caso específico do território em estudo, poderá conduzir-nos à contraposição entre a terra e a água, a cidade e o rio, e o cheio e o vazio. Tal dualidade permite que a imagem das cidades de água seja criada de uma perspetiva tanto terrestre como aquática.

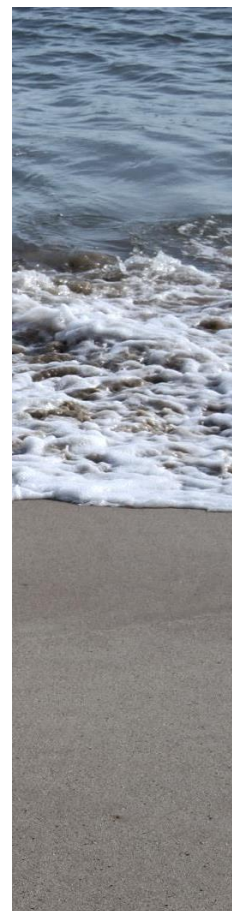
Do ponto de vista das vivências urbanas ribeirinhas, é pertinente referir uma situação existente no lugar a intervir – a praia urbana –, que se constitui como um prolongamento da cidade, em que a água é espaço público, fisicamente acessível, em que tanto a cidade se prolonga até à água, como esta se estende até à cidade. De facto, uma cidade com uma frente de praia possui uma relação muito própria com a água, em que as matérias urbanas fundem-se com as matérias naturais; para além da continuidade física e visual entre dois meios distintos, o sólido e o líquido, não sendo perceptível um limite definido entre a água e a areia.

Bruttomesso, em 1998, refere-se ao espaço de praia como uma categoria especial de espaço público urbano, uma espécie de grande praça, que alonga até à água a possibilidade de encontro e socialização, típica dos espaços coletivos.

²³ LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade*. (1960) Lisboa: Edições 70. 1999, p.73.

007.

Relação entre a água e a areia, onde a terra quer ser água e a água quer ser terra. Fotografia da autora, 2017.



A concepção da paisagem

Recorrendo, novamente, ao texto “*Estar na paisagem, habitar, caminhar*” de Jean-Marc Besse²⁴, que define a paisagem como algo da qual fazemos parte permanentemente, negando a ideia de lugar exclusivamente contemplativo, introduzindo neste conceito uma dimensão tanto espaço-temporal, como humana. Concluimos, que a paisagem não é, ou pelo menos não é só, uma imagem mental, social e/ou cultural exteriorizada, nem só a extensão da matéria construída. Na qual o autor assume que, garantidamente, estas duas formas de criar paisagens são úteis, contudo, estão ausentes do próprio ser da paisagem e, sobretudo, da sua relação com o homem. O autor afirma ainda que “*o conceber da paisagem*” implica uma transposição do dualismo entre o teórico e o prático. Na realidade a paisagem e a sua concepção resultam da combinação física de várias estruturas e elementos, naturais e artificiais, mas o seu entendimento dependerá inevitavelmente da percepção do observador.

Em suma, a paisagem para além de depender dos seus elementos compositivos e, das relações que estes criam, depende da percepção subjacente a cada um de nós; no entanto, em lugares fenomenologicamente associados à água existe um entendimento coletivo do seu impacto sensorial, que torná-os identitários. A água, surge assim, tanto como elemento de ligação como construtivo, refletindo a paisagem e enfantizando-a numa permanente e mútua valorização.

²⁴ Pertencente à obra intitulada “*Paisagem e Património: Equações de Arquitetura*” de Isabel Lopes Cardoso, composta por dez textos de autores contemporâneos distintos.

capítulo III.

O território

[das margens do estuário do rio Tejo]

Chegámos ao Barreiro e embarcámos para a travessia do larguíssimo Tejo. Como é extraordinária e desusada, ali, a paisagem! À direita, a terra baixa e rasa, adianta-se, à flor de água, balizada pelos nossos cilindros dos moinhos de vento, tudo parodiando um canto de Dordrecht, na sua atmosfera luminosa húmida e perlada.

Na margem esquerda, o vasto espelho de água quebrara-se de encontro aos alcantis de argila ruiva, que lhe tingem de vermelho a cristalina transparência; são altos cortes, a pique, abrindo em pequeninas enseadas e sustento um pinhal cerrado, que de longe parece cobrir inteiramente a terra de veludo. É o contraste de verde e púrpura da costa da Ligúria.

*Mas a grande, a esplêndida fantasia, que vai além desse arremedos de paisagem holandesa ou italiana, é Lisboa, ao fundo, ferida obliquamente pelo sol nascente, a galgar montes sem fim, entre penumbras levíssimas de névoa rosada, e faiscantes rutilâncias de ouro, levando a desordem do seu interminável casario, até perder de vista, quando já o fumo em que se esvai pousa nas longínquas esteiras da água luzente.*²⁵

Manuel Teixeira Gomes

²⁵ GOMES, Manuel Teixeira - *Uma travessia do Tejo, do Barreiro e Lisboa*, texto publicado em 1928 na Seara Nova.

III. O TERRITÓRIO [DAS MARGENS DO ESTUÁRIO DO RIO TEJO]

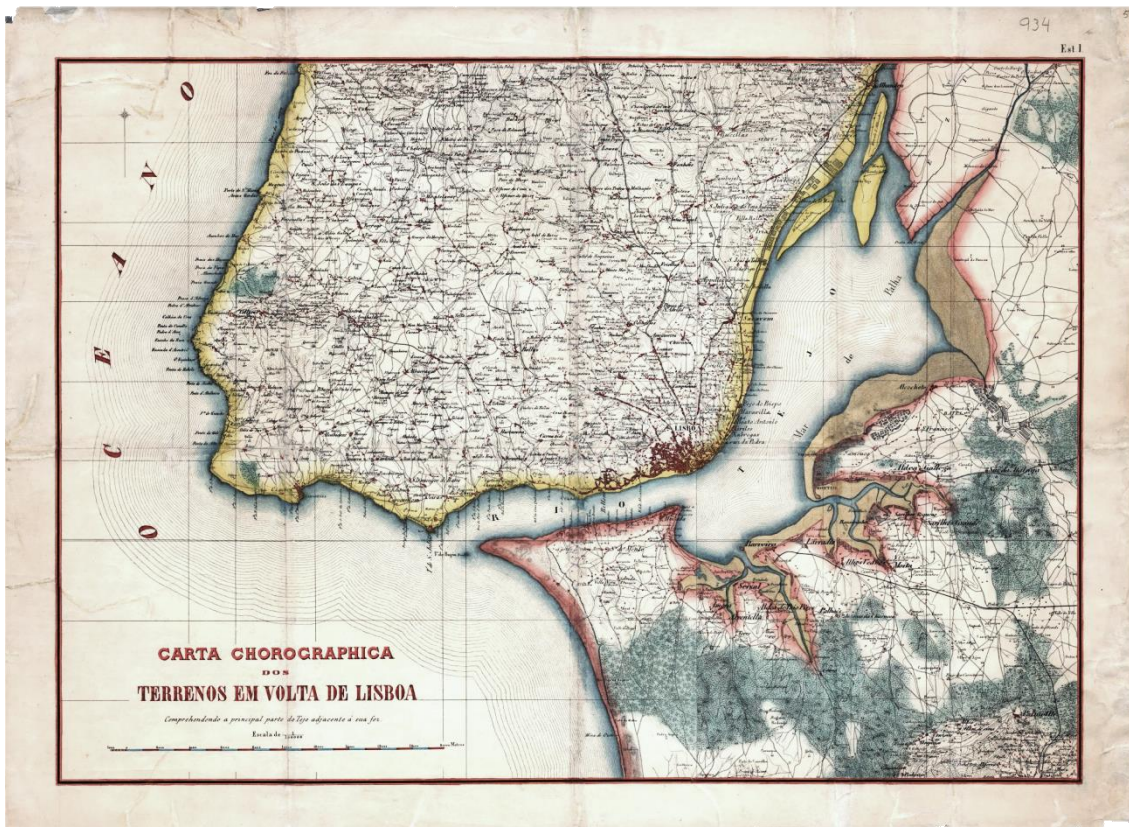
O excerto do texto “*Uma travessia do Tejo, do Barreiro e Lisboa*” de Manuel Teixeira Gomes marca o início do presente capítulo, que pretende viajar pelo percurso histórico do estuário do Tejo e pela edificação das suas margens, mais especificamente da zona Alburrica-Mexilhoeiro, no Barreiro.

A proximidade com o rio permitiu ao Homem, através da necessidade e da sua capacidade construtiva, implantar no território um vasto conjunto de peças de arte hidráulica e arquitetónica. Prova disso, é o território em estudo que se encontra repleto de estruturas moageiras de engenho hidráulico – moinhos de maré. Deste modo, percebe-se a influência territorial exercida pela água ao longo do tempo, que permitiu a configuração interior e exterior do edificado, estruturando o território e, conseqüentemente o seu desenvolvimento sociocultural.

Com o objetivo de compreender a identidade territorial do lugar a intervir, este capítulo tentará alcançar uma abordagem de lógica decrescente, subdividindo-se pelas seguintes temáticas: a história e morfologia do estuário do Tejo; o património ribeirinho do estuário do Tejo; os moinhos de maré; e a história e morfologia da zona Alburrica-Mexilhoeiro.

008.

Compreendendo a principal parte do Tejo adjacente à sua foz. Carta Corográfica dos terrenos em volta de Lisboa do século XIX.



3.1. A HISTÓRIA E A MORFOLOGIA DO ESTUÁRIO DO TEJO

O rio Tejo e a cidade de Lisboa

Lisboa nasce no rio, cresce do mar e retoma o seu porto – o rio Tejo, abrigo natural de excelência. Foi assim que a capital se foi erguendo, entre colinas que a defendem e o porto que a sustenta. Protagonista na época dos Descobrimentos deu às suas gentes uma intensa atividade portuária, motivo pelo qual se destacou.

*Madrugada,
descobre-me o rio
que atravesso tanto
para nada.*

*E este encanto,
Prende por um fio,
A testemunha do que eu sei dizer*

*E a cidade,
chamam-lhe Lisboa
mas é só um rio
que é verdade,
só um rio,
é a casa de água,
casa da cidade em que vim nascer.*

*Tejo, meu doce Tejo, corres assim;
corres há milénios sem te arrepender,
és a casa de água onde há poucos anos eu escolhi nascer.*²⁶

²⁶ Canção *O Tejo* de Madre Deus. Composta por José Peixoto, com letra de Pedra Ayres Magalhães, 1995.

O estuário do rio Tejo delimita-se por margens assimétricas: a sul são baixas e planas, irrigadas por muitos braços, os denominados esteiros; e a norte são cercadas por sucessivas encostas, em que se destacam algumas colinas calcárias e montes vulcânicos. E foi numa dessas múltiplas elevações que se ergueu a capital lisboeta, junto à praia do Mar da Palha – a grande bacia do estuário do Tejo –, sendo a sua encosta, o local outrora eleito para a fixação dos povos mediterrâneos. Deu-se assim, posteriormente, a sua gradual expansão urbana em direção ao rio, investindo-se na edificação de diversos equipamentos e infraestruturas. O Mar da Palha e os seus esteiros permitiam por um lado, uma navegabilidade mais rápida e eficiente, conduzindo à articulação do Continente com o Oceano e, por outro, contribuíam para a conceção de um sistema territorial com atividades especializadas

Situada junto à foz de um grande rio, Lisboa foi capaz de articular continente e mar. Finalmente, a grandiosidade do sítio, com o Tejo a espraiair-se, e a assimetria das duas margens, oscilando entre pontos altos e pontos baixos, concorreram para a construção de uma paisagem que nos surpreende pelo seu valor de conjunto e pelo modo como a arquitetura se adapta ao território. Talvez por isso Lisboa e a sua área metropolitana tenha crescido com um sentido ribeirinho numa relação de afetos mútuos entre margens e rio.²⁷

²⁷ TOSTÕES, Ana – “Lisboa e Tejo e Tudo.” in *Área Metropolitana de Lisboa – Gentes, Paisagens e Lugares*, 2004, p.112.

009. (página oposta)

Vista de Lisboa no século XVI, segundo o THEATRUM RBIUM de J. Braunio.

010. (página oposta)

O estuário e a capital – vista a partir do miradouro do Cristo Rei em Almada. Fotografia da autora, 2016.



O relevo ribeirinho – definido por pequenas linhas de água que desaguam em enseadas delimitadas por abruptas elevações –, que desenha as conhecidas colinas da encosta lisboeta, em tempos, qualificou-as como possíveis pontos de defesa face a ataques exteriores. Contrariamente, as superfícies interiores eram maioritariamente planas e com alguns fundos aluviais que dotavam os solos, tornando-os aráveis e aptos para a implantação

da atividade agrícola local. Foi através deste aproveitamento das condições geomorfológicas que Lisboa se edificou enquanto cidade, com possibilidade de crescimento, produção e expansão.

Nas palavras de Jorge Batista e Silva e Pedro Janela Pinto:

*[...] a interação entre rio e cidade é permanente, evolutiva e mutuamente dependente e é fortemente influenciada pelo contexto geográfico no qual se estabelece a relação.*²⁸

Esta permanente ligação ribeirinha com as suas encostas é visível ao longo dos tempos: desde a cidade Mourisca, como povoamento de Alfama e Mouraria e o aproveitamento agrícola dos terrenos contíguos; como a cidade Romana, que se estendeu e evoluiu pelo vale; nos Descobrimentos, com a descida do Paço Real para a frente ribeirinha e a sua consequente ligação às infraestruturas portuárias e comerciais; mais tarde, na época Pombalina, com o crescimento e a presença do comércio; e até à contemporaneidade, que tenta redescobrir o papel do rio na cidade.

Contudo, no confronto com a cidade, o rio vai acumulando incessantes transformações, originadas pelas ações inconscientes replicadas ao longo dos anos. Estas espelham a atitude desmedida desta cidade, na zona de limite e de transição, cabendo às gentes deste rio ganhar consciência das repercussões das suas atitudes e retribuir o que muito lhe deve.

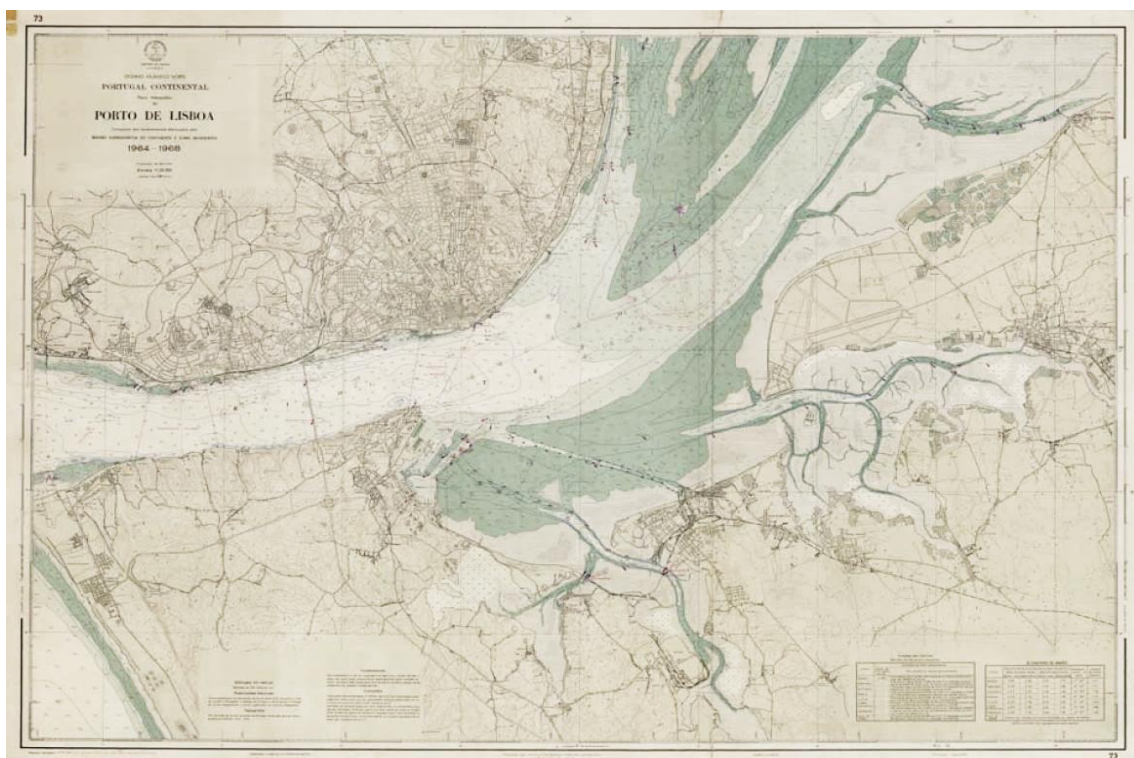
²⁸ SARAIIVA, Maria da Graça – *Cidades e Rios: Perspetivas para uma relação sustentável*. Coleção Expoentes 9. Lisboa: Parque Expo 98, SA, 2010, p.56.

011. *(página oposta)*

Plano Hidrográfico do Porto de Lisboa, 1932. Levantado pelos oficiais em serviço na Missão Hidrográfica da Costa de Portugal, 1930 a 1932.

012. *(página oposta)*

Plano Hidrográfico do Porto de Lisboa, 1964-1968. Levantado pelos oficiais em serviço na Missão Hidrográfica do Continente e Ilhas Adjacentes.



O rio Tejo e o seu estuário

O Tejo é o rio mais extenso da Península Ibérica e o segundo maior rio de Portugal. Nasce em Espanha (Serra de Albarracin), banha Lisboa, para, posteriormente, desaguar no Oceano Atlântico. O seu percurso distribui-se por 718 Km em território espanhol, 47 Km no troço fronteiriço e 275 Km em território português. A sua bacia hidrográfica, com orientação dominante nascente-poente, apresenta uma área de 81 947 Km², sendo 21 178 Km², aproximadamente 33%, em território português.²⁹

Este rio, antes de abraçar o oceano, espraia-se num amplo e magnífico estuário de 32 500 hectares de área, localizado no extremo ocidental do subcontinente europeu, sendo o maior de Portugal e um dos maiores da costa atlântica da Europa ocidental. Este estuário define o ambiente aquático de transição entre o rio Tejo e o oceano Atlântico, onde ao seu redor emerge a Área Metropolitana de Lisboa (AML), constituída pela Grande Lisboa e a Península de Setúbal.

Uma estrutura estuarina pode definir-se como uma zona de média extensão da foz de um rio, onde as condições geomorfológicas são propícias ao seu alargamento com a consequente diminuição da força do curso de água e deposição dos respetivos sedimentos. É também onde as águas doces do troço fluvial se misturam com as águas salgadas do mar,

²⁹ O Estado Português reconheceu o seu valor, em termos de património natural, criando a Reserva Natural do estuário do Tejo com cerca de 14 560 hectares. No contexto internacional, a Reserva figura na Lista das Zonas Húmidas de Importância Internacional pelo facto de Portugal ter aprovado a Convenção de Ramsar (1971).

contribuindo para uma variação gradual de salinidade, desde a água tipicamente marinha até à água completamente doce.

O estuário do Tejo, estruturalmente, pode dividir-se em zonas distintas, consoante o seu uso e profundidade:

- “Estuário superior”: situada a norte, esta reserva natural é a menos profunda, só podendo ser navegada por pequenos barcos;
- “Estuário médio” ou “Mar da Palha”: consiste numa espécie de um mar interior³⁰, estendendo-se até ao Cais do Sodré, regista uma profundidade média de 7m. Atualmente abarca o maior movimento naval da zona, desde circulações entre margens, até à chegada de grandes cruzeiros turísticos;
- “Canal do Tejo”: local de maior profundidade, que consiste num corredor entre à margem de Santos e a do Gíngal;
- “Cachopo norte” e o “Cachopo sul”: no fim do percurso, o estuário é ainda subdividido em cachopo norte e sul, zona intermédia entre o canal e a embocadura, separação dada pelo Farol do Bugio – construído para controlar a entrada de água das marés e protecção de toda a sua orla;
- “Embocadura do Tejo”: consiste numa zona terminal que forma como que uma boca imediatamente a seguir ao canal do estuário, que é delimitada até à linha do Bugio/S. Julião.

³⁰ “No estuário do Tejo onde se situa Lisboa, o rio e o mar casam-se. Com razão os habitantes chamam mar ao lago que se forma em frente de Lisboa, pois as marés fazem-se aí sentir e a salinidade é próxima da do oceano. A amplitude da maré atinge 3,60m mas aumenta no interior do estuário. Este tem hoje margens delimitadas mas noutros tempos seria um delta com esteiros pouco profundos. Na sua largura máxima, este mar interior atinge 10 km, contra os 2 que separam Lisboa da Outra Banda no seu corredor final.” PINHEIRO, Magda – A Biografia de Lisboa. Lisboa: A Esfera dos Livros. 2014, p.22.

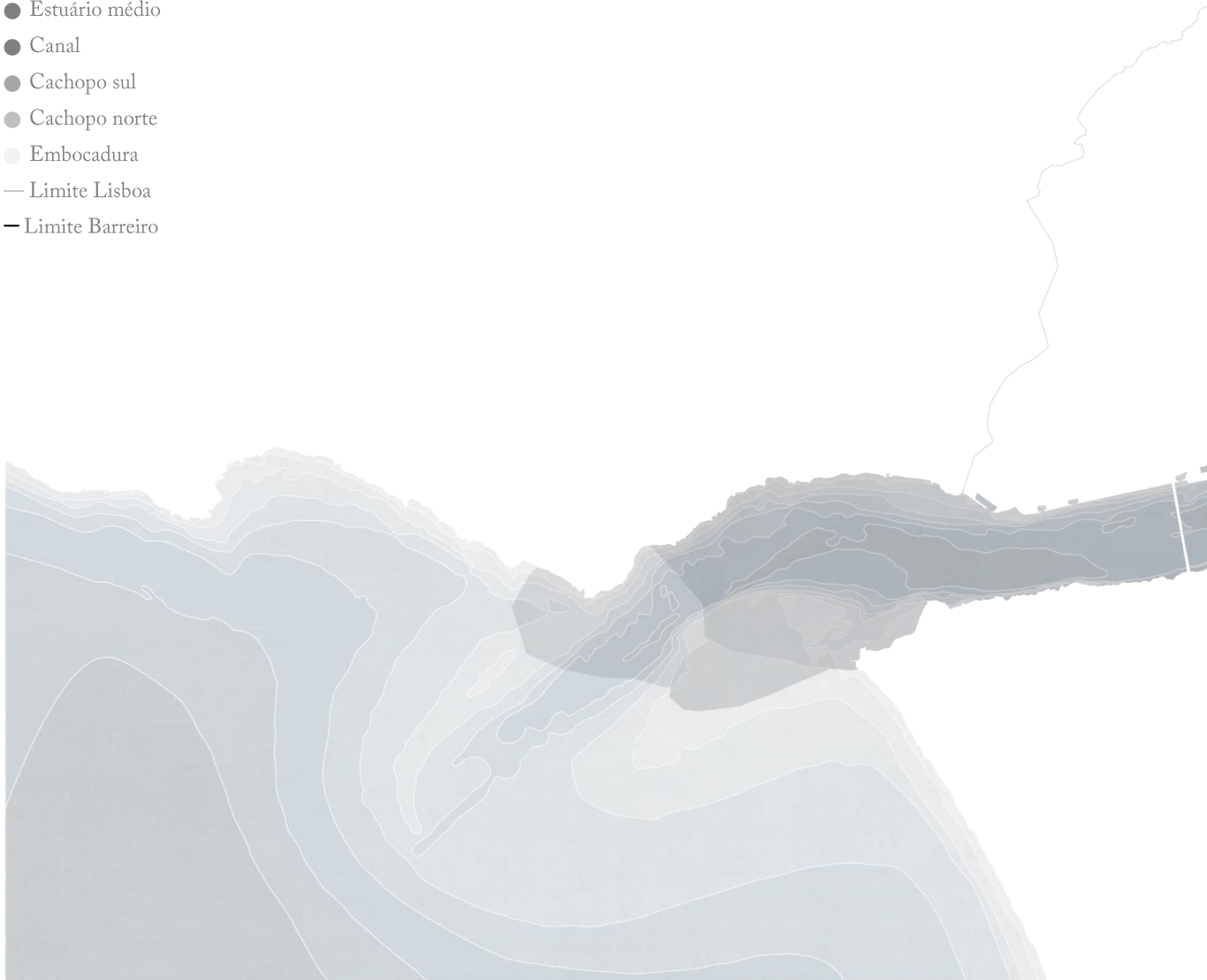
013. *(página atual e oposta)*

Identificação das diferentes zonas morfológicas do estuário do rio Tejo.

Escala 1:150 000.

Imagem reproduzida pela autora, 2016.

- Estuário superior
- Estuário médio
- Canal
- Cachopo sul
- Cachopo norte
- Embocadura
- Limite Lisboa
- Limite Barreiro





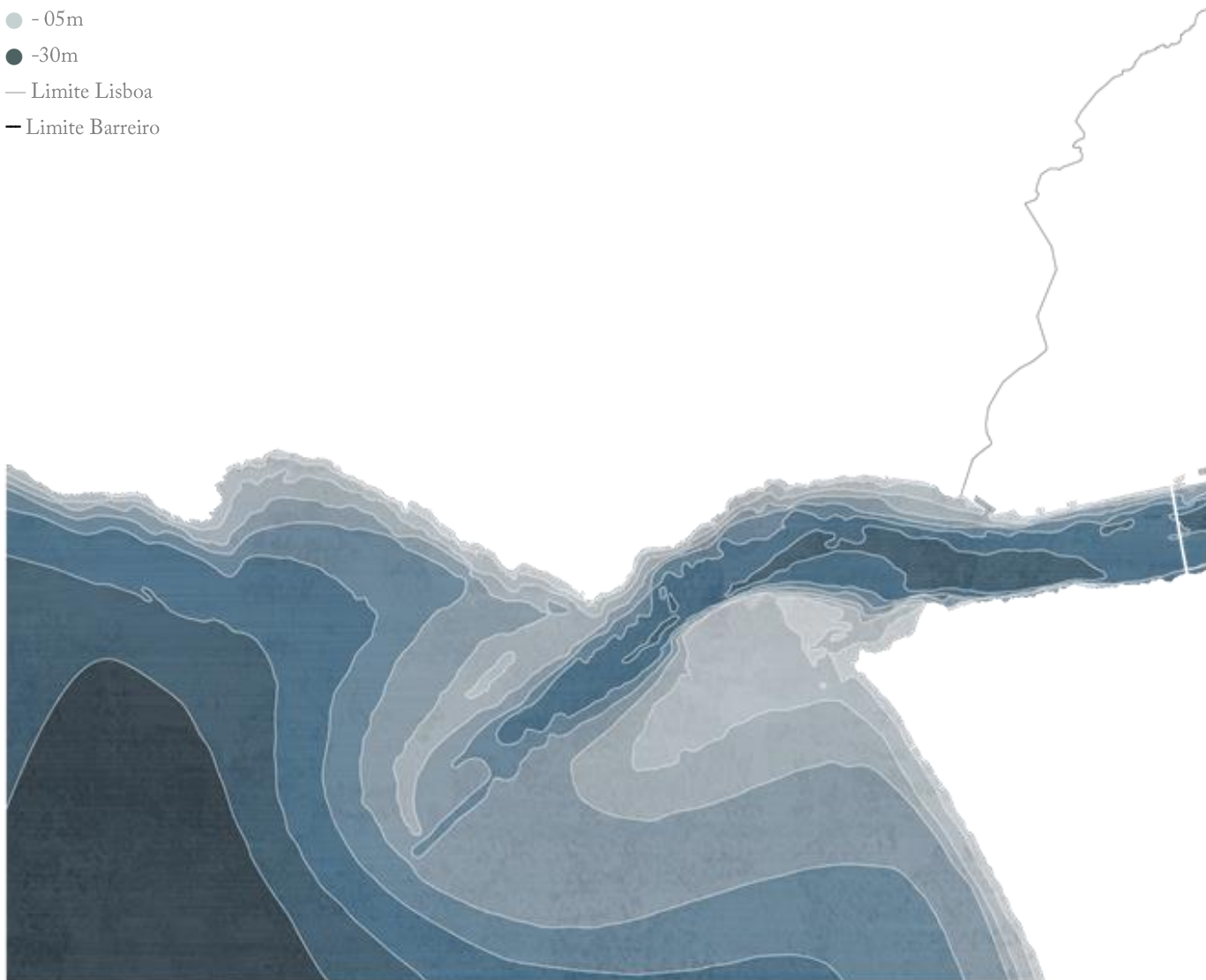
014. *(página atual e oposta)*

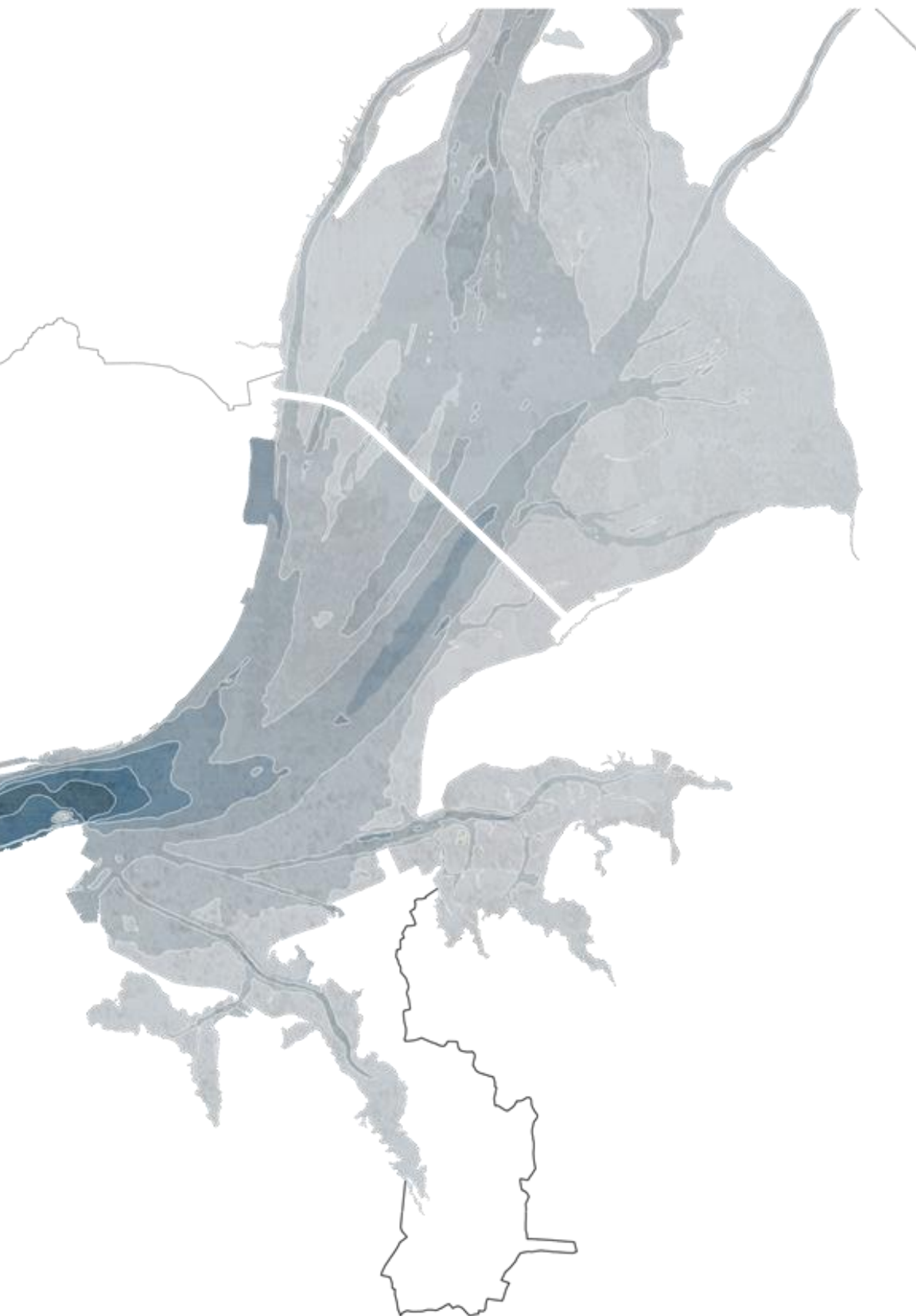
Batimetria do estuário do rio Tejo – onde é possível observar as profundidades que o compõem.

Escala 1:150 000.

Imagem reproduzida pela autora, 2016.

- - 05m
- -30m
- Limite Lisboa
- Limite Barreiro







015.
O rio Tejo nos anos 50.

A atividade portuária: a navegabilidade do rio

*Pelo Tejo, o Portugal marítimo abraça o Portugal agrícola, fundindo numa as duas fisionomias típicas da Nação.*³¹

*[...] o Tejo forma aqui o mais famoso porto do mundo, e um grande seio, fazendo-se navegável no espaço de vinte léguas, posto que não continue na mesma largura, daremos notícia de todos os portos, que há desde a barra para dentro de Tejo de uma, e outra parte. Portos do Tejo da parte sul: [...] Coima, Fornos D'El Rei, Palhais, A Telha, A Verderena, Barreiro, Lavradio, Barra a Barra, Alhos Vedros, Moita [...]*³²

Como já mencionado, historicamente é impossível dissociar o rio Tejo do desenvolvimento da capital, inclusive da nação, em que a sua navegabilidade secular até à fronteira permitiu a conexão permanente entre o litoral e o interior, contribuindo intensamente para a organização e desenvolvimento da cidade lisboeta. Serviu, durante séculos, como a mais importante via de comunicação do país e a principal porta para o estrangeiro.

³¹ MARTINS, Oliveira – *História de Portugal, tomo primeiro*, 8.^a edição. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, p. 46.

³² NABAIS, António J. C. Maia – *Património marítimo portuário em Portugal* in revista “Portus”, ano 3, n.º6. Veneza: Marsilio Editori, p. 15.

O estuário do Tejo assegurava-se enquanto um mar interno encerrado em si; porém, a fácil penetração dos territórios lisboetas – através dos braços do rio que entravam terra adentro e da fácil ligação ao interior – favoreceu desde a antiguidade a fixação dos povos que entravam na barra, nomeadamente fenícios, romanos e árabes. Depois dos romanos, foram os mouros, a partir do ano 711, que impulsionaram a atividade marítima e comercial, favorecendo o câmbio de produtos com os povos do Mediterrâneo e do Oriente.

*A Asch-Bonnah (Lisboa) mourisca era uma cidade importante para o mundo árabe, e o seu porto afamado, como reconheciam os cruzados, que tocavam o porto de Lisboa e nele efetuavam igualmente as suas operações de comércio. [...] Ao mesmo tempo, começam-se a atribuir funções específicas para os diferentes espaços da praia do Tejo: as tercenas (estaleiros da construção naval), o cais do trigo, o cais do tojo, o cais da pedra, o cais do carvão, o cais da madeira, o cais da embarcação das bestas e assim por diante [...]*³³

Posteriormente, é já no reinado de D. João I que, a partir do porto de Lisboa, se inicia a descoberta de novos povos e comércios e se aumenta a fronteira do mundo desvendado, transformando o porto de Lisboa num dos pontos relevantes do comércio global. Foi nesta época que se fortaleceu a segurança e a vigilância da entrada no estuário do Tejo, sendo erguidas

³³ NABAIS, António J. C. Maia – *Património marítimo portuário em Portugal* in revista “Portus”, ano 3, n.º 6. Veneza: Marsilio Editori, p.12-17.

fortalezas na sua margem esquerda, desde Cabeça Seca até Almada. O porto de Lisboa representava um notável exemplo de um grande porto marítimo, tanto por integrar em si todas as fases de uma estrutura portuária de grandes dimensões, como pela situação geográfica estratégica relativa ao interior do país e aos restantes continentes. Referindo-se ao porto de Lisboa, Orlando Ribeiro afirma:

*Era o mais importante complexo portuário do País e a navegação dos esteiros do Tejo permitiu, até tarde, aproveitar ao máximo o transporte de mercadorias e o deslocamento rápido de passageiros.*³⁴

Morfologicamente, o estuário do Tejo e os seus esteiros permitiram a existência de mais portos. Destaca-se o rio Coina, que desagua no Tejo junto à Alburrica no Barreiro, que foi desde a Idade Média muito navegado pelas embarcações dos portos das suas margens – de modo a garantir o transporte dos produtos agrícolas da região de Azeitão e das quintas da zona, da farinha dos moinhos de maré e dos biscoitos do Vale de Zebro. Este rio, equiparado ao Tejo, era também uma importante via, que unia a capital ao sul do reino, como nos revela o foral, de 15 de fevereiro de 1516, dado por D. Manuel, onde afirma que a vila de Coina era:

*[...] um porto de passagem pryncpal para esta cidade.*³⁵

³⁴ NABAIS, António J. C. Maia – *Património marítimo portuário em Portugal* in revista “Portus”, ano 3, n.º6. Veneza: Marsilio Editori, p. 15.

³⁵ A.N.T.T., Livro de Forais Novos dentre Tejo e Odiana, fls. 88- 105 v. (4)



3.2. O PATRIMÓNIO NAS FRENTES RIBEIRINHAS DO ESTUÁRIO DO TEJO

016. (*página oposta*)
Praia do Barreiro.
Autor desconhecido,
1905.

Este corpo de água, que é o estuário do Tejo, é um testemunho material da identidade nacional, que faculta um conjunto patrimonial baseado tanto nas suas particularidades naturais, bem como nas socioculturais e arquitetónicas.

017. (*página oposta*)
Varinas, Tejo e
Alfama, entre os anos
30 e 50, no Cais da
Ribeira. Autor
desconhecido.

Ao longo dos tempos, as vivências ribeirinhas construíram uma cultura muito própria, presente em inúmeras realidades: nas aldeias, nas vilas, nas cidades, nas atividades rurais e industriais, nas embarcações, nas atividades lúdicas e desportivas, nas marinhas de sal e nas gentes ribeirinhas – pescadores, salineiros, carpinteiros navais, valadores, operários, artistas, escritores, entre outras. Todos estes artefactos e/ou memórias concedem a este rio um carácter profundamente humanizado, persistente ao longo do tempo, do qual se retiram vivências muito particulares e íntimas face ao rio.

018. (*página oposta*)
Varina à beira do Tejo.
Autor desconhecido,
s.d.

Desde a pré-história até à atualidade que o território das margens deste estuário tem tido uma ocupação muito intensa e diversificada, que inevitavelmente vai deixando memórias e vestígios identitários nos lugares. Salientam-se os testemunhos da presença romana e árabe, bem como do período dos Descobrimentos e da Industrialização portuguesa – que registam as fases da pré-industrialização, da industrialização e da desindustrialização.

*“Minha varina,
chinelas por Lisboa.
Em cada esquina
é o mar que se apregoa.”*

Ary dos Santos

A título de exemplo mencionam-se: as fábricas de conserva de peixe da época romana em Lisboa, na Casa dos Bicos e em Cacilhas; as olarias romanas em Corroios e Porto dos Cacos; os fornos de vidro em Salvaterra de Magos, Alcochete e Coima; os

fornos de cal em várias localidades ribeirinhas; os fornos de biscoito em Vale de Zebro; os moinhos de maré e de vento em Alcântara, Póvoa de Santa Iria e na Margem Sul (de Almada até ao Montijo); a siderurgia, a indústria corticeira e química; e ainda, os estaleiros navais, os marinhos de sal, os portos e os portinhos até às secas de bacalhau.

O conjunto patrimonial do Tejo inclui também estruturas como: paços reais, solares e castelos (Ródão, Belver, Amieira, Abrantes, Almourol, Santarém, Almada e Lisboa); embarcações tradicionais; diques, barragens, canais (Azambuja); estruturas industriais e de transporte (pontes metálicas e caminhos de ferro). Elas servem também de inspiração e objeto de estudo das artes: literatura, poesia, música, fotografia e pintura.

Como já mencionado, o Tejo proporcionou simultaneamente a construção e desenvolvimento de grandes centros urbanos, como as cidades medievais de Lisboa, Santarém e Abrantes, e, já na época contemporânea, cidades que se ergueram nas margens do estuário, como Oeiras, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete. Embora a edificação das últimas, mais precisamente as da Margem Sul, se deva essencialmente às carências da capital, tornando-as secundárias.

*[...] o desenvolvimento da Margem Sul do estuário do Tejo continua a ser reflexo das necessidades e frustrações lisboetas.*³⁶

³⁶ CRUZ, Maria Alfredo - *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e Formas de Organização do Espaço*. Lisboa, 1973, p.329.

019. *(página oposta)*

O barco Évora e banhistas na praia Mercantil. Autor desconhecido, 1978.

020. *(página oposta)*

Banhistas na praia fluvial de Alburrica. Fotografia da autora, 2016.



Destaca-se a Margem Sul do estuário do rio Tejo, na qual se integra a cidade do Barreiro e em particular a zona Alburrica-Mexilhoeiro, enquanto área de intervenção e de estudo do presente trabalho. Acerca da Margem Sul:

Temos o estuário de um grande rio. Numa das margens temos uma grande cidade, a capital do império, Lisboa. Na outra margem está uma região que cresce à sombra da cidade. É a “borda d’água”, onde crescem Alhos Vedros, a Moita, Montijo, Alcochete, Sarilhos Grandes, Baixa da Banheira, Barreiro e Lavradio.

Todas vivem do Tejo e de Lisboa e para o Tejo e para Lisboa. Os esteiros ajudam a aproximação do rio às vilas. Mas ainda é necessário atravessar o Mar da Palha para chegar a Lisboa onde se deixa o vinho, o sal, o trigo moído, a lenha, os vidros, a cerâmica, a cal, os biscoitos, o sabão, a cortiça e o gás. E da grande cidade, na viagem de regresso, os barcos trazem o lixo. Tudo isto é fruto de uma atividade que liga o Homem à terra, ao mar, à indústria.

A paisagem da Margem Sul é, assim, a paisagem que o homem transforma, de acordo com as suas necessidades económicas e em particular com as necessidades da grande metrópole que é Lisboa.³⁷

³⁷ SANTOS, Maria Clara - *Retrato em Movimento do Concelho da Moita*. Câmara Municipal da Moita/Departamento de Ação Sociocultural, 2004, p.17.

021. *(em cima)*

Relação da cidade lisboeta com o Tejo e a Margem Sul. Vista a partir do Terraço do Palácio da Justiça de Lisboa. Fotografia da autora, 2016.

022. *(em baixo)*

Vista sobre o Tejo e Lisboa durante a travessia fluvial. Fotografia da autora, 2016.

No decorrer das últimas décadas, devido a acontecimentos, sobretudo de ordem económica, assistiu-se a um acelerado abandono e desprezo do património sociocultural, fomentado ao longo de séculos pela prática de variadíssimas atividades económicas que usufruíam dos recursos naturais fornecidos pelas águas do rio. Contudo, pode-se, até aos dias de hoje, apreciar o Tejo histórico através das memórias e das cidades, dos monumentos medievais e das estruturas arquitetónicas da Idade Moderna, nomeadamente da época dos Descobrimentos e das instalações da época da Industrialização. Estes representariam valiosos pontos de passagem de um exequível itinerário turístico-cultural, que valorizasse o património histórico do Tejo.





*Por entre os diversos engenhos arcaicos de moenda que existiram ou ainda existem no nosso país – os moinhos de vento, as azenhas e os moinhos de maré – são os últimos os mais esquecidos e ignorados.*³⁸

Fernando Castelo-Branco

³⁸ CASTELO-BRANCO, Fernando – *Os Moinhos de Maré em Portugal* in Panorama - Revista Portuguesa de Arte e Turismo, IV série, n.º 14. Lisboa: SNI. Junho 1965, p.49.

3.3. OS MOINHOS DE MARÉ: UM DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS

023. (página oposta)

A comporta e as dez arcadas do Moinho de maré Braamcamp no Barreiro. Fotografia da autora, 2016.

Os moinhos de maré: património arquitetónico e industrial

De entre as muitas estruturas arquitetónicas que ao longo do tempo se ergueram nas margens do Tejo, destacam-se os moinhos de maré, elementos dos quais se encontram múltiplos exemplares no território a intervir e que dependem do principal objeto de estudo – a água estuarina.

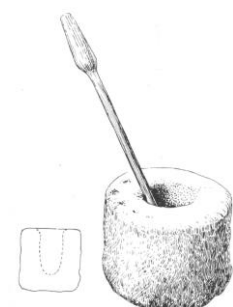
Estes moinhos testemunham importantes construções industriais da Idade Média, não só pela sua forma arquitetónica, de estrutura assaz sólida em pedra aparelhada e com arcadas voltadas para o rio, mas sobretudo, devido à sua mecânica e utilização de todo um sofisticado equipamento de moagem. Representam também uma grande parte dos vestígios do património português da época da pré-industrialização, em que atuaram como grandes fornecedores de farinha.

024. (página oposta)

Alçado virado para o rio do Moinho de maré Braamcamp no Barreiro. Fotografia da autora, 2016.

[contextualização histórico-cultural]

Na generalidade, poder-se-á afirmar que a história da moagem acompanhou a evolução humana, pois desde a pré-história que o Homem necessitou de recorrer à pré-trituração dos grãos das gramíneas bravas colhidas para a sua alimentação. Este processo começou por ser entre duas pedras manuseáveis, evoluindo para a fixação da pedra côncava e deixando a outra manuseável, em que combinando movimentos de bater e esfregar garantia-se o esmagamento. Lentamente foram criados utensílios específicos, como o almofariz e pilão, e a mó plana com reboło.

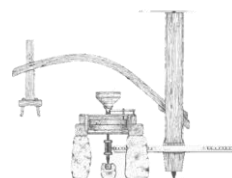
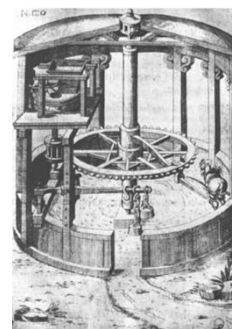
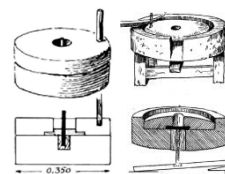


025.

Almofariz de pedra com pilão de madeira.

Contudo, o progresso da moagem só se deu com o aumento da produção de cereais e com a difusão do consumo de pão, o que só veio a acontecer com o advento da romanização. Surgiu assim um novo modo de proceder à moagem, através da mó circular manual – constituída por duas mós de pedra circulares sobrepostas, puxada por escravos, condenados e animais –, da evolução deste surgiu, ainda, a atafona, esta já constituída por mós de grandes dimensões rotativas e sobrepostas.

Em Portugal, durante a Idade Média, só com o aumento do consumo de pão, sentido especialmente nos meios urbanos, é que a moagem alcançou uma maior escala produtiva em atafonas³⁹. A nível nacional, aquando da islamização da Península Ibérica (século VIII) era a azenha – moinhos movidos pela força da água fluvial –, que predominava, tanto na moagem da farinha como no processamento da azeitona. O surgimento dos moinhos de maré deu-se muito mais tarde, embora se encontrem referências documentais de moinhos de rio da época do império romano (século XV). Atualmente está difundida a ideia de que o moinho de maré é uma realidade Atlântica, de origem europeia, que data da Idade Média. Quanto a Portugal, pensa-se que o Algarve, de onde surgem notícias que remontam ao século XIII, foi o "berço" da moagem maremotriz⁴⁰.



026. *(em cima)*

À esquerda, mó manual com segurelha. À direita mó manual com urreiro.

027. *(ao meio)*

Atafona de Leonardo Ramelli, 1620.

028. *(em baixo)*

Atafona de S. Miguel.

³⁹ A título de exemplo, a ascensão de atafonas nesta época foi de tal modo evidente que, em meados do século XV haveria em Lisboa cerca de 800 atafonas profissionais (moleiros).

⁴⁰ QUARESMA, António Martins – *Rio Mira - Moinhos de Maré*.

[Consultado a 20 de outubro de 2016] Disponível na internet: <URL: <http://www.milfontes.net/e-book/livro%20moinhos%20de%20mare.pdf>>.

029.

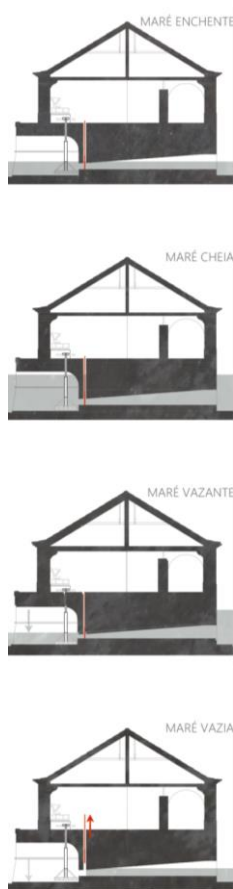
Esquemática do funcionamento de um moinho de maré. Imagem produzida pela autora, 2016.

[o funcionamento e a técnica]

Os moinhos de maré pertencem a uma tipologia específica dos moinhos hidráulicos, que utilizam o diferencial do nível de água entre a preia-mar e a baixa-mar para colocarem em movimento os mecanismos de moagem. Localizam-se, por isso, próximo da costa, geralmente em estuários com margens alagadiças e esteiros⁴¹. A escolha do local de implantação recaía tanto pelo alcance de uma boa velocidade das correntes na enchente e na vazante, bem como na boa acessibilidade ao local, tanto por terra como por água.

A água, na enchente, é retida numa grande represa, a caldeira, em que o fluxo hidráulico garante a abertura da comporta. Tanto a comporta como os pejadouros são elementos essenciais, funcionando como válvulas. A primeira regula o fluxo de água na caldeira, que se abre e fecha sem intervenção do moleiro, sendo o fluxo hidráulico que a controla; e os segundos controlam a passagem de água pelas setias. Na maré vazante, a corrente provocada pela descida da maré provoca o encerramento da comporta, e assim garante a permanência da água na caldeira. No início da maré vazia, a caldeira encontra-se cheia e ao levantarem-se os pejadouros, a água é encaminhada através das setias para os rodízios, os quais, como turbinas, convertem a energia hidráulica em energia mecânica e assim se proporciona a moagem. O funcionamento do moinho é, por isso, ditado pelo ritmo das marés.

MOINHO DE MARÉ BRAAMCAMP



⁴¹ Estas zonas, de sapais facilmente inundáveis pelas marés, permitem facilmente estabelecer a diferença do nível de água entre a caldeira e o rio.

Os parâmetros a seguir referenciados caracterizam especificamente os moinhos implantados na margem sul do estuário do Tejo. Estes foram analisados e categorizados de acordo com a análise efetuada por Maria Eugénia Santos.⁴²

[as tipologias: a forma, a função e o estilo]

Por norma, a localização da implantação destes moinhos era central ou num dos extremos da caldeira, tendo em vista a fácil acessibilidade. A distribuição dos espaços interiores era sempre a mesma, com uma grande área retangular de laboração com os mecanismos de moagem, uma área de receção dos cereais, uma de armazenagem e, ainda, em alguns casos uma para habitação do moleiro. A construção destes moinhos no estuário do Tejo era também sempre de planta retangular, mas com variações na volumetria, podendo-se considerar cinco tipologias volumétricas:

Tipologia 1: só piso com um piso, com ou sem habitação do moleiro, devendo este corresponder ao estado original;

Tipologia 2: com dois pisos, em que o piso superior ocupa apenas uma parcela sobre o piso inferior. Prevê-se que esta deve ter surgido após o terramoto;

Tipologia 3: com dois pisos, em que o piso superior ocupa uma parcela em cada extremo;

Tipologia 4: com dois pisos completos;

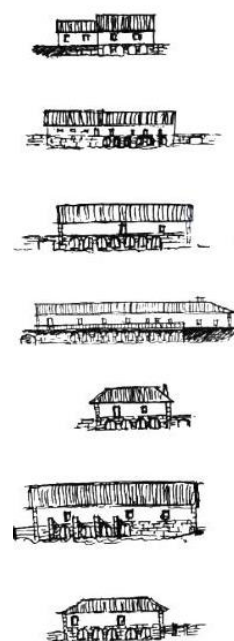
Tipologia 5: moinhos com alterações de tal modo significativas que descaracterizaram totalmente a edificação original.

⁴² SANTOS, Maria Eugénia de Jesus – *Moinhos de maré - Património industrial*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Reabilitação da arquitectura e núcleos urbanos. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. 2001.

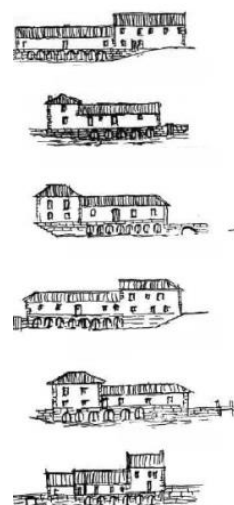
030. (página atual e oposta)

Esquematização das cinco tipologias dos moinhos de maré.

[tipologia 1]



[tipologia 2]



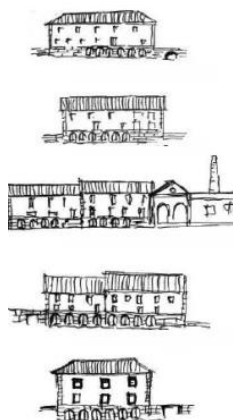
[a construção, o material e tecnologia: sistemas construtivos]

Estruturalmente, estes edifícios são assentes numa sólida estrutura de pedra calcária – bastante resistente à água e a força das marés –, aparelhada desde o piso submerso até ao piso de laboração. Esta estrutura desenha os caboucos para os rodízios, bem como a setia, o canal de passagem da água. Ao nível de pavimentação, o piso térreo de laboração é em lajedo de pedra, e nos restantes espaços o pavimento é em sobrado de madeira de carvalho ou casquinha. A pedra calcária, para além de surgir no embasamento e caboucos, surge também nas cantarias, molduras de portas e janelas, sendo a caixilharia destas em madeira.

[tipologia 3]



[tipologia 4]



As paredes exteriores originais são de alvenaria mista, de pedra muito irregular e fragmentos de tijolo, enquanto as posteriores ao terramoto integravam alvenaria de tijolo furado com juntas de argamassa de cal e areia. As paredes tinham, ainda, âncoras em ferro para reforçar toda a sua estrutura. As paredes interiores originais são constituídas com estrutura de madeira, do tipo frontal ou de tabique. Tanto as paredes exteriores como as interiores são caiadas de branco. As escadas interiores, ao existirem podiam ser duas, uma de acesso à habitação do moleiro (escada de tiro de um só lance), logo junto à entrada e outra na área de laboração, dando acesso ao celeiro (escada do tipo bordo).

[tipologia 5]



Relativamente às coberturas, são constituídas por estrutura de asnas e madres em madeira antiga, tipo casquinha ou carvalho, com telhados de duas, três ou quatro águas, revestidos a telha de meia cana, tal como os beirados.



031. (página oposta)

Identificação dos moinhos de maré nas margens do estuário do Tejo.

Escala 1:150 000.

Imagem reproduzida pela autora, 2016.

- Moinhos de maré existentes
- Moinhos de maré vestígios
- Moinho de maré Braamcamp

A moagem na Margem Sul do estuário do Tejo

A Margem Sul do estuário do Tejo, no que diz respeito à construção de moinhos de maré, não foi exceção à tendência expansionista nacional e europeia. Esta tipologia de edificação instalou-se nas margens dos principais rios portugueses, com a finalidade de aproveitar as condições naturais oferecidas pelos esteiros, os braços de rio que se estendem terra adentro, para o processo de moagem das farinhas. Em termos nacionais, eram os moinhos de maré presentes nas margens do estuário do Tejo que alcançavam uma maior taxa de produtividade

A existência de uma considerável extensão de esteiros naturais ao longo do percurso do estuário do Tejo, que se estende desde as proximidades de Almada até Alcochete – locais próximos da capital, local de consumo por excelência e de relativa facilidade de transporte –, permitiu a esta margem do rio reunir condições ideais para a implementação da indústria moageira. Este momento propício, de reunião de necessidade e de condições favoráveis, justifica o aparecimento deste ‘enxame’ de moinhos de maré, especialmente nas margens do rio Coina, onde só dentro dos limites dos atuais concelhos do Barreiro e do Seixal, já se detetaram cerca de 24.

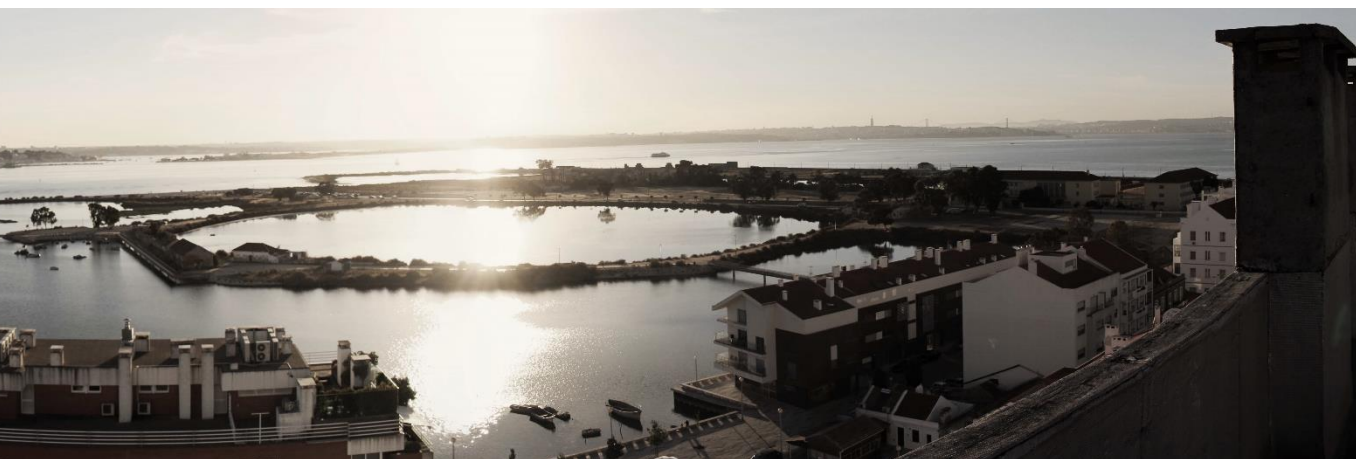
Estes engenhos de farinar construídos na margem estuarina deste rio têm uma origem bastante precoce. Presentemente pode-se afirmar que a sua instalação recua, pelo menos, ao primeiro quartel do século XIII. Os moinhos distribuídos pelas margens do Tejo utilizavam sempre o sistema de roda motriz horizontal – rodízio –, ao invés da roda vertical.



032. *(página oposta e atual, em cima)*

Vista Panorâmica da Alburrica-Mexilhoeiro.

Fotografia de Augusto Cabrita, s.d.



033. *(página oposta e atual, em baixo)*

Vista Panorâmica da Alburrica-Mexilhoeiro.

Fotografia da autora, em 2016.

A moagem no Barreiro

A documentação que regista a existência de unidades moageiras desde o século XIII, na zona em estudo, refere-se à vila de Coina, pertencente ao atual concelho do Barreiro.

*1224, Maio – Doação de uma herdade e moinho com suas pertenças, em Coina, onde chamam Porto dos Cavaleiros, feita por Mendo Rodrigues e sua mulher, Dona Tereza, ao Mosteiro de São Vicente de Lisboa.*⁴³

Existem ainda, referências a outros moinhos na vila de Coina entre 1359 a 1559. Contudo, documentalmente, a referência mais antiga da edificação de um moinho, especificamente de maré refere-se ao último quartel do século XV. O aparecimento de vários moinhos de maré, na margem direita do rio Coina, deveu-se principalmente à implantação do grande impulsionador económico local, o Complexo Real de Vale de Zebro (fábrica de biscoitos), que a par dos fornos lisboetas da Porta da Cruz sustentaram as armadas reais e as fortalezas do reino no período dos Descobrimentos. No século XV, o moinho de maré d'El Rei, em Vale de Zebro, era o maior do estuário do Tejo, com 8 moendas, tornando-se o principal abastecedor desta fábrica.

A partir do século XVIII, a atividade moageira barreirense expande-se, ao assistir-se a um aumento de população, que por sua vez gerou um aumento de consumo de bens alimentares, em particular de farinha. Compreendendo-se assim, que a estrutura

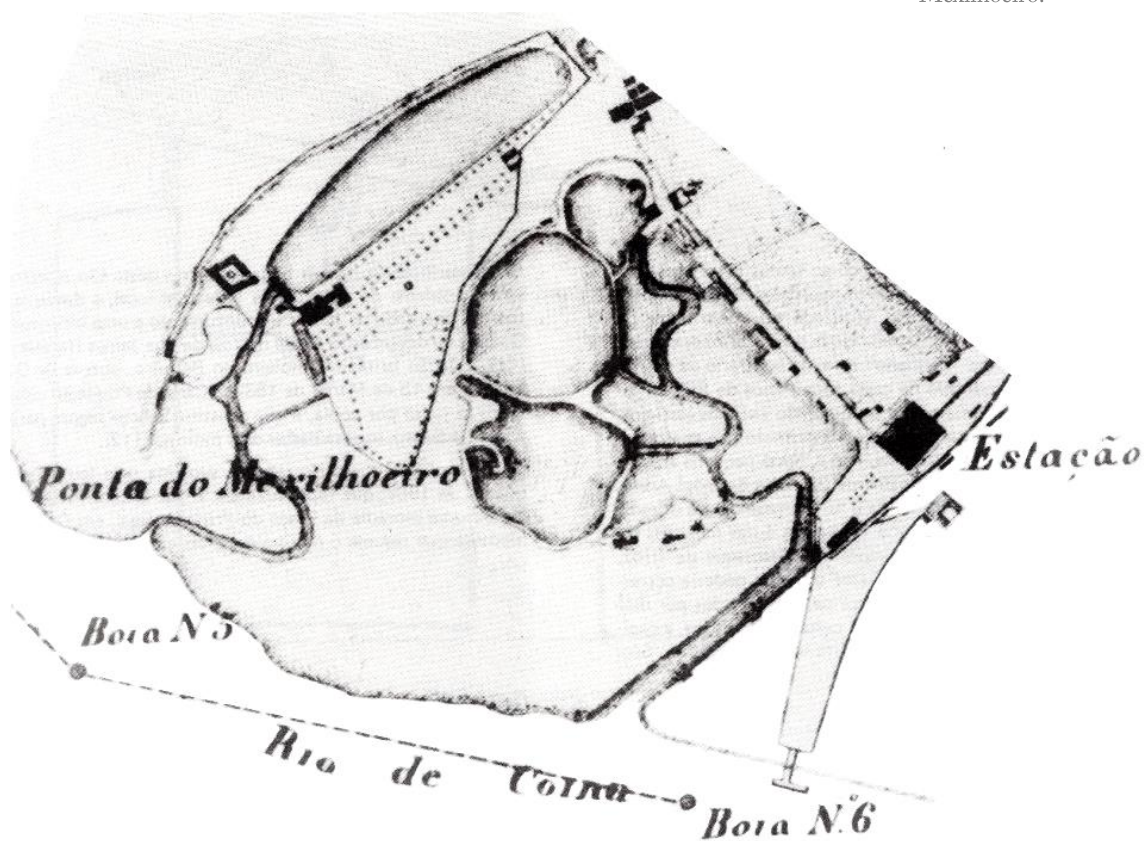
⁴³ *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º2. III Série. Novembro de 1993. Barreiro: Editor Augusto Pereira Valegas, p.33.

técnica de produção de farinha já era exígua, o que justificou a edificação, reedificação e ampliação de alguns moinhos de maré. Esta otimização produtiva traduziu-se num conjunto de modificações expansivas das suas instalações, procedendo-se à definição de um modelo arquitetónico habitacional para o moleiro, ao aumento de bocas por moinho, a alterações no sistema de engrenagens e transmissões e à aplicação de um maior número de peças em ferro fundido no motor. Acrescenta-se ainda que, estes pequenos complexos industriais povoados por funcionários especializados – moleiro, ajudante de moleiro, feitor, rendeiro, carregador, arrais e companheiro do barco do moinho, entre outros –, desenvolviam em simultâneo outras atividades de sustento económico, como outras explorações marinhas e criação de viveiros nas caldeiras.

Entretanto, a resposta continuava insuficiente e escasseava a possibilidade de implantar novos moinhos de maré, devido à necessária conjugação das condições geográficas da bacia estuarina com locais possíveis de susterem as grandes dimensões implícitas neste tipo de intervenções. Deste modo, surgiu a oportunidade de edificar moinhos de vento, que suprimiram, por um lado, as novas exigências de consumo e, por outro, atenuaram os custos de montagem e de manutenção. O aparecimento de um conjunto de moinhos eólicos no Barreiro, desde o século XVIII até à segunda metade do século XIX, representou uma fração do amplo movimento de crescimento e renovação da indústria moageira a nível nacional. Em Alburrica encontram-se três testemunhas deste engenho, que progressivamente substituíram os seus congéneres hidráulicos.

034.

Orla noroeste da cidade do Barreiro: Alburrica e Ponta do Mexilhoeiro.



3.4. ALBURRICA – MEXILHOEIRO: UM CONJUNTO PATRIMONIAL

Contextualização histórica

A área noroeste da cidade do Barreiro, designada de Alburrica⁴⁴-Mexilhoeiro, representa um conjunto patrimonial de grande interesse para a história da cidade, enquanto ocupação desde o epipaleolítico até aos tempos de atividade proto-industrial.

Limitada a norte e a oeste pelo estuário do Tejo e a sul pelo seu afluente rio Coina, esta área de estrutura morfológica indissociável do recorte natural provocado pelos esteiros – que permitem a navegabilidade do estuário e o encontro dos planos de água com as margens – representa uma zona de limite e de transição, onde a água quer ser terra e a terra quer ser água, em que desde os tempos fenícios e romanos promove a íntima relação entre a cidade, o Homem e o rio. As suas características particulares levaram-na a ser procurada para a edificação de distintas estruturas, hoje em dia tidas como patrimoniais.

A ocupação humana nesta área tem origens tão remotas quanto o epipaleolítico, fundamentadas pelas descobertas, na Ponta do Mexilhoeiro, de espólio arqueológico em Pedra (sílex, basalto, calcário e granito) recolhido por um amador no final da década de 60. Alguns desses artefactos serão mesmo remontáveis ao neolítico (furadores, pesos e machados). Posteriormente, na Idade Média, terá sido aproveitada para a implementação de salinas, tal como se comprova a partir de documentação referente à reconversão destas em caldeiras.

⁴⁴ Segundo José Pedro Machado (*Vocabulário Português de Origem Árabe*, 1991), Alburrica é um topónimo derivado do árabe *al-barriqâ*, «brilho, esplendor».

O surgimento desta tipologia de engenhos moageiros veio inaugurar o surgimento da proto-indústria, no século XVIII, descrita como uma indústria primitiva de carácter artesanal. Contudo, mais tarde deu-se o aparecimento de cinco moinhos de vento, dos quais só restam quatro, que influenciaram a desativação e abandono dos moinhos regidos pelas marés.

A atividade erosiva provocada pelo tráfego fluvial fez emergir no Mexilhoeiro estruturas pertencentes à primeira Ponte-Cais dos Vapores do Tejo e Sado, do século XIX. Existem ainda vestígios da estrutura referente à segunda ponte, constituída por uma série de pilares, tipo “duques de Alba”, construídos dentro de ensecadeiras, um pontão de pedra aparelhada e material de enchimento que se prolonga na duna concrecionada.

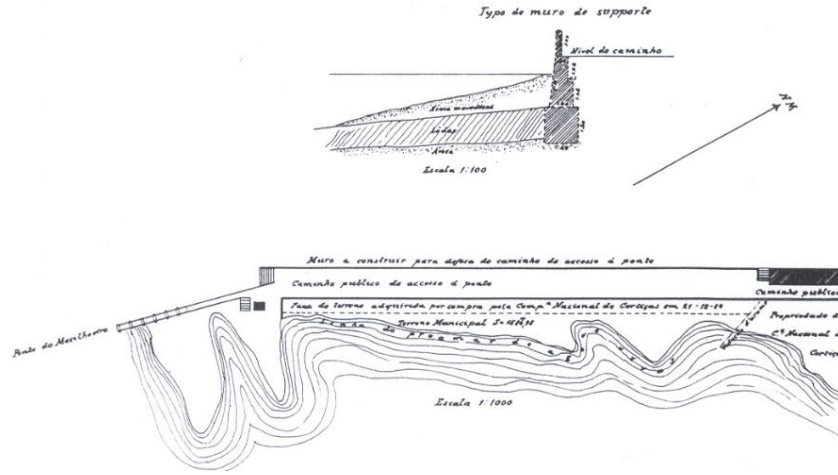
Antes da construção da Estação Ferroviária e Fluvial, na Avenida de Sapadores do Sul e do Sueste, foi edificada a Ponte Fluvial dos Caminhos de ferro do Sul, que serviu como cais de atracagem dos vapores da CP, o terceiro a existir na zona. Também nesta zona são visíveis os vestígios desta longa ponte, constituída por núcleos de 5 estacas cada, em que a principal apresenta um diâmetro médio de 0,40m.

Junto aos moinhos de vento, esta zona albergou ainda um estaleiro de construção naval, do mestre Francisco Ferreira, que laborou até meados do século passado. Algumas das estruturas, lembrando palafitas, que se observam no areal em frente aos moinhos, faziam parte da área funcional deste estaleiro.⁴⁵

⁴⁵ Espaço Memória-Arquivo Municipal – Alburrica-Mexilhoeiro, um conjunto patrimonial. [Consultado a 10 de julho de 2016] Disponível na internet: <URL:<https://patrimoniobarreiro.wordpress.com/publicacoes/artigos/895-/>>.

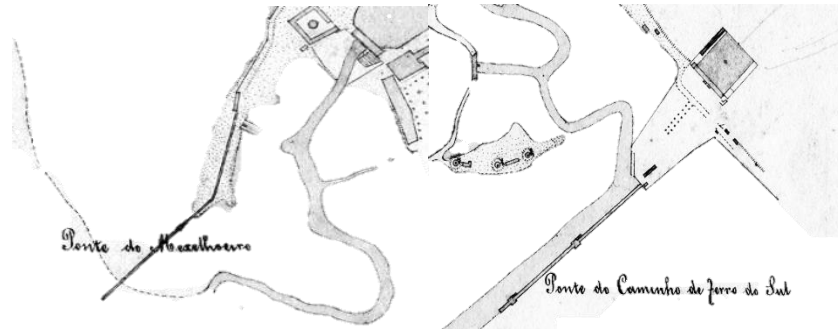
035.

Planta da faixa de terreno que a Companhia Nacional de Cortiças possui entre a sua fábrica e a ponte do Mexilhoeiro no Barreiro.



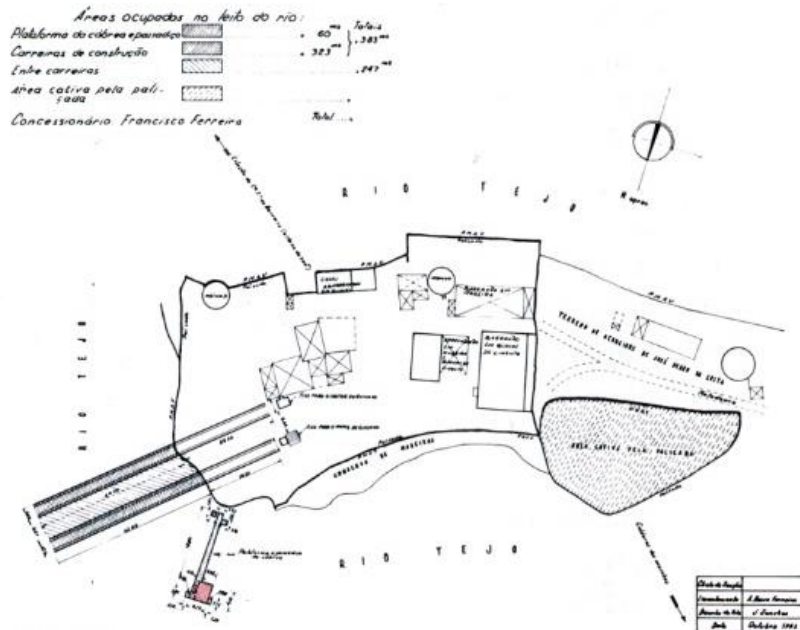
036. (à esquerda)

Ponte do Mexilhoeiro.



037. (à direita)

Ponte Fluvial dos Caminhos-de-Ferro do Sul.



038.

Planta do estaleiro de construção naval, em Alburrica. Encontra-se assinalado a vermelho a plataforma de apoio da Cábrea (guindaste).

Acrescenta-se a estas estruturas patrimoniais, a Quinta Braamcamp – o lugar a intervir. Esta área ribeirinha acolheu, entre outras ocupações, uma indústria corticeira, a última de produção significativa para a economia local, que foi desativada em 2008 por declaração de insolvência e, posteriormente, vítima de incêndio, resultando num conjunto de ruínas de um legado industrial.

Este último vestígio de produção industrial representa uma pequena porção do histórico industrial barreirense, que no século XX serviu de assento para a implantação de um grande complexo industrial a nível da Península Ibérica, a CUF – Companhia União Fabril, resultante da união de duas empresas industriais lisboetas. A primeira grande fábrica da CUF foi implantada no Barreiro em 1907. A sua produção era bastante vasta, atingindo produtos tão distintos como químicos, tabaco e construção naval. Foi administrada por Alfredo da Silva até ao seu falecimento, em 1942. Seguidamente, já dirigida por Manuel de Mello, aposta numa expansão de produtos; contudo, em 1975, encerra com a nacionalização das empresas do grupo.

É de notar que esta cidade muito deve à expansão industrial, pois a partir de 1911 até aos finais da década de 60, a população residente quase duplicava a cada duas décadas, principalmente devido ao aparecimento de trabalhadores oriundos de outras regiões do país. Porém, em 2008, a população do concelho assinalava 77 893 habitantes, resultado de um decréscimo populacional que se registava desde 1981, após o declínio da produção industrial.

039. *(página oposta)*

Descaracterização paisagística e alterações bioclimáticas do Barreiro (localidade agrícola e piscatória) devido à indústria química. Autor desconhecido, s.d.

040. *(página oposta)*

Vista aérea da cidade do Barreiro, em 1984.



Atualmente, esta cidade reflete os efeitos do declínio de um grande complexo industrial, efeitos que residem sobretudo no abandono de grandes áreas e na desarticulação da malha urbana. No excerto abaixo, verificam-se os pontos fortes enunciados numa candidatura (Ação REPARA), em 2009, que apela à regeneração de uma parcela deste território.

*A sua localização privilegiada central a sul, dotada de espaços livres a reabilitar, de futuras redes de transportes assentes nas modalidades ferroviárias, rodoviárias e fluviais e a frente ribeirinha munida de uma das mais belas paisagens sobre a cidade de Lisboa traduzem a atratividade deste território perante investidores privados.*⁴⁶

Tal investimento não se concretizou, verificando-se até hoje, carências significativas a nível de infraestruturas viárias que comuniquem com a restante AML. Contudo, existiram melhorias na acessibilidade à capital, desde a abertura das pontes sobre o Tejo, como no investimento nos transportes públicos, da qual resulta a conotação de ‘cidade dormitório’ dada ao Barreiro, em que a população realiza diariamente deslocações pendulares entre Lisboa, local de trabalho, e o Barreiro, local de habitação. Acrescenta-se ainda, a carência de equipamentos culturais e de lazer competitivos que apelem ao fluxo de pessoas e bens, que dinamizem a cidade e o assentamento de nova população, ao invés do abandono contínuo.

⁴⁶ Programa de Ação REPARA – Candidatura para a Regeneração Programada da Área Ribeirinha de Alburrica, Barreiro. Julho 2009, p. 29.

O Antepiano de Urbanização da vila do Barreiro de 1957

O excerto abaixo revela-nos as considerações finais do caso de estudo do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957. Este estudo contribui também para o reconhecimento paisagístico e patrimonial da zona de Alburrica-Mexilhoeiro.

*[...] a dissociação, verificada no Barreiro, entre industrialização e urbanização pode ser considerada como um caso paradigmático por ter sido um dos locais onde ela se configurou com maior gravidade. Apesar de se tratar de um centro industrial de importância peninsular, o Barreiro foi crescendo sem instrumentos orientadores e norteadores, fustigando a vida de milhares de trabalhadores e habitantes, por insensibilidade ao bem comum, falta de visão e de preparação da administração pública (nacional e local) e de outros intervenientes no processo urbanístico.*⁴⁷

Ao verificar-se que a industrialização foi um movimento de ampliação de forças produtivas que concentrou mão de obra operária em redor das estruturas fabris e que, conseqüentemente, levou à formação de centros urbano-industriais, entende-se o porquê deste fenómeno de concepção urbana, sem instrumentos e matriz estruturante, do qual o Barreiro é vítima, ter comprometido a qualidade urbanística da vila (cidade desde 1984) gerando um espaço urbano disforme e desorganizado (ainda hoje visível).

⁴⁷ FARIA, Carlos Vieira de - *Industrialização e Urbanização em Portugal: Que relações? O caso do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957*, p. 22.

O Barreiro só a partir de 1957 é que passou a dispor de um Plano de Ordenamento e Gestão Urbana, concedido pela Câmara Municipal do Barreiro (CMB). Este desinteresse, até então, comprovado pela ausência de princípios orientadores e estratégicos que permitissem planear e delimitar o tecido urbano, indo a reboque dos interesses particulares e resolvendo os problemas como casos isolados, desenvolveu um meio urbano ausente de noção de conjunto e sem perspetiva futura.

O acelerado crescimento populacional só veio agravar a situação e revelar a insuficiente resposta do Barreiro face ao comércio e serviços, tanto a nível sociocultural, como desportivo e religioso. Posto isto, tornou-se inadiável a construção de infraestruturas, a pavimentação dos arruamentos, e ainda a construção, a norte, de uma muralha de proteção contra a invasão do Tejo.

Em Setembro de 1945, a CMB contratou, por indicação da DGSU ⁴⁸, o Arquiteto Paulo Cunha e o Engenheiro Santos Silva, para a elaboração do Antepiano de Urbanização do Barreiro. Este percurso ficou vincado por divergências entre a CMB e a DGSU, que se arrastaram ao longo do tempo e pela atitude displicente da CMB – a título de exemplo, a CMB só procedeu à entrega de plantas topográficas e resultados de inquéritos em 1948, data em que expirava o prazo do dito Plano. O Arquiteto Paulo Cunha, especialista em centros urbanos com frentes de água, demonstrava influências modernistas, sacrificando a estrutura dos velhos aglomerados, ao propor a sua demolição.

⁴⁸ Direção-Geral dos Serviços de Urbanização.

041. *(página oposta)*

Secção n.º 442 da Carta Militar do Instituto Geográfico do Exército Português, 1940.

042. *(página oposta)*

Planta de trabalho do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957, com a identificação dos núcleos residenciais propostos. Inclui ainda, em sobreposição, a Planta do Plano de Pormenor do núcleo “A” (proposta da nova localização do Estádio Desportivo Barreirense).



Esta estratégia, que impunha a demolição ‘cega’, ficou evidente no Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957, que tinha como horizonte uma população que, no máximo, atingiria os 38 000 habitantes.

Em função de tal, planearam-se duas zonas habitacionais, uma situada a norte e outra a sul da linha férrea, em que cada uma destas incluiria vários núcleos residenciais. A norte e poente integrar-se-iam os núcleos ‘A’ e ‘B’, enquanto a sul, os núcleos residenciais de ‘C’ a ‘H’, destinados a habitação económica e operária, exceto o núcleo ‘H’ que se destinaria à residência promovida de exploração agrícola.

O núcleo ‘B’, que abrange o aglomerado mais antigo e histórico, o denominado Barreiro-Velho, renovar-se-ia enquanto zona própria e salubre para habitação; no entanto, o Plano de Pormenor deste núcleo (1965), da autoria do Arquiteto Alves de Sousa, implicaria muito mais que a aplicação dos princípios higienistas, propondo uma intervenção demolidora que, a ser aplicada, teria desfigurado grande parte deste centro histórico ribeirinho do Tejo. As ruas Marquês de Pombal e António Augusto Aguiar seriam engolidas por esta operação inspirada no movimento modernista de Le Corbusier e na sequente implantação de um vasto conjunto de blocos de quatro pisos.

Para este trabalho, importa salientar o núcleo ‘A’, que se apropria da zona de estudo e intervenção. Esta proposta promovia a expansão da vila a poente, implicando a anulação da zona Alburrica-Mexilhoeiro, promovendo assim uma rutura com

o passado. Roubada ao mar por aterro, esta zona receberia o novo Terminal da linha de Caminhos de ferro da linha do Sul e Sueste, e o novo Porto Fluvial do Barreiro, construído na zona de confluência do rio Coina com o Tejo. Esta expansão justificava-se pela tentativa de impedir a extensão da vila pela planície situada a sul do complexo industrial da CUF, cujas indústrias químicas libertavam gases tóxicos que, arrastados pelos ventos dominantes do norte, a tornavam insalubre e imprópria para habitação. A esta medida somava-se ainda a intenção de implementação de um Plano de Arborização, como estratégia de qualificação do ar. Contudo, a construção do núcleo 'A' implicaria o uso de fundações mais caras do que as correntes, propondo-se então a construção em altura como modo de compensação económica. Esta área receberia também edifícios públicos, relacionados com a atividade comercial, de armazenamento associado à exploração do porto fluvial e do caminho de ferro e ainda, de carácter lúdico-desportivo. Destaca-se assim, a proposta para o novo Estádio Desportivo Barreirense (1956), do Arquiteto Cabeça Padrão. O papel interventivo deste arquiteto, natural do Barreiro, na sua terra natal foi bastante intenso ao longo de várias décadas.

Admitindo a tese de que todo o homem é fruto de uma época, é imprescindível mencionar o confronto de ideias que, em Portugal, animaram os anos 50 e 60, no que diz respeito ao urbanismo e à arquitetura. O confronto resumia-se ao debate em torno do tradicionalismo (arquitetura nacionalista do Estado Novo, corrente representada por Raul Lino) e do modernismo (arquitetura internacionalista da Carta de Atenas).

Imbuído no movimento modernista, o Arquiteto Cabeça Padrão, bem como a maioria da geração de novos arquitetos portugueses da época, demonstra que entendia a conceção da cidade como uma rutura com o passado. Sem abdicar deste modo de entender a cidade, estagiou em Inglaterra entre 1960 e 1961, viagem que constituiu um marco na sua trajetória profissional e cívica. Durante esse ano visitou várias cidades inglesas, que lhe conferiram uma nova visão e sensibilidade face a questões de salvaguarda do património histórico e urbanístico. Importa ter presente que, por esta altura, muitas das cidades inglesas se encontravam em fase final de reconstrução, dada a destruição maciça que algumas sofreram por parte da aviação alemã, no decorrer da Segunda Grande Guerra Mundial.

Estes factos contribuíram para o tal contexto de debate, difuso em toda a Europa, entre as correntes urbanísticas defensoras da renovação urbana (cidade modernista, que rompe relação com as preexistências) e as defensoras da reabilitação urbana (cidade celular, que combina o novo com as preexistências).

Era este o contexto, aquando da escolha do núcleo 'A' para a implantação desta estrutura desportiva, que foi incitada por um ofício da direção do Futebol Clube Barreirense, dirigido à CMB, a solicitar que fosse escolhido outro local de implantação, ao invés das proximidades do complexo industrial da CUF. Na nova proposta, a ideia era reaproveitar uma das caldeiras existentes no local, tirando-se partido do desenvolvimento natural para enterrar o estádio em questão, o que tornaria o problema um pouco mais económico.

A escolha da localização deste estádio, face à época, era de grande relevância, tanto a nível local e regional, como nacional. Esta nova implantação, quando a nova Estação Fluvial e Ferroviária estivesse a funcionar permitiria uma melhor acessibilidade ao estádio. Além de que, já se ponderava alargar o programa, concebendo uma cidade desportiva, visto que o espaço livre assim o permitia, sem esquecer que as condições de salubridade neste núcleo seriam mais favoráveis que a anterior solução (junto ao complexo industrial).

*A presença do Estádio no local proposto fará uma chamada à construção, criando uma necessidade de edificar nas suas proximidades, resolvendo assim um problema que se estenderá a longo prazo se não houver um fulcro que o justifique. Cremos que a presença do Estádio e da Escola Industrial poderá ativar a construção nesta zona.*⁴⁹

Em suma, a concretização deste Plano Urbano poderia ter concedido uma nova imagem e visibilidade ao Barreiro, no entanto, especula-se que a não execução do Antepiano de 1957 se deveu a uma valorização dos aspetos histórico-culturais, tanto na zona denominada por Barreiro-Velho, como em Alburrica-Mexilhoeiro, reconhecendo-lhes o seu valor patrimonial e paisagístico. Esta visão foi, possivelmente, transmitida pelo Arquiteto Cabeça Padrão, através da sensibilidade adquirida na sua expedição às cidades inglesas.

⁴⁹ FARIA, Carlos Vieira de - *Industrialização e Urbanização em Portugal: Que relações? O caso do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957*, p. 21.



043. *(página oposta)*

Moinho de Maré Grande e a sua respetiva caldeira, com a Serra da Arrábida como pano de fundo. Fotografia da autora, 2016.

044. *(página oposta)*

Pontes pedonais, Moinho de Maré Pequeno e a sua respetiva caldeira. E ainda, o Moinho de Vento Gigante. Fotografia da autora, 2016.

045. *(página oposta)*

Relação entre a caldeira do Moinho de Maré Pequeno e a Quinta Braamcamp. Fotografia da autora, 2016.

Reconhecimento paisagístico e patrimonial

A zona Alburrica-Mexilhoeiro é uma área de evidente singularidade paisagística, que se destaca como exemplo da simbiose entre a ação transformadora do Homem e o recurso natural. A sua delicada posição ribeirinha, a função ecológica no sistema estuarino, a rara concentração exemplar de arqueologia industrial, bem como o excelente panorama de rio que oferece, conferem-lhe uma identidade única enquanto unidade de paisagem. A sua forma e imagem são o resultado direto da adequação de uma estrutura natural às necessidades humanas – produzir bens e riqueza. Esta área espelha inclusive um período de tempo em que as margens do rio serviam de suporte socioeconómico da população que as habitava.

Apesar de ser um lugar testemunho de inúmeras vivências, associadas ao rio, e atualmente a viver uma situação de obsolescência, continua a ser um lugar vivido e procurado pela população, que lhe reconhece valor. Facilmente se compreende o seu potencial paisagístico, a partir da reunião de três fatores: o ecológico, o económico e o cultural. Já em tempos, se reconhecia o seu valor, como se pode verificar no seguinte excerto da obra “*O Primo Basílio*” (1878) de Eça de Queirós:

Quando Sebastião, numa quente manhã de verão de finais do século XIX (por volta de 1878), acompanhou Jorge ao Barreiro e ao transporte que o levaria ao Alentejo, em trabalho, de visita às minas, foi junto a Alburrica que ambos desceram do vapor, fazendo a pé, pelo areal, o caminho até à Estação Ferroviária do

*Barreiro, início da Linha do Alentejo. Ambos viram o conjunto moageiro de Alburrica, a praia, a Quinta do Braamcamp, o moinho de vento gigante do Barão do Sobral. Ambos, seguramente, comentaram a beleza do local, o início da outra banda, a imponência dos moinhos, o desconforto da ligação entre o vapor e o comboio.*⁵⁰

Este território integra a área denominada de Ponta do Mexilhoeiro, o Clube Naval Barreirense, a Quinta Braamcamp, a Escola Secundária Alfredo da Silva, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, algumas habitações e abrigos de autoconstrução pertencente a pescadores, três moinhos de maré e respetivas caldeiras, e ainda quatro moinhos de vento, formando no seu conjunto paisagístico uma unidade operativa de planeamento e gestão com 32,74 hectares.

Considerando a grande influência que recebe das condições estuarinas do Tejo, esta área enquadra-se na designação de zona costeira – expressa no documento “Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”, editado pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em 2007. Atualmente, as praias desta zona revelam intensas alterações na sua configuração, consequência da acentuada erosão costeira, ameaçando a capacidade de regeneração da sua estrutura natural, ao nível da fauna e da flora.

⁵⁰ Câmara Municipal do Barreiro – A CMB vai adquirir a Quinta Braamcamp. [Consultado a 20 de junho de 2016] Disponível na internet: <URL: http://www.cm-barreiro.pt/frontoffice/pages/792?news_id=5330>.

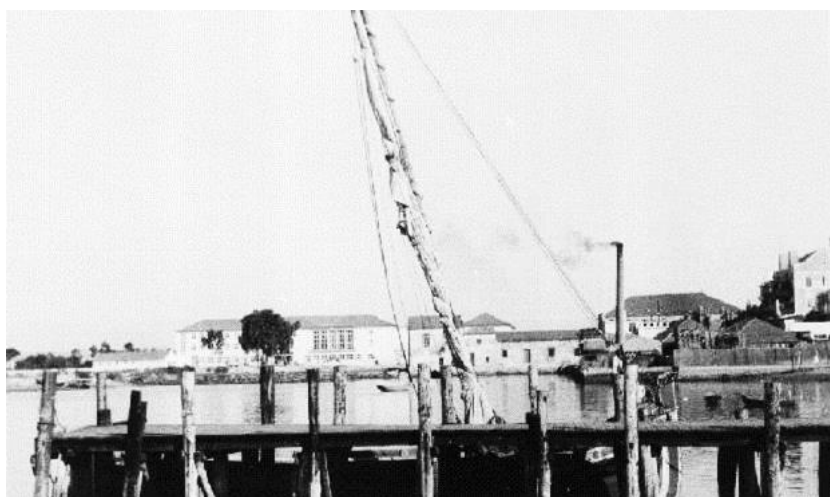
046.

Vista sobre a caldeira do Moinho de Maré Braamcamp, ao fundo a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Autor desconhecido, s.d.



047.

Cais da Sociedade Granuladora de Cortiça, ao fundo, a Escola Secundária Alfredo da Silva. Autor desconhecido, s.d.



048.

Abrigos de autoconstrução pertencente à população piscatória, junto à Ponta do Mexilhoeiro. Autor desconhecido, s.d.



A Alburrica é considerada uma zona de grande interesse patrimonial e paisagístico, na qual deve ser mantida e valorizada a estrutura natural existente. Foi por isso classificada no Plano Diretor Municipal do Barreiro (PDMB) como espaço verde de recreio e lazer, de proteção e enquadramento (UOPG n.º1). Esta classificação é reforçada pelo reconhecimento nacional da sua singularidade e sensibilidade, estando abrangida pelo Regime de Reserva Ecológica Nacional – dentro desta especificidade, pertence ao grupo de Praias e Restingas, inserida numa zona de Estuário e Zonas Húmidas Adjacentes, incluindo Ilhéus e Sapais. Dada a sua localização, encontra-se sob jurisdição terrestre da Administração do Porto de Lisboa.

Porém, esta valorização paisagística do lugar, não contrariou o comum abandono de áreas, que a longo prazo foram perdendo importância socioeconómica. Em 1985, o arquiteto Cabeça Padrão destacou o valor do lugar, bem como a sensibilidade necessária para a intervenção urbanística no território:

Acontece que está área noroeste do Barreiro (Alburrica), ameaçada com aterros na sua textura – tendo em vista o equilíbrio ecológico do rio, a rara concentração exemplar de arqueologia industrial, o excelente panorama de rio que oferece, e ser ainda o logradouro urbano de maior vastidão e qualidade que o Barreiro possui – acontece que esta área, dizia, nos tem merecido de alguns anos a esta parte cuidados urbanísticos de preservação de natureza geográfica-cultural que, aqui e ali, temos vindo a predicar. Trata-se do último reduto da génese

fundamental deste aglomerado urbano de pescadores que, por séculos, se processou no seu diálogo constante com o rio de que depende – pescadores, estaleiros, moinhos de maré e de vento, passagem de comércio entre o sul e a capital que fornece serviços, mãos-de-obra e matéria-prima.

Esta condição geográfica, telúrica, este ‘diálogo’ digamos é o cerne e fundamento do seu crescimento quando harmonioso, que o mesmo é dizer do seu crescimento em termos urbanísticos. Até mesmo a sua escolha em 1854 para testa do Caminho de Ferro do Sul e Sueste, e em 1907 para centro industrial (CUF) tem que ver com a sua localização geográfica de passagem para a capital e seu porto de mar, tem que ver com as facilidades que o rio proporciona, tem que ver com esse ‘diálogo’.

Assim, tudo o que nesta área se fizer em termos urbanísticos, não pode desconhecer esta condição, este binário aglomerado-rio, tal como ao talhar um fato se não pode desconhecer o corpo a que o mesmo se destina. Em verdade, algo terá de ser feito nesta área tão sensível e, neste momento, em tão profundo estado de degradação. É urgente uma intervenção urbanística planificada que tenha em vista o superior interesse da população quanto a esta área vocacionada para seu lazer e repouso (desporto e cultura), intervenção que considera o equilíbrio ecológico e histórico que evidenciamos.⁵¹

⁵¹ PADRÃO, Cabeça – *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º3. Dezembro de 1985. Barreiro: Editor Augusto Pereira Viegas, p.9.



*Mas, para além do imaginário paisagístico, os moinhos encerram em si uma importante vertente da identidade cultural barreirense, do seu passado e da sua memória das suas gentes e, fundamentalmente, da sua história, poucas vezes contada e quase nunca escrita.*⁵²

Ana de Sousa Leal e Augusto Pereira Valegas

⁵² *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º2. III Série. Novembro de 1993. Barreiro: Editor Augusto Pereira Valegas, p.3.

049. *(em cima)*

Conjunto de moinhos eólicos em Alburrica: Gigante, Poente e Nascente. Fotografia da autora, 2016.

050. *(em baixo)*

Enquadramento paisagístico de Alburrica. Fotografia da autora, 2016.

Os moinhos em Alburrica-Mexilhoeiro: os elementos iconográficos do Barreiro

Resistentes à passagem do tempo, os moinhos tanto hidráulicos como eólicos, que outrora se ergueram em Alburrica, conotam uma imagem identitária a esta cidade. Um dos motivos que justifica a sua peculiaridade é a invulgar localização dos moinhos de vento, habitualmente no topo de montes e serras, ao invés de rentes a espelhos de água.

Em relação aos moinhos eólicos, de implantação posterior aos hidráulicos, o primeiro foi o Moinho do Jim, na antiga Praia Norte, edificado por Diogo Hartley, em 1827 – possui 3 pisos, torre fixa e cobertura móvel, em que o sistema de velas original era de tipologia holandesa. Em 1852, a família Costa ficou encarregue da construção do conjunto dos restantes três moinhos de vento, em Alburrica. O Moinho Nascente edificado por José Pedro da Costa e o Moinho Poente por José Francisco da Costa são ambos de tipologia tradicional portuguesa, com dois pisos, torre fixa e cobertura móvel. O Moinho Gigante foi também edificado por José Pedro da Costa, mas com sistema de velas idêntico ao do Moinho do Jim. Atualmente, o recuo da linha de costa está a melindrar as fundações do Moinho Gigante pelo que urge a sua consolidação, a par da reposição das cotas da margem.

Alburrica detém também, para além do moinho de maré Braamcamp, um conjunto de três engenhos hidráulicos, nomeadamente o Moinho do Cabo de Pero Moço, o Moinho Grande da Serração ou do Burnay e o Moinho Pequeno, datados de 1487, 1652 e meados do século XVII, respetivamente.



051. *(página oposta)*

Moinho de maré do Cabo de Pero Moço. Fotografia da autora, 2016.

O Moinho de maré do Cabo de Pero Moço é atualmente o moinho mais degradado do conjunto. Inicialmente, incorporava apenas quatro mós, tendo sido ampliado para oito. A sua caldeira servia para fins lúdico-desportivos, principalmente para campeonatos lisboetas de *water-polo*.

052. *(página oposta)*

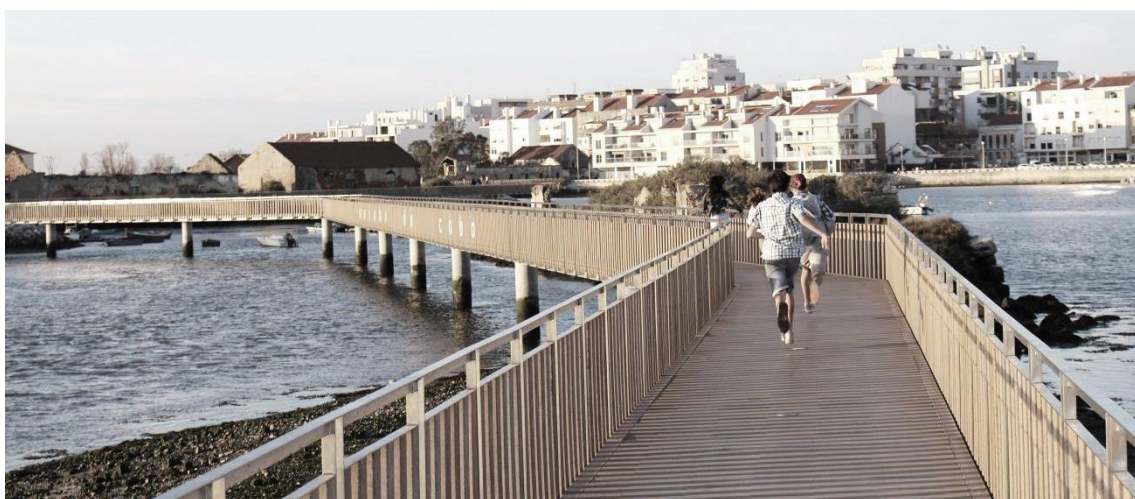
Moinho de maré Grande. Fotografia da autora, 2016.

O Moinho de maré Grande é o menos documentado do conjunto. Sabe-se que a caldeira deste moinho de sete mós ficou apelidada de ‘caldeira de sangue’ devido ao escoamento residual do antigo matadouro municipal, voltando a ter uma utilização vivificadora enquanto viveiro de peixes. Semelhante ao anterior, a sua caldeira também suportou vários eventos e campeonatos desportivos. O Moinho de maré Pequeno, de apenas três mós, destaca-se como o moinho de maré mais urbano, conseguindo um vínculo único entre o rio e a cidade, justificado pela sua implantação numa zona de limite e transição. Acrescenta-se ainda, o moinho de maré circunscrito no terreno pertencente à Quinta Braamcamp, que será descrito no *Capítulo IV – O Lugar*.

053. *(página oposta)*

Moinho de maré Pequeno. Fotografia da autora, 2016.

Com o despontar da moagem industrial, também os moinhos eólicos perderam o seu valor económico, levando alguns a um estado bastante degradado, continuando, no entanto, a comunicar os valores culturais, históricos e patrimoniais da cidade. São estes valores intangíveis, juntamente com a poética das suas ruínas, que fazem de Alburrica-Mexilhoeiro um lugar de contemplação da paisagem. Aqui, uma tentativa de intervenção consistirá sempre na manutenção dessas ‘paredes-testemunho’, de modo a comunicarem os mesmos valores às gerações futuras.



054. *(página oposta)*

Intervenção paisagística em Alburrica – passadiços. Fotografia da autora, 2016.

A intervenção paisagística em Alburrica: os passadiços

Após a aprovação da Candidatura REPARA – Regeneração Programada para a Área Ribeirinha de Alburrica – surgiu também numa segunda fase, a construção de um percurso, em passadiços sobre o rio, que visa a fruição de todo o território, tocando-o cirurgicamente e tornando-o um observatório sensível do valor paisagístico do local.

055. *(página oposta)*

Apropriação dos passadiços. Fotografia da autora, 2016.

Em concreto, foram construídos três passadiços, que ligam diretamente a malha da cidade, entre a Rua Miguel Pais e os três moinhos de vento de Alburrica. Os passadiços fazem parte de um conjunto de percursos pedonais de penetração no território, cujo traçado se inicia junto ao Largo do Moinho Pequeno, contornando as caldeiras dos moinhos de maré aí existentes. A intervenção pretendeu, com o tipo de solução e materiais empregues, responder positivamente, do ponto de vista ambiental, ao utilizar, por exemplo, compósitos reciclados no piso e nas guardas.

056. *(página oposta)*

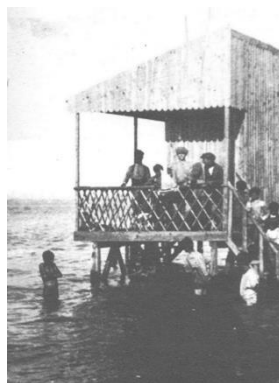
Passadiço intermédio, junto ao Moinho de maré Grande. Fotografia da autora, 2016.

Esta intervenção, finalizada em 2012, procura abraçar definitivamente o rio e a cidade, permitindo a contemplação deste espaço “artificialmente” natural – fruto de diferentes intervenções ao longo de séculos, mas cuja intervenção humana a população prefere sentir como natural e a identifica como sua. Para tal, pretendia-se dotar o espaço com atividades compatíveis com a atual vida urbana, de um modo sustentável, perdurando no tempo, potenciando e dinamizando também as componentes culturais, sociais e ambientais, garantindo assim a preservação e reabilitação do património paisagístico singular de Alburrica.



CLUB NAVAL BARREIRENSE

Posto Nautico: Praia Norte do Barreiro.



057. *(página oposta, em cima)*

Jogos Juvenis do Barreiro.

Prova de natação no rio Tejo, frente “à jangada” do Clube Naval Barreirense. Autor desconhecido, 1964.

058. *(página oposta, ao meio)*

Prova de natação no Barreiro, a partir de um moinho. Autor desconhecido, anos 60.

059. *(página oposta, à esquerda e em baixo)*

Primeiro Posto Náutico: Praia Norte do Barreiro. Autor desconhecido, s.d.

060. *(página oposta, ao meio e em baixo)*

Crianças brincando no rio Tejo e no Posto Náutico do Clube Naval Barreirense. Autor desconhecido, 1926.

061. *(página oposta, à direita e em baixo)*

Festa do 1.º aniversário do Clube Naval Barreirense. Autor desconhecido, 20 de junho de 1926.

A atividade desportiva: os desportos náuticos no rio

De entre as muitas memórias do Tejo, destacam-se as que ficaram das atividades desportivas que estas águas outrora facultaram. O elevado potencial atrativo do seu estuário tornou-o um local privilegiado para a realização de eventos e de atividades desportivas, culturais e turísticas. O Barreiro, enquanto cidade ribeirinha do Tejo, não foi exceção à tradicional fixação de estruturas de apoio às atividades náuticas.

Na Praia Norte, junto ao Moinho de Vento do Jim, instalou-se o Clube Naval Barreirense. Este posto náutico, construído em madeira assente sobre estacaria de rés-do-chão, com duas divisões e pintado de verde-claro, foi inaugurado a 18 de outubro de 1925, no meio de grandes festejos culturais e desportivos. Após duas transições, uma em 1929 e outra, posteriormente, em 1934, aquando da construção da muralha marginal da Praia Norte, o Clube Naval Barreirense transfere a sua Sede, Posto Náutico e Hangar para o primeiro morro de areias que forma a praia, onde se encontra presentemente. A prática desportiva neste rio estendeu-se a várias modalidades, como natação, remo, vela e canoagem, que enriqueceram o historial deste clube.

Esta temática confere uma imagem muito própria à zona Alburrica-Mexilhoeiro, pois ao observarmos o seu histórico apercebemo-nos da sua relevância desportiva e sociocultural, justificando a possível capacidade desta sustentar o assentamento de grandes estruturas que permitam tanto a exploração da navegação de recreio, como os diversos desportos náuticos e possíveis atividades de turismo costeiro.

capítulo IV.

O lugar

[da Quinta Braamcamp]



062. *(página oposta e atual)*

Vista panorâmica da quinta Braamcamp durante a travessia fluvial do Tejo Lisboa-Barreiro. Fotografia da autora, 2016.



*O que entendemos então pela palavra 'lugar'?
Obviamente entendemos algo mais do que a mera
localização abstrata. Entendemos uma totalidade
formada por coisas concretas com substância material,
forma, textura e cor. Juntas, estas coisas determinam um
'carácter' ambiental, que é a essência do lugar.⁵³*

Christian Norberg-Schulz

⁵³ NOBERG-SCHULZ, Christian – Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture. Nova Iorque: Columbia University Press. 1984, p.6 e 7.

IV. O LUGAR [DA QUINTA BRAAMCAMP]

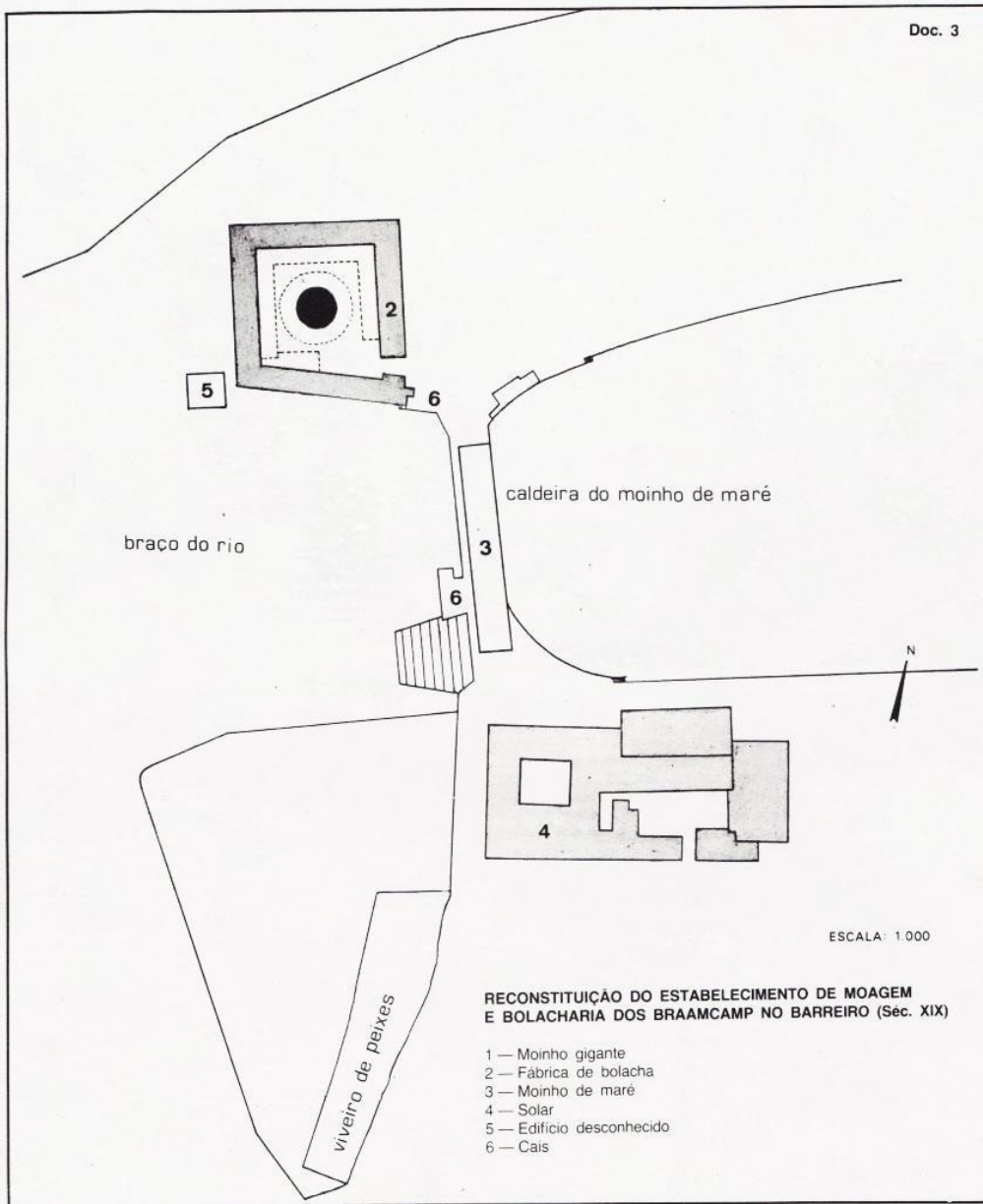
A Quinta Braamcamp, situada na orla ribeirinha da zona Alburrica-Mexilhoeiro no Barreiro, é um complexo rural em pleno contexto urbano, em que a atividade industrial cessou recentemente, nomeadamente a indústria corticeira. O seu enquadramento próximo, mas deslocado face à estrutura urbana, aliado à íntima relação com a água e à ambiência rural, tornam-no um lugar único de contemplação da paisagem. Estas condições naturais fizeram-na testemunhar distintas ocupações e vivências, tais como: a atividade moageira, a atividade industrial (fábrica de bolachas e Sociedade Corticeira), e atividades de veraneio (Quinta de Recreio).

Encontrando-se atualmente em ruína – restando pouco mais que a memória da sua implantação –, sem qualquer uso atual e perspetiva futura, surge aqui a oportunidade de se reflectir sobre a sua reabilitação, que, neste caso, passará pela reinvenção do património e das suas estruturas, que merecem a manutenção da sua memória. Para além do seu abandono e dissipação física, o desaparecimento integral deste conjunto é a completa anulação da memória de um lugar, que outrora, deu oportunidade a atividades imprescindíveis no desenvolvimento da cidade.

Esta quinta assume um importante papel enquanto lugar capaz de agregar e interligar realidades bastante distintas, como a ambiência rural, fluvial, agroindustrial e residencial, integrada na malha urbana do Barreiro, cidade dependente da capital e das águas do Tejo.

AS QUESTÕES DA MOAGEM NO BARREIRO NA 1.^a METADE DO SÉC. XIX E O MOINHO GIGANTE DO BARÃO DO SOBRAL

JORGE CUSTÓDIO



4.1. A LEITURA HISTÓRICA: [o percurso histórico do lugar]

A Moagem: o moinho de maré Braamcamp e o moinho de vento do Barão do Sobral

As primeiras referências relativas ao edificado da Quinta Braamcamp recuam até meados do século XVIII, data em que o proprietário Vasco Lourenço Veloso procedeu à reedificação do seu moinho de maré, de possível origem medieval, por o mesmo ter sido devastado pelo terramoto de 1755.

*1763, Outubro, 28 – Vasco Lourenço Veloso, negociante de ouro, pau santo do Brasil e outros produtos que transportava na sua nau Europa, dá quitação a Francisco Ferreira da Silva de meu feitor do moinho que possui no distrito da Vila do Barreiro, que chamei em o fim do mês de Outubro de 1757 para assistir à reedificação dele e das casas e armazéns que a Mercê de Deus pelo terramoto arruinou e [...]*⁵⁴

Nos princípios do século XIX, os herdeiros de Vasco Lourenço Veloso venderam a sua propriedade a Geraldo Wenceslau Braamcamp⁵⁵, posteriormente, o seu filho e herdeiro Anselmo Braamcamp trocou-a por um imóvel na capital com Abraham Wheelhouse, um negociante inglês radicado em Portugal. Após a morte deste último, a propriedade passou a pertencer ao seu filho, George Wheelhouse, morador em Lisboa, que a vendeu

063. (página oposta)

As questões da moagem no Barreiro na 1ª metade do século XIX e o moinho Gigante do Barão do Sobral – Título de um artigo da revista “Um Olhar sobre o Barreiro”.

⁵⁴ *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º2. III Série. Novembro de 1993. Barreiro: Editor Augusto Pereira Viegas, p.7.

⁵⁵ Geraldo Wenceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco (1752-1828), Filho do holandês Hermano José Braamcamp, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Barão do Sobral de Monte Agraço. Inteveio empenhadamente nas atividades comerciais, industriais e agrícolas do Barreiro.



064. *(página oposta)*

Partida do
carregamento de
cortiça da Quinta
Braamcamp, em
segundo plano o
Moinho de maré da
quinta. Autor
desconhecido, 1935.

em 1884 aos herdeiros Reynolds, que posteriormente adaptaram a quinta numa unidade industrial de transformação de cortiça.

Contudo, é o nome do proprietário Geraldo Braamcamp, 1.º Barão do Sobral de Monte Agraço, que permanece até aos dias de hoje como modo de intitular a propriedade. Numa primeira fase, após a sua conversão em terreno agrícola conquistado ao Tejo, a quinta foi um local de criação de bichos-da-seda, servido por uma plantação de amoreiras, o que correspondeu à fase de hegemonia da Real Fabrica das Sedas, no conjunto manufactureiro do período pombalino e pós-pombalino. Mais tarde, em 1810, Geraldo Braamcamp é impelido a realizar um conjunto de modificações nesta propriedade, ao assentar os seus interesses no desenvolvimento de um estabelecimento industrial de produção de farinha, responsabilizando-se pela reedificação e ampliação de casas, de armazéns e do moinho de maré, que passou de sete moendas para dez, tornando-se assim o moinho de maré com maior número de moendas do estuário do rio Tejo.

1819, Outubro, 20 – Geraldo Braamcamp, Barão do Sobral, foi intimidado a pagar à Comenda da Vila do Barreiro 10 sacos e meio de trigo, de taxa do moinho de maré que possuía próximo à praia do Mexilhoeiro, e não 7 sacos que pagava o anterior proprietário, Vasco Lourenço Veloso, por o moinho ter agora 10 moendas (contra as 7 que anteriormente possuía).⁵⁶

065. *(página oposta)*

Fábrica de Cortiça e
Moinho de maré
Braamcamp. Autor
desconhecido, 1980.

⁵⁶ *Um olhar sobre o Barreiro*. Revista não periódica. N.º2. III Série. Novembro de 1993. Barreiro: Editor Augusto Pereira Valesgas, p.8.



066. *(em cima)*

Moinho de maré Braamcamp possante de 10 moendas, o maior do Tejo. Fotografia da autora, 2016.

067. *(ao lado)*

A comporta do Moinho de maré Braamcamp. Fotografia da autora, 2016.

068. *(página oposta)*

Reconstituição da estrutura mecânica e arquitetónica do Moinho de maré Braamcamp – fotografias e parcela do alçado e corte construtivo. Imagens produzidas pela autora, 2016.

Já associados ao comércio de farinha, os Braamcamp edificaram nesta propriedade um moinho de vento a vapor, inexistente a nível nacional face à época e possivelmente até a nível internacional – o Moinho de vento Gigante do Barão do Sobral, do qual não existem vestígios, e até a incerteza de ter sido edificado. A peculiaridade deste moinho, cuja edificação aponta para 1820, provinha do facto de se tratar de um exemplar da tipologia de moinhos que surgiram na segunda metade do século XVIII, na região de Lincolnshire, em Inglaterra.

Para a sua conceção foi necessária a deslocação de dois mestres e três oficiais ingleses. Tratava-se de um edifício de forma cónica truncada, de cinco andares, fixo ao solo, construído em tijolo e cal segundo a técnica portuguesa, mas obedecendo a técnicas de engenharia oriundas da experiência inglesa dos primeiros anos da revolução industrial. A nível estrutural, os alicerces foram reforçados com oito varões de ferro, que salvaguardavam o edifício, desde o solo até ao freixal do teto, dos terremotos; o ferro era também utilizado para reforçar as vigas de cada andar. Em relação ao mecanismo motor, não utilizava o sistema holandês, de velas de pano, utilizava sim, um velame construído pelo processo de persianas articuladas e reguláveis conforme a incidência do vento – um sistema designado por ‘*Spring Sail*’ inventado em 1772 pelo escocês Andrew Meikle. A otimização da produção era avassaladora, em média produziam em 7 horas 16 moios de farinha, ou seja, 13 142, 400 litros, o que à data era suficiente para o abastecimento diário de Lisboa.

069. (*página oposta, à esquerda e em cima*)

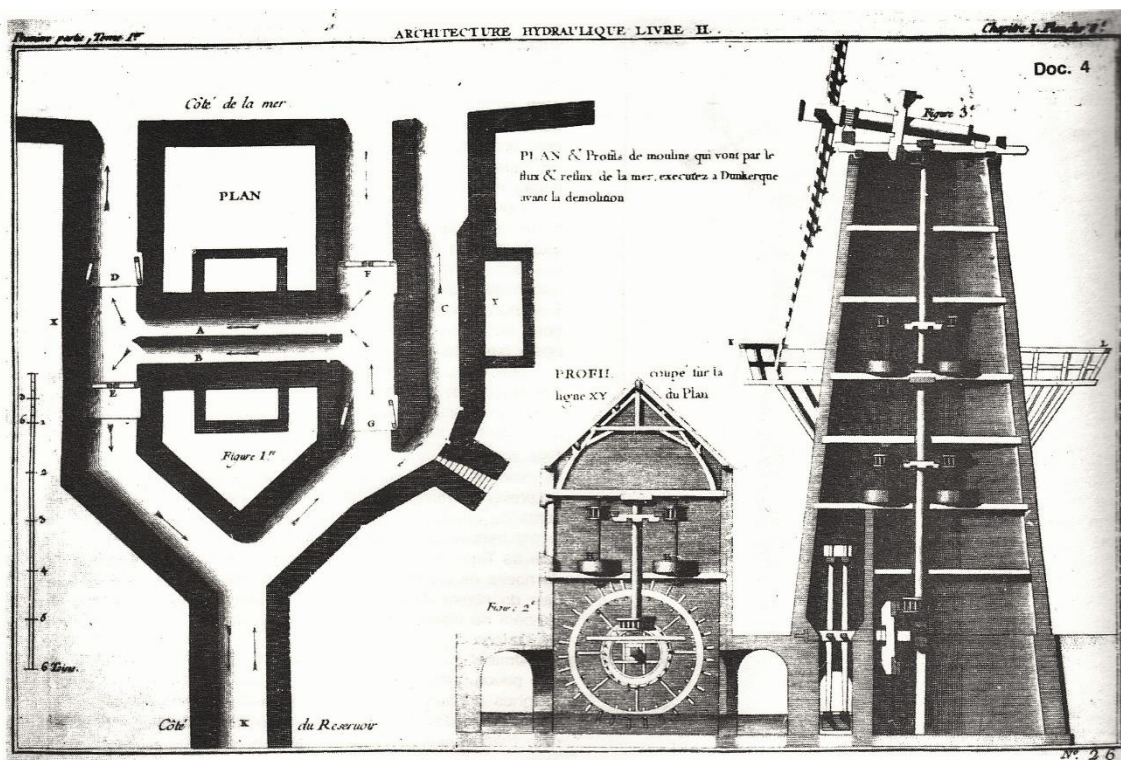
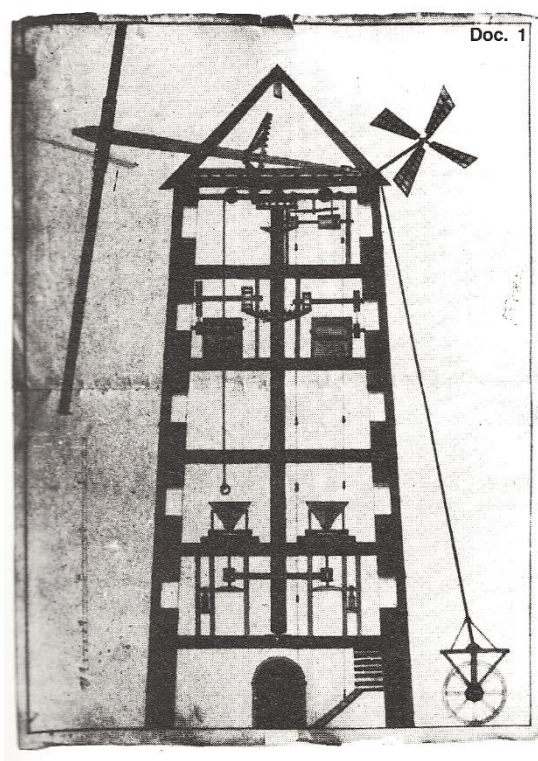
Moinho de Burgh-le-Mansh, Lincolnshire. Muito semelhante ao moinho do Barão do Sobral. Cinco andares com cabo de leme, velame de orientação dos ventos (fantil) e velas de persianas articuladas e reguláveis (The Wind Yesterday and Today, p.27.)

070. (*página oposta, à direita e em cima*)

Alçado/corte do moinho de vento do Barão do Sobral do Barreiro.

071. (*página oposta, em baixo*)

Exemplo de moinho eólico acoplado a moinho de maré: Moinho de Dunderque. Finais do século XVII, in Belidor. Architecture Hydraulique. Paris, 1782.





072.
Thomas, John e Robert Reynolds (netos do primogénito Thomas W. Reynolds Johnson) em 1886.

A indústria corticeira da família Reynold

No arranque da indústria corticeira, durante a transição do século XVIII para o XIX, Portugal dedicava-se essencialmente à exportação de cortiça em bruto (em prancha) para os principais importadores de vinho, designadamente a Grã-Bretanha e Espanha. A Grã-Bretanha, enquanto principal interessada, facultava alojamento aos comerciantes ingleses em Portugal, pioneiros e promotores da transformação e comércio de cortiça. Entre eles estavam os Reynolds, provenientes de Maidstone no condado de Kent, região sudoeste da Inglaterra, representando Thomas William Reynolds Johnson⁵⁷, o primeiro elemento da família a relacionar-se com Portugal.

Durante a sua estadia no Porto, envolveu-se no comércio de vinho e, posteriormente, em busca de boa cortiça para as rolhas, com o seu filho Thomas, viajaram até ao Alentejo e à vizinha Estremadura espanhola. Ao longo dos anos, aliado ao seu filho Robert, comprou e arrendou propriedades de sobreiros. Assim, a partir de 1840, os Reynolds implantaram o seu negócio de família em terras portuguesas. Entre vários sucessos e dissabores, foram-se levantando os alicerces do grande negócio que, mais tarde, seria a Sociedade Nacional de Cortiças na Quinta Braamcamp.

⁵⁷ Oficial naval de nacionalidade inglesa, nascido em 1786, que posteriormente estabeleceu-se em Chatam, no Condado de Kent, como importador de fruta, vinho, rolhas e cortiça virgem provenientes da Península Ibérica. Em 1826, deslocou-se para a cidade do Porto, onde oportunamente ampliou o seu negócio. Acompanhado da sua mulher Marion e dos seus filhos Thomas, Robert e William, nascidos respetivamente em 1811, 1820 e 1822. A sua filha mais nova, Elizabeth, já nasceu no Porto, em 1828.

A história da transformação de cortiça na Quinta Braamcamp iniciou-se em 1882, quando os irmãos Reynolds – Robert, John e Thomas, filhos de Robert e netos do primogénito Thomas – o arrendaram a George Abraham Wheelhouse, por 375 mil réis por ano, num período de 5 anos, com a promessa de no fim a comprarem por 3 000 libras. Nesse mesmo ano, transferiu-se o fabrico de rolhas de Azaruja, no Alentejo, para o Barreiro.

Contextualizando, a produção de cortiça a nível nacional é de origem bastante remota, pois os romanos já a utilizavam no formato de rolha para tapar as ânforas e como boias nas redes de pesca. Em 1209, aprovaram-se as primeiras leis agrárias de proteção dos montados; contudo, é apenas a partir do século XVIII que a indústria rolheira emerge e, rapidamente, a par do vinho do porto, representa a exportação nacional de excelência.

Geograficamente, o Barreiro só ganhou visibilidade como local de assentamento industrial, ao tornar-se estação terminal do caminho de ferro, agregada à possibilidade de escoamento de mercadoria por via fluvial. No entanto só com a ampliação da linha ferroviária até Faro, em 1889, é que se tornou um dos principais núcleos transformadores de cortiça. Com a expansão industrial, em 1920 o número de operários excedeu largamente o milhar, em que os corticeiros representavam cerca de $\frac{1}{3}$ da população ativa barreirense. O declínio da indústria corticeira local deveu-se, em particular, à crise de 1929, com a perda dos principais mercados e, mais tarde, após a Segunda Grande Guerra Mundial, devido à substituição da rolha pela tampa metálica e plástica.

073. *(página oposta)*

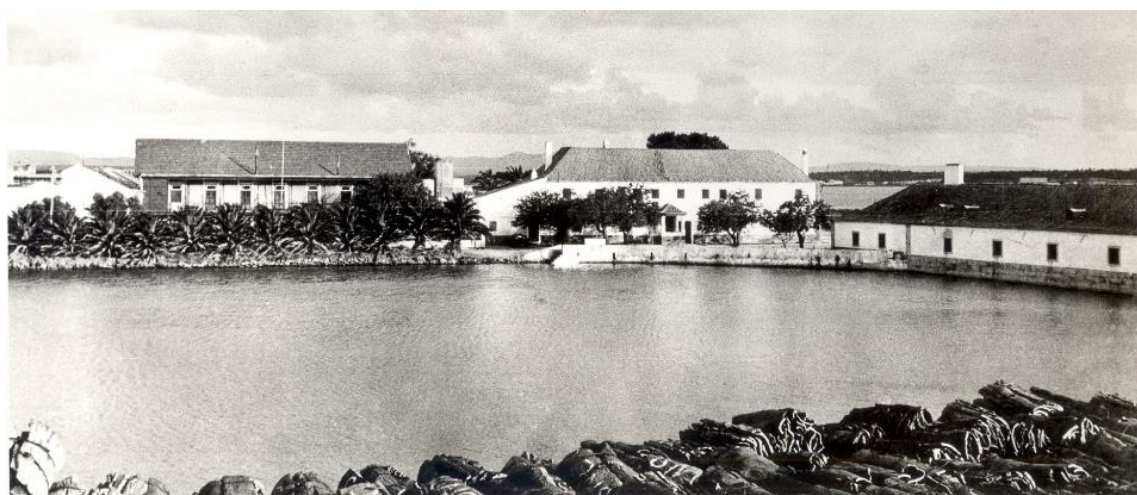
Sea of Cork -Deposito de cortiça da Quinta Braamcamp. Em segundo plano, o Clube Naval Barreirense – Barreiro. Autor desconhecido, 1935.

074. *(página oposta)*

Vista para sul da Quinta Braamcamp – área residencial, Barreiro. Autor desconhecido, 1935.

075. *(página oposta)*

Vista para norte da Quinta Braamcamp – área fabril, Barreiro. Autor desconhecido, 1936.



Retomando, para além dos três irmãos, filhos de Robert Reynolds, o seu sobrinho Thomas (filho do seu irmão Thomas) também integrava o núcleo representativo dos negócios da família. Segundo documentação pertencente ao arquivo da Casa Reynolds, datada de 1882, sabe-se que Thomas informou um dos seus primos, que iria deixar a parceria da Casa Reynolds e continuaria os negócios por conta própria; em janeiro de 1883, em carta, informa que tenciona residir no Barreiro; e em março de 1883, já vivia na Quinta Braamcamp, onde já estava a ser transformada cortiça. Só no final do ano seguinte, é que a maquinaria importada da Grã-Bretanha, como caldeiras e bombas para o fabrico em prancha, chegou ao Barreiro, data em que a fábrica estava em plena laboração, inclusive em horário noturno.

Perante o declínio da exportação de cortiça, a incorreta gestão financeira e as desavenças entre os herdeiros, que foram permanecendo como representantes desta atividade industrial, ditou-se o fim do negócio da família Reynolds, dando-se a desagregação da quinta em propriedade agrícola e propriedade industrial. Em 1897, a Sociedade Nacional de Cortiças, S.A.R.L. adquiriu a propriedade industrial e iniciou a produção de rolhas e derivados de cortiça. Apesar desta mudança, alguns membros da família Reynolds continuaram a residir na quinta até 1969; posteriormente, já na ausência da família Reynolds, os edifícios de habitação foram alterados para residência de administradores, gabinetes de trabalho e refeitório. A família Reynolds residente no Barreiro, entre 1920 e 1940, desempenhou um importante papel social na dita vila industrial.

Com o referido declínio incrementado pela substituição das rolhas como método de selagem, tentou-se reinventar a transformação da cortiça, implementando-a como matéria-prima de produtos de isolamento térmico e de mosaicos. Contudo, posteriormente, esses produtos entraram também em declínio, e por fim, em 2009, a última fábrica de cortiça do Barreiro encerrou na Quinta Braamcamp.

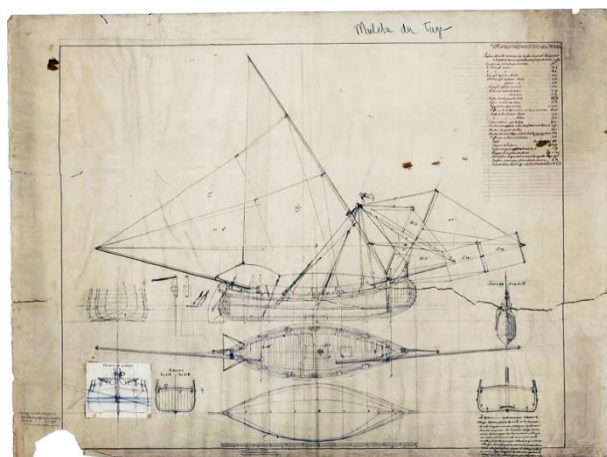
Após a conclusão do processo de insolvência, declarado a 4 de julho de 2008, a propriedade de 21 hectares ficou a cargo do Millennium BCP; e em sua posse, a 23 de setembro de 2011, ocorreu um incêndio que agravou exponencialmente o estado do edificado, deixando-o sem as condições mínimas de segurança.



076. a 078.

Incêndio na Quinta Braamcamp.

Autor desconhecido, Setembro de 2011.



079. (*página oposta*)
Desenhos técnicos da
embarcação 'Muleta do
Tejo', 1887.



080. (*página oposta*)
'Muleta do Barreiro',
óleo sobre tela de João
Vaz (1859-1931),
Museu da Marinha,
Belém.

O estado atual: a aquisição por parte da CMB

Atualmente, a Quinta Braamcamp encontra-se em posse da Câmara Municipal do Barreiro, que aprovou a sua aquisição a 4 de novembro de 2015, ao ter como intuito explorar as potencialidades dos rios Tejo e Coina, no sentido de valorizá-lo do ponto de vista material e imaterial. Relativamente a esta aprovação, o Presidente Autárquico, Carlos Humberto de Carvalho afirmou:

*A aprovação desta deliberação que constitui um passo importante na estratégia de requalificação da zona ribeirinha do Concelho e de reapropriação dos rios por parte da população.*⁵⁸

Tal aprovação contempla ainda a construção de raiz de uma ‘*Muleta do Tejo*’, uma embarcação possante e de aspeto bélico, devido à sua proa arrufada e cravada de espigões de ferro, que pescava fora da barra. Por estar desaparecida há mais de um século a nível nacional, a sua reintrodução visará promover a recuperação da memória das gentes e vivências barreirenses, que a tomou como sua imagem heráldica. Hoje em dia, a aposta na fruição das bacias dos rios Tejo e Coina tem sido assegurada pela embarcação ‘*Varino Pestarola*’, já desgastado pelos longos anos de navegação e com um elevado custo de manutenção, sendo assim necessário a sua substituição.

⁵⁸ Câmara Municipal do Barreiro – A CMB vai adquirir a Quinta Braamcamp. [Consultado a 20 de junho de 2016] Disponível na internet: <URL: http://www.cm-barreiro.pt/frontoffice/pages/792?news_id=5330>.



Genius Loci é um conceito romano. De acordo com as crenças romanas qualquer ser 'independente' tem o seu 'genius', o seu espírito guardião. Este espírito dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento até à morte, e determina o seu carácter ou essência. Mesmo os deuses têm o seu 'genius', um facto que ilustra a natureza fundamental do conceito. O 'genius' denota o que um objecto é ou o que este quer ser - usando um termo de Luis Kahn.⁵⁹

Christian Norberg-Schulz

081. *(página atual)*

Vista aérea sobre a Quinta Braamcamp, com residências e fábrica de cortiça. Autor desconhecido, 1935.

⁵⁹ NORBERG-SCHULZ, Christian – *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Ed. Rizzoli. 1984, p.18.

4.2. A LEITURA DO SENTIDO: [a identidade e a memória do lugar]

O sentido do lugar

Segundo Noberg-Schulz, o “espaço arquitetónico” define-se como uma “concretização do espaço existencial do Homem”, em que o primeiro passo para a sua conceção é, precisamente, a escolha do local num determinado território. A compreensão da especificidade de um lugar pressupõe uma leitura sobre a sua correspondência com a dimensão humana, pois é o Homem que ao impor-lhe as suas necessidades existenciais o compõe progressivamente em função de si próprio. A apreensão do sentido do lugar é o alicerce do processo projetual, que após apreendê-lo, permite impor-lhe objetivos operacionais e então criar um espaço vivencial. Um lugar poderá não passar de uma criação mental, porém, reflete o carácter de quem o pretende edificar – as suas vontades e a sua interpretação do local –, que com o objetivo fundamental de o habitar, formula um programa, como suporte funcional do espaço arquitetónico.⁶⁰

O lugar em estudo destaca-se pela fluidez do seu limite natural, intimamente articulado com a geomorfologia local, que nos lembra terrenos enxutos, a poucos centímetros de ficarem cobertos pela preia-mar. Esta acessibilidade ao plano de água e a capacidade de o manipular definem e configuram o sentido do lugar, o seu *Genius Loci*, razão que motivou a fixação de comunidades humanas e a procura de atividades e instalações dependentes dos recursos estuarinos.

⁶⁰ PIRES, Amílcar de Gil e – Carácter da Arquitetura e do Lugar

[Consultado a 5 de abril de 2017] Disponível na internet: <URL: http://lafis.fa.utl.pt/ciaud/res/paper/ART_Amilcar-Pires.pdf>.



O fenómeno de *villeggiatura*: As Quintas de Recreio

Os territórios próximos da cidade e com bons recursos hídricos permitiram a vivência das classes socioeconómicas dominantes e a implantação do fenómeno de *villeggiatura*⁶¹, que impulsionou a construção de Quintas de Recreio, local de ócio e de atividades de veraneio. Estes lugares rurais, entendidos como residência secundária, permitiam que a Nobreza vigiasse as suas explorações agrícolas e que usufruísse da Natureza, tendência incutida pelo Humanismo importado do Renascimento italiano.

É neste contexto que se insere a Quinta Braamcamp, e todas as quintas construídas pela Igreja, pela aristocracia e pela burguesia mercantil, que se impôs depois do consulado pombalino e do terramoto de 1755. O lugar em estudo testemunhou, assim, o tributo deste fenómeno que despoletou a ação de contemplação da paisagem, como se pode verificar nas seguintes palavras de elementos da família Reynolds, Martin e Janet:

As nossas memórias são de um local muito privilegiado, à beira rio, junto à ponta do Mexilhoeiro. Todos os Reynolds que moravam na Quinta durante os anos 30, 40, 50 e 60, beneficiaram de uma vida tranquila, desportiva e saudável, numa bela Quinta que era um verdadeiro paraíso para os mais jovens e inesquecível para todos. Tínhamos praia, piscina, campo de ténis, barcos de remo e de vela, escapadas de pesca e caça, sempre com o pano de fundo da sirene da nossa fábrica de

082. (página oposta)

Vista área sobre a Quinta Braamcamp, com Moinho de maré e fábrica de cortiça. Autor desconhecido, 1980.

⁶¹ Termo italiano, que designa uma temporada passada fora da casa habitual, principalmente na época quente, propícia ao descanso banhar ou rural.

*cortiça e o constante vai e vem das fragatas que transportavam a cortiça das herdades e “dehesas”, já devidamente tratada e enfardada, para as docas de Lisboa e dali para os 4 cantos do mundo.*⁶²

O conceito de Quinta de Recreio⁶³ prende-se à valorização de lugares que procuram intencionalmente uma relação com o natural e, que se regem por espaços e formas habitacionais mais eruditas, desprendidas da conceção encerrada sobre si pertencente à Idade Média. Estes lugares reconhecem-se enquanto unidade rural que inclui várias áreas, quer para cultivo e produção, quer para habitação e recreio. Para além da Casa/Palácio, o elemento estruturante, surgem espaços como a Capela e espaços de Cultivo (Hortas, Pomares e Plantações de ervas aromáticas) contíguos à casa sob uma pendente de preferência em relação direta com a água, e que também pode estar articulada com uma Mata. A água surge, aqui, como elemento indispensável à produção e ao recreio, que para além de regar e complementar as áreas verdes, também correspondia a um elemento ornamental e cenográfico, utilizado desde a época dos romanos e dos árabes – lagos, tanques e fontes decoradas com azulejos e estátuas.

⁶² REYNOLDS, Martin; REYNOLDS, Janet cit. por Fernando Motta in *Guia Documental da Casa Reynolds/Sociedade Nacional de Cortiças*. Câmara Municipal do Barreiro: Espaço Memória – Arquivo Municipal, Junho de 2015, p.2.

⁶³ Segundo Cristina Castel-Branco, uma Quinta de Recreio é “*um troço de paisagem, pertença de alguém que a cuida para produção, para ornamento, ou só para lazer, concentrando em algumas zonas composições de grande qualidade estética que de forma mais diluída, se espalham por toda a propriedade.*” in *Jardins com História. Poesia Atrás de Muros*. Lisboa: Edições INAPA. 2002, p.15.

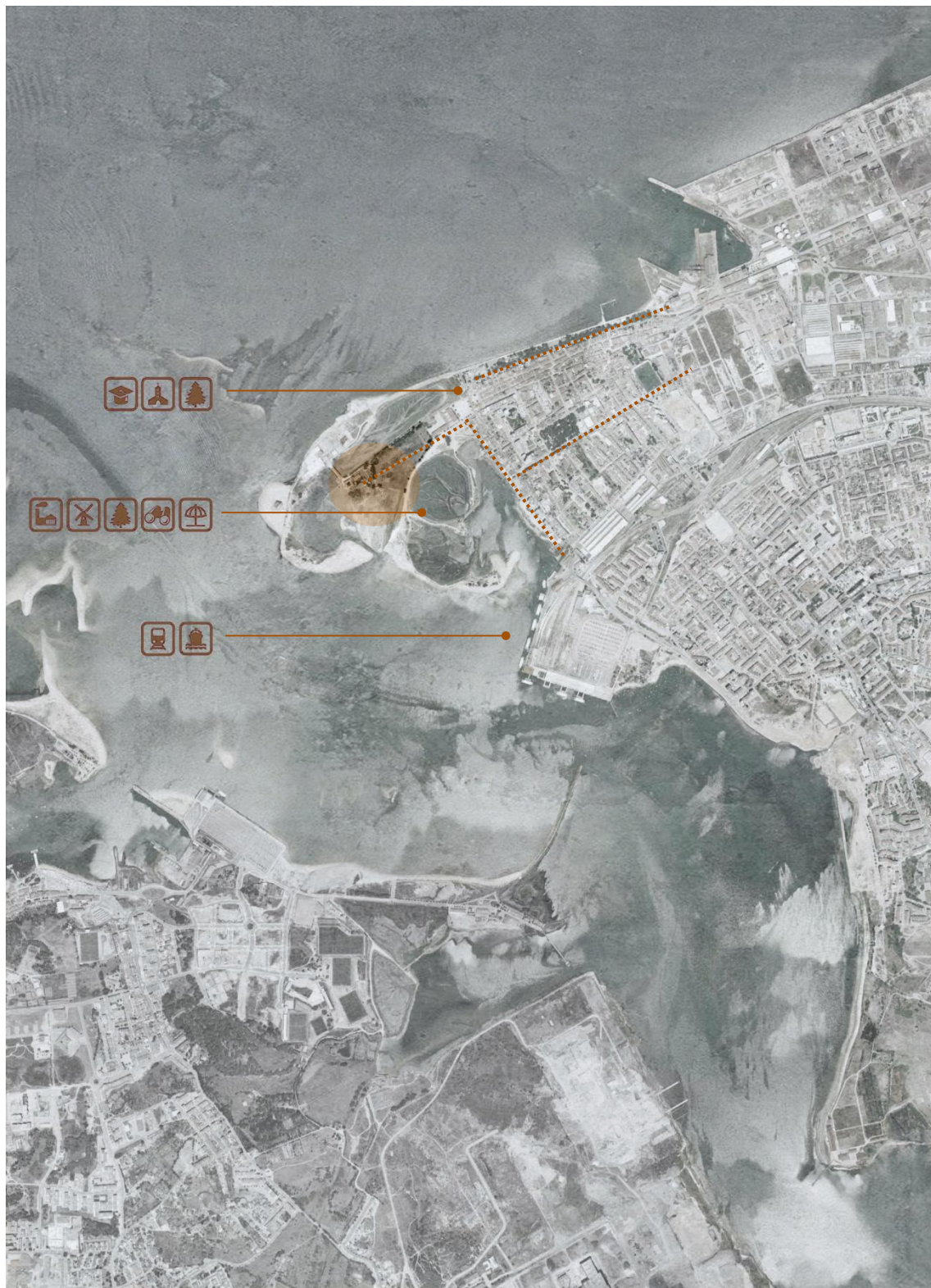
083. *(página oposta)*

Quinta Braamcamp com Lisboa e o estuário como pano de fundo. Autor desconhecido, 1980.

084. *(página oposta)*

Quinta Braamcamp durante o processo de descativação da Fábrica de Cortiça. Autor desconhecido, 2008.





4.3. A LEITURA FORMAL: [o edificado e a paisagem do lugar]

Após a análise histórica, é preciso compreender os aspetos formais que presentemente conformam o lugar. Procura-se clarificar a realidade pela qual o lugar se faz hoje comunicar, e importa, por isso, começar por identificar a sua presença na malha urbana – a articulação com os moinhos de maré e as suas caldeiras, com o centro urbano e a praia fluvial –, bem como o estado atual da quinta, a conexão entre a massa construída e a natural. Para tal, apresenta-se a esquematização do Ortofotomapa na página oposta. É, também, importante referir os alinhamentos com a estrutura paisagística próxima – a entrada do esteiro e as margens – e com a longínqua – o recorte de Lisboa e o plano de água do estuário –, que lhe conferem a tão referida paisagem de água. Posteriormente, de forma mais detalhada, apresenta-se o estado do edificado e a caracterização da sua estrutura natural, de modo a compreender-se o diálogo que estabelecem e como conformam a experiência e a especificidade do lugar.

A estrutura edificada: as ruínas

A Quinta Braamcamp, após o momento de insolvência da Sociedade Corticeira, entrou num período de decadência tal, que para além do efetivo abandono permitiu sucessivos incêndios e estragos. Atualmente, a sua imagem reflete os vestígios do que fora outrora – as suas ruínas –, contudo, é de referir que o potencial do lugar também reside neste cenário e que anulá-lo por completo será também “roubar-lhe” esta memória. Em primeiro será apresentado, na página seguinte, uma planta de localização dos vários núcleos edificados – resultado do levantamento no local e da análise de fotografias aéreas.

085. *(página oposta)*
Esquematização de
Ortofotomapa –
Análise formal. Sem
escala. Esquema
produzido pela autora,
2017.

086.

Planta de localização dos vários núcleos edificados na Quinta Braamcamp.

Escala 1:1500.

Esquema produzido pela autora, 2017.



Legenda:

- Anexos
- Edifícios de apenas um piso
- Edifícios com dois pisos

Identificação dos núcleos na página oposta.

Distinguiram-se os seguintes núcleos edificados:

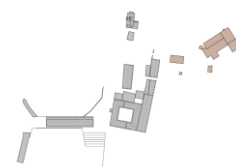
- a) A piscina exterior;
- b) O curral;
- c) Três volumes entendidos como antigos armazéns;
- d) Habitação principal: Antigo Solar;
- e) Habitação secundária: “Casa das tias”;
- f) Habitação secundária: Casa pessoal de Anthony A. Reynolds, mandada construir em 1931, trata-se do único edifício que apresenta desenhos técnicos no Arquivo Municipal do Barreiro;
- g) Moinho de Maré Braamcamp;
- h) Cais junto ao Moinho de Maré Braamcamp.
- i) Muro de pedra latente à caldeira do moinho da quinta, onde existem namoradeiras e umas escadas que acedem à caldeira.
- j) Parcela da antiga fábrica de bolachas;
- l) Antiga zona de produção da indústria corticeira, atualmente apenas com edificados pontuais (Portaria e balneários) e um “enorme vazio” que em tempos esteve repleto de armazéns de estrutura metálicas, vendidos em leilão após a insolvência.

Apresenta-se, a seguir, o estado atual do edificado através de um levantamento fotográfico, efectuado entre o ano 2016 e 2017, com respetiva descrição e identificação da sua localização.



087. (à esquerda)
Portão da Quinta Braamcamp.

088. (à direita)
Percurso Pedonal de entrada.



089. (à esquerda)
Piscina.

090. (à direita)
Antigos Curral.



091. (à esquerda)
Vista exterior de um dos antigos Armazéns.

092. (à direita)
Parede de entrada de um dos antigos armazém de estrutura metálica.

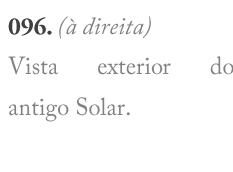


093. (à esquerda)
Vista exterior de um dos antigos Armazéns.

094. (à direita)
Vista interior de um dos antigos Armazéns.



095. (*à esquerda*)
Vista interior do antigo Solar.



096. (*à direita*)
Vista exterior do antigo Solar.



097. e 098.
Vista exterior da antiga “casa das tias”.



099. (*à esquerda*)
Vista direccionada para a “casa das tias” a partir da habitação de Anthony Reynolds.



100. (*à direita*)
Vista direccionada para a “casa das tias” a partir do outro lado da caldeira.



101. e 102.
Vista exterior da antiga habitação pessoal de Anthony Reynolds.



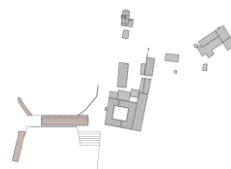


103. (*à esquerda*)

Antigos balneários da Sociedade Nacional Corticeira.

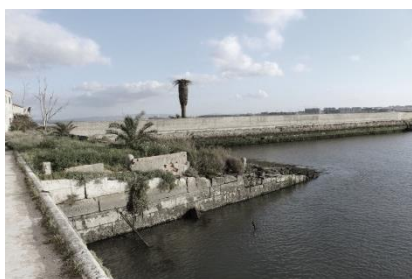
104. (*à direita*)

Antiga zona de armazéns de estrutura metálica da Sociedade Nacional Corticeira.



105. e 106.

Vista exterior da antiga fábrica de bolachas.



107. (*à esquerda*)

Cais.

108. (*à direita*)

Vista para a zona de habitações piscatórias a partir do Cais.



109. (*à esquerda*)

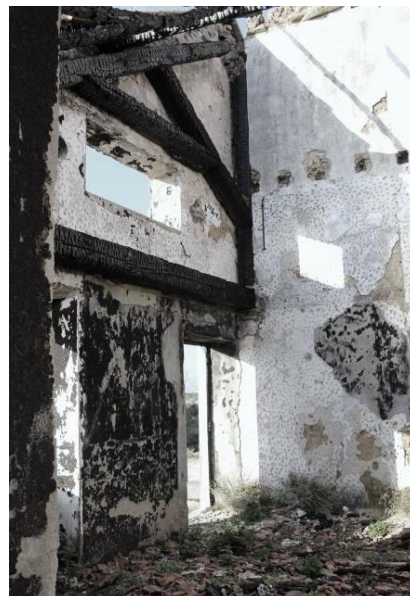
Muro da caldeira – namoradeira.

110. (*à direita*)

Muro da caldeira – escadas de acesso à caldeira, em pedra

111. *(à esquerda)*

Passagem exterior para o outro lado da caldeira, lateral ao Moinho de Maré Braamcamp.



112. *(à direita)*

Vista interior do Moinho de maré Braamcamp.



113. *(à esquerda)*

Vista interior do Moinho de maré Braamcamp, janela para a caldeira.



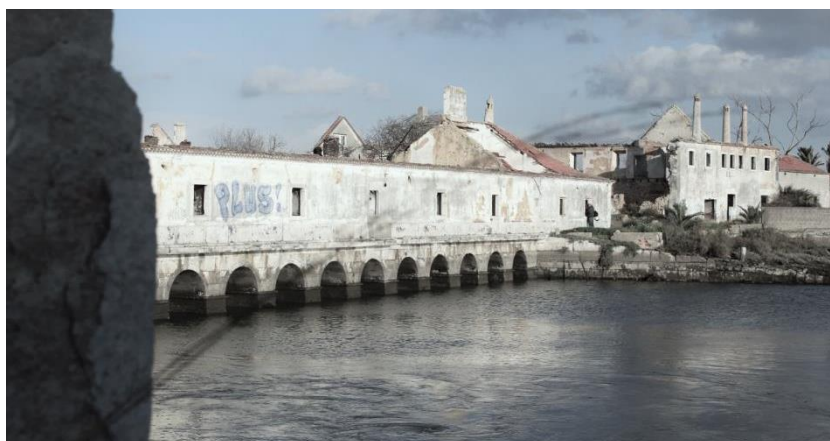
114. *(à direita)*

Passagem interior do Moinho de maré Braamcamp.



115. *(em baixo)*

Vista a partir da antiga fábrica de bolachas.





116.
Sapal – caldeira do moinho grande.
Fotografia da autora, 2016.



117.
Ave, sapal.
Fotografia da autora, 2016.



118.
Caniço *Phragmites australis* junto à zona do cais. Ao fundo, zona de habitações piscatórias.
Fotografia da autora, 2016.



119.
Vegetação halófila: Prados de *Spartina*; vegetação pioneira de *Salicornia*; e *Sarcocornetea fruticosi*. Ponta do Mexilhoeiro.
Fotografia da autora, 2016.

A estrutura natural: a fauna e a flora

Num primeiro momento é preciso ter em consideração as características biofísicas do território a intervir – a sua singularidade no seio do estuário do Tejo e a sensibilidade das estruturas que o compõem –, em que o conhecimento dos ecossistemas existentes passará sempre por um principal enfoque para a vegetação autóctone que se desenvolve neste género de complexo de praias estuarinas e caldeiras, onde o vento e a salinidade têm forte presença. De modo geral e de acordo com a publicação do ICN⁶⁴, pode-se afirmar que esta zona presencia habitats costeiros e vegetação do tipo halófila, sujeita a águas salobras e ao fluxo bidiário das marés.

Destaca-se, então, o ecossistema mais produtivo – o sapal –, que se trata da zona de vasa estuarina, periodicamente alagada, colonizada por várias espécies vegetais, habitat natural de várias espécies⁶⁵ e, ainda, sulcada por inúmeros canais e esteiros formados devido ao incessante avanço e recuo das marés.

Em relação à estrutura vegetal natural deste território destacam-se: Prados de *Spartina*, *Spartinion maritimae*; vegetação pioneira de *Salicornia*; matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos, *Sarcocornetea fruticosi*; e Caniço *Phragmites australis*.

⁶⁴ Publicação sobre os habitats naturais incluídos no Plano sectorial da Rede natura 2000 do ICN – Instituto de Conservação da Natureza.

⁶⁵ Os sapais são habitat natural de várias espécies de peixes, aves migradoras e de micromamíferos. Apresentam grande abundância de crustáceos constituindo nichos ecológicos de desenvolvimento de diversas formas larvares. Os anatídeos, particularmente a marrequinha *Anas crecca*, o ganso-bravo *Anser anser* e a piadeira *Anas penelope*, utilizam essencialmente a vegetação de sapal como fonte alimentar.



120.

À esquerda, as ruínas da antiga “casa das tias”; à direita, o alinhamento de palmeiras.

Fotografia da autora, 2016.



121.

Alinhamento, por um lado de palmeiras e, por outro, de pinheiros – vista a partir do outro lado da caldeira.

Fotografia da autora, 2016.



122.

Pinheiros bravos e mansos – nidificação de garças.

Fotografia da autora, 2016.



123.

Núcleo de palmeiras.

Fotografia da autora, 2016.

Relativamente à estrutura vegetal circunscrita nos limites da Quinta Braamcamp, para além da vegetação que surge de acordo com as condições naturalmente impostas, existem ainda vestígios de algumas das espécies plantadas que definiam estrategicamente o espaço. Neste sentido, destacam-se as duas principais zonas plantadas.

No que concerne à primeira trata-se de um eixo que define um percurso pedonal, que liga o cais pertencente ao Moinho de maré Braamcamp ao Largo e à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Este eixo surgiu intencionalmente como percurso de fé em época de romaria, e era entendido como uma avenida, atualmente interrompida pela Escola Secundária Alfredo da Silva; este percurso, do lado adjacente à caldeira do moinho da quinta, integra um alinhamento de palmeiras (atualmente devastadas pela doença do escaravelho e pelos sucessivos incêndios), este alinhamento inicia-se a partir do moinho de maré da quinta até ao início da habitação pessoal de Anthony Reynolds; do outro lado, a partir da mesma habitação, o caminho é ladeado essencialmente por pinheiros bravos e mansos, onde nidificam garças.

Quanto à segunda, trata-se de um núcleo de palmeiras que surge no fim do eixo de entrada principal da quinta. Estas também se encontram devastadas. Pontualmente, surgem novamente mais palmeiras, como é o caso junto a um muro de pedra que limita a caldeira do moinho e onde existem namoradeiras e umas escadas de acesso à caldeira.

Capítulo V.

Os casos de referência

V. CASOS DE REFERÊNCIA

Para uma melhor fundamentação e compreensão do passo que se reflete no próximo capítulo, *Capítulo VI – O Projeto*, sentiu-se necessidade de recorrer à seleção de casos de referência, que para além da sua localização próxima da água e dependência, a escala, o enquadramento paisagístico, a estrutura programática, a temática, o programa e/ou a materialidade vão ao encontro da componente prática do presente trabalho.

Ao todo, serão apresentados quatro projetos, de duas categorias distintas: uma de reabilitação de edifícios preexistentes e outra de edifícios contemporâneos criados de raiz. A que se prende a intervenções arquitetónicas de reabilitação foca-se em reconversões de edifícios devolutos de carácter industrial, todas de enquadramentos diferentes, mas com o mesmo intuito e capacidade de regenerar tecidos urbanos, conferindo às cidades novas paisagens e vivências, visando a preservação das suas identidades e memórias. A outra categoria pretende analisar projetos arquitetónicos criados de raiz, com o propósito de entender a exploração contemporânea dos espaços, das formas e das materialidades, em contextos que se assemelham em algum parâmetro com a proposta urbana/arquitetónica desenvolvida neste trabalho.



5.1. RECONVERSÃO DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

124. (página oposta)

Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – Fotografia aérea. Fotografia de Fernando Alda, s.d.

Centro de Visitantes – Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” | Huelva (Ayamonte), Espanha. F. Javier López Rivera, Ramón Pico Valimaña e Manuel Fonseca Gallego. 2005-2007.

O Centro de Visitantes em Huelva pretende dar a conhecer ao visitante não só a vinculação histórica do seu povo com o rio Guadiana, a partir do qual muitas famílias obtiveram recursos para subsistir (pesca, moagem de trigo e salinas), como também a riqueza do seu ecossistema, convertido em Reserva Natural em 1989. A intervenção tenciona revitalizar um lugar desativado e degradado, consistindo na reabilitação e reconversão do antigo moinho de maré “El Pintado” construído há mais de 250 anos.

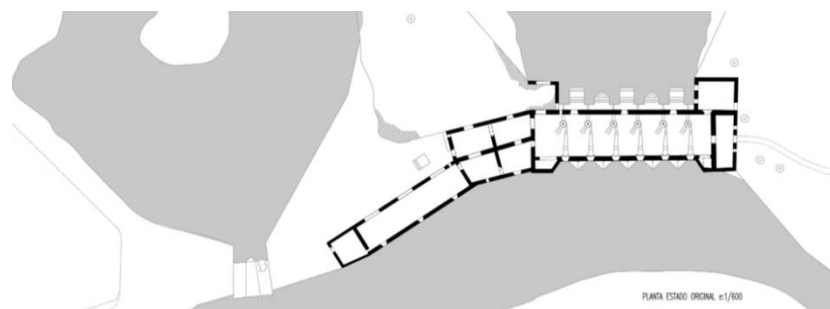
Este objeto arquitetónico enquadra-se na paisagem de modo a que quem o procura o tenha sempre em vista, cujo alinhamento é paralelo às vias históricas de acesso à cidade (caminho de ferro e estrada); esta aproximação lateral, nunca centrada, permite percorrer parte da paisagem tendo constantemente em vista o objeto ao qual nos dirigimos. O moinho converte-se, assim, em ponto de chegada. Após transpor a ponte com as comportas que definem o início do seu domínio, não é possível observá-lo ao seu redor, sendo necessário entrar e atravessá-lo. As vistas exteriores são obtidas antes, numa visão longínqua, em paralelo com o percurso pedonal.

125. (página oposta)

Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – vista a partir de norte. Fotografia de Fernando Alda, s.d.

126.

Moinho de Maré “El Pintado” – Planta Original.





127. *(em cima, à esquerda)*

Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – sala de moagem. Fotografia de Fernando Alda, s.d.

128. *(em cima, à direita)*

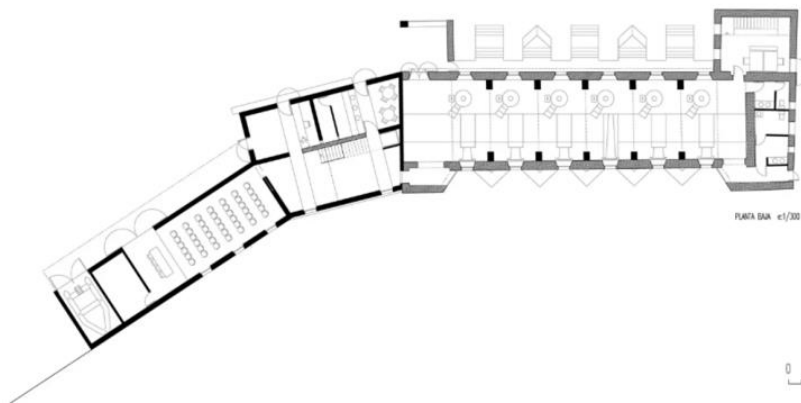
Reabilitação do Moinho de maré “El Pintado” – sala de moagem, possibilidade de observar a passagem de água. Fotografia de Fernando Alda, s.d.

129. *(em baixo)*

Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – sala de moagem, cobertura em estrutura de madeira. Fotografia de Fernando Alda, s.d.

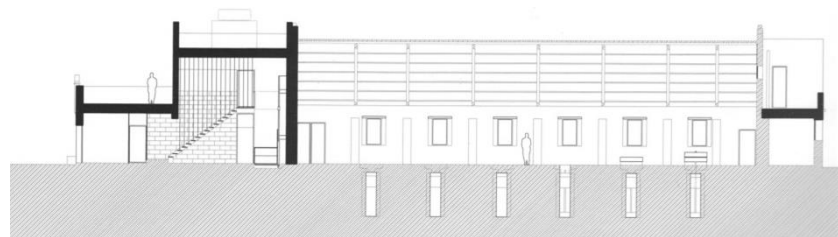
130. *(em cima)*

Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – Planta piso 0.



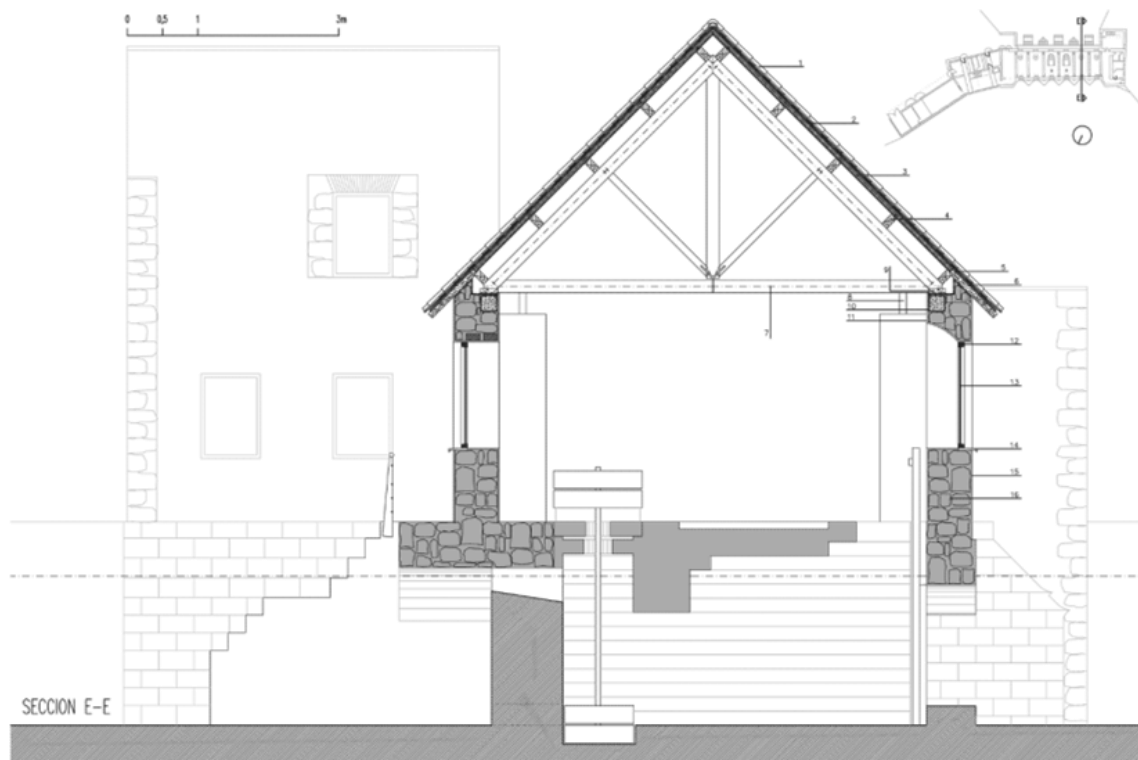
131. *(ao meio)*

Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – Corte longitudinal.



132. *(em baixo)*

Reabilitação do Moinho de Maré “El Pintado” – Corte Construtivo.



Este edifício, de nítida axialidade este-oeste, no seu estado original permitia através do seu caminho interior atravessar as suas antigas dependências – cavaliças, casa do moleiro, sala de moagem e armazéns. A grande sala de moagem, o espaço fundamental, com a sua orientação e vistas norte-sul, de um certo modo, reflete a metáfora da dualidade regional – o campo e o mar, os moinhos de ventos e os de mar, a vila e a ribeira.

A intervenção procura caracterizar-se pela sua integração com as preexistências, criando um diálogo discreto, mas não mimético. O edifício tem como bases de partida:

- O respeito pela estrutura e os traços gerais do edifício quanto a elementos de carga, alturas e acrescentos. Enquanto a oeste, o edificado foi reabilitado e destacado, a este, foi demolido e levantado de novo, respeitando o traçado original.
- A recuperação da maior espacialidade possível, eliminando paredes interiores, e a procura de mais luminosidade, através da abertura de novos vãos que proporcionem referências contínuas norte-sul (entrada e saída de água; povoação e mar).
- A utilização de maior número possível de terraços, como miradouros privilegiados sobre a marisma, seja para o público visitante, ou até para possíveis ornitólogos e investigadores.
- A inserção de novos materiais como demarca da intervenção contemporânea e o tratamento dos revestimentos de fachadas (elementos de cantaria que a passagem do tempo pôs à mostra e reutilização de materiais extraídos de zonas demolidas).

O projeto valoriza dois elementos principais: a sala de moagem e a água. A sala de moagem, como importante espaço de laboração de todo o conjunto, com mais de 27m de comprimento, 170m² de área e 7m de altura até ao coroamento. E a água, como elemento que define a razão de ser do edifício e, por isso, sensorialmente deve estar sempre presente durante a visita. Deve *ver-se* do exterior como rodeia o edifício e, na sala de moagem, vê-la atravessá-lo através dos canais. Deve *cheirar-se*, pois o odor do sal da marisma inunda o ambiente inerente ao espaço. E deve *ouvir-se* o ruído provocado pelo levantamento das comportas e dos mecanismos de moagem a moverem-se.

A recuperação deste engenho maremotriz representa um investimento pedagógico, permitindo dar a conhecer e a transmitir, principalmente às novas gerações, outros modos de intervenção no meio natural que usem mas não esgotem os recursos naturais e integrem a tão procurada relação entre o património natural e cultural. Este edifício permite diferentes leituras: a de *Edifício-Ponte*, uma vez que galga de um lado ao outro do esteiro e exige ser percorrido e atravessado para se poder chegar aos dois pólos; a de *Edifício-Máquina*, em que no seu interior produz e transforma energia das marés em energia cinética, que serve para moer os grãos; e a de *Edifício-Sustentável*, visto que aproveita uma fonte energética limpa, inesgotável e gratuita, sem gerar resíduos nem gases nocivos. Esta reabilitação sustenta a afirmação, embora cada dia nos custe mais confirmá-la, que não há melhor paisagem do que aquela com que o homem já conseguiu negociar – facultando um encontro negociado entre o homem, a terra e o mar.



133. (página oposta)

Convento das Bernardas após a intervenção – Relação com as salinas de Ria Formosa. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.

Complexo Habitacional e Turístico – Reabilitação do Convento das Bernardas | Tavira, Portugal. Eduardo Souto Moura. 2012.

O antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade, mais conhecido como Convento das Bernardas, localiza-se em Tavira e testemunhou vários tipos de ocupação, albergando desde uma ordem religiosa – a sua função primordial –, a uma fábrica de moagem e de massas a vapor, até a uma “*imponente ruína aparentemente esquecida pelo tempo*”⁶⁶ e atualmente, após reabilitação, um Complexo Habitacional e Turístico. Esta obra reflete a tese que a arquitetura ao dialogar com o tempo determina o desenvolvimento e a evolução urbana, levando o edificado a adquirir novas funções de acordo com as necessidades do Homem num determinado contexto.

Concluída em 2012, a intervenção de Eduardo Souto Moura neste património industrial, de estreita relação com as salinas de Ria Formosa, permitiu a sua devolução à cidade, ao perder o seu isolamento e restabelecendo-se como parte integrante da paisagem. A reconversão consistiu na recuperação da estrutura através de técnicas de restauro e preservação dos elementos arqueológicos e arquitetónicos antigos, bem como num gesto de enorme sensibilidade de redesenho de um lugar que visa salvaguardar todos os possíveis achados do passado. Neste sentido, estamos perante uma intervenção que exemplifica a capacidade de concretizar a busca de intimidade que o Homem e a Arquitetura devem evidenciar sobre o (des)construído.

134. (página oposta)

Convento das Bernardas após a intervenção – Piscina exterior. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.

⁶⁶ GUERREIRO, Duarte cit. por Eduardo Souto de Moura in *Convento das Bernardas*. Lisboa: Uzina books. 2013, p.5

Em termos de contextualização histórica, a implantação do convento teve, naturalmente, em consideração a grande quantidade de água existente no local que era “*essencial para a rega de hortas e pomares*”⁶⁷ – por norma, a fixação da Ordem de Cister⁶⁸ pressupunha a existência de um curso de água ou de um lago. É em 1509, em pleno cenário de expansão económica e de crescimento urbano da cidade de Tavira, que se inicia a construção deste convento, tendo sido concluído em 1528 por ação do Bispo de Silves, D. Fernando Coutinho. Uma das características particulares dos conventos da ordem de Cister era a sobriedade arquitetónica, com exteriores bastante refinados em termos compositivos “*como se duma fortaleza se tratasse*”⁶⁹.

Numa fase inicial, o convento era formado por dois corpos arquitetónicos: um orientado a norte, correspondente à igreja da qual ainda existem vestígios (Portal Manuelino); e outro, a poente, onde seriam os dormitórios, cujas pequenas janelas das celas ainda hoje são perceptíveis.

⁶⁷ PINTO, Marina P. Pinto e FERREIRA, Ângela G Cit. por Eduardo Souto de Moura in *Convento das Bernardas, Tavira-Portugal*. Lisboa: Uzina books. 2013, p.7.

⁶⁸ Ordem Cister é uma ordem monástica católica. Segundo a Direção-Geral do Património Cultural, foi fixada em Portugal desde o século XII e acompanhou a afirmação política da primeira dinastia. Os mosteiros de Cister transformaram paisagens devido ao desbravamento de terras e ao planeamento de engenhosos sistemas hidráulicos, como: construção de condutas subterrâneas e encaminhamento de caudais e regularização das margens de rios e ribeiras.

⁶⁹ Município de Tavira – Património arquitetónico religioso

[Consultado a 9 de abril de 2017] Disponível na internet: <URL: <http://www.cm-tavira.pt/site/content/turismo-patrim%C3%B3nio-arquitetura-igrejas/patrim%C3%B3nio-arquitet%C3%B3nico-religioso>>.

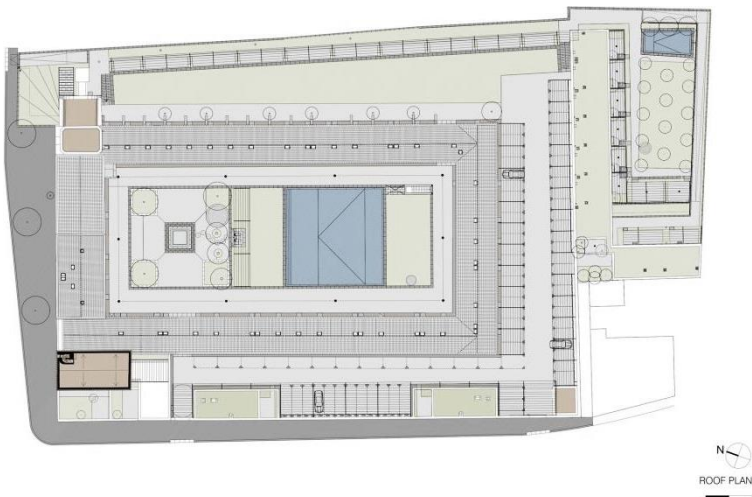
Este edifício sofreu várias alterações ao longo dos tempos, e após investigações arqueológicas, veio-se a constatar a existência de um corpo adjacente, cujo momento de entrada seria feito através de um pátio com um fontanário revestido a azulejos da primeira metade do século XVII. Após o terramoto de 1755, foi necessário recuperar o convento, o que conduziu à construção de um novo corpo arquitetónico que cerrou o recinto do convento sem modificar o seu desenho original.

Posteriormente, já no século XIX, o edifício de carácter religioso deu lugar a uma fábrica de moagem e massas a vapor estando sujeito a diversas transformações, como a inserção de habitações para os novos proprietários e a instalação de um depósito de água que teve como consequência a demolição da torre sineira e das arcarias do claustro. O complexo industrial, ao cessar em 1968, deu oportunidade a este edifício religioso, já reconvertido em industrial, de dar ainda lugar a uma padaria, a uma barbearia e à antiga sedo do clube de ciclismo de Tavira.

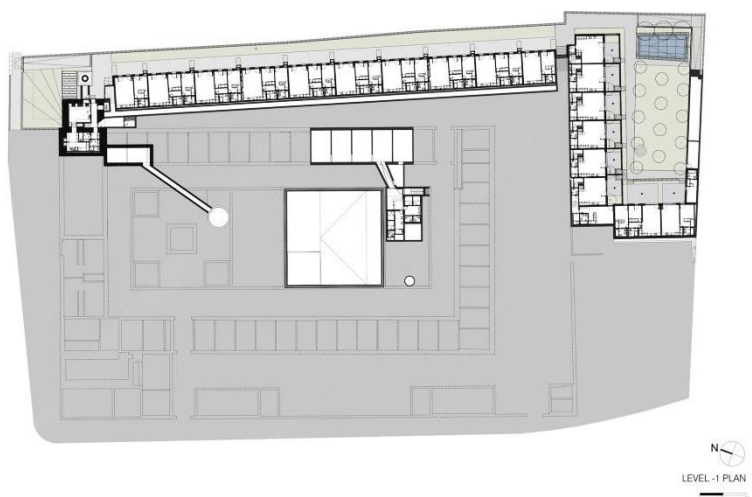
135. *(em cima)*

Convento das Bernardas antes da intervenção exterior. – Vista exterior. Autor desconhecido, s.d.

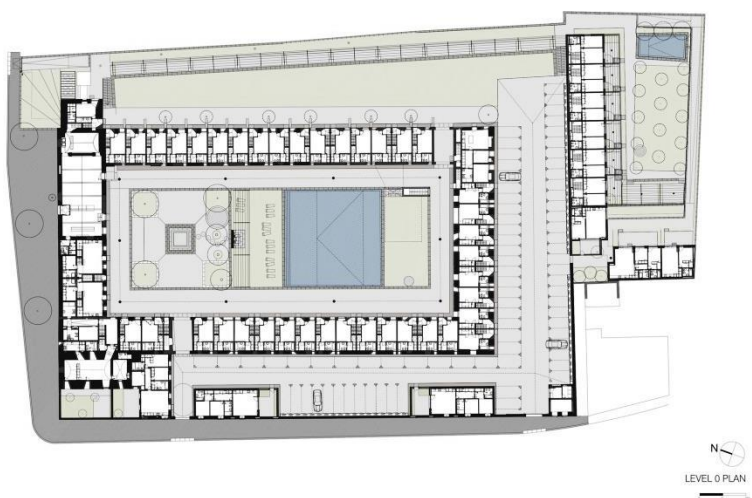




136. *(em cima)*
Convento das Bernardas após a intervenção – Planta de Cobertura.



137. *(em baixo)*
Convento das Bernardas após a intervenção – Planta Piso -1.



138. *(em baixo)*
Convento das Bernardas após a intervenção – Planta Piso 0.

139. a 143. *(página oposta)*
Convento das Bernardas após a intervenção – Cortes/Alçados.



EAST WING



WEST WING SECTIONS



WEST WING SECTIONS



SOUTH WING SECTIONS





144. (página oposta e em cima)

Convento das Bernardas após a intervenção – Vista exterior. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.

145. (página oposta e ao meio)

Convento das Bernardas após a intervenção – Piscina exterior e antigo claustro. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.

146. (página oposta, em baixo e à direita)

Convento das Bernardas após a intervenção – Piscina exterior no pátio da zona nova de habitações. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.

147. (página oposta, à esquerda em baixo)

Convento das Bernardas após a intervenção – interior de uma habitação duplex. Fotografia de Luís Ferreira Alves, 2012.

A intervenção de Souto Moura teve como principal intenção a reativação da memória do lugar, que passou primordialmente pela conservação dos vestígios do seu passado. Este pensamento, que evita o desaparecimento da sua identidade, permite imortalizá-la tomando-a como ponto de partida na conceção do novo edificado. Em relação ao programa, o arquiteto justifica afirmando: “O Convento das Bernardas foi Mosteiro, Fábrica, e agora ruína disponível. Geralmente associa-se estas pedras a programas como pousadas, hotéis, museus, centros culturais...; mas não há cultura que chegue para tanto Património. Desta vez fomos diferentes..., e porque não fazermos casas?”⁷⁰.

O átrio de entrada principal deste complexo habitacional e turístico teve lugar na nave central do corpo da antiga igreja e na antiga sacristia passou a existir uma cafetaria. Numa tentativa de recordar a escala do antigo claustro, surgiu um espaço quadrado com árvores nos quatro cantos. A sul, onde foram encontrados vestígios arqueológicos como o fontanário, passou a existir uma piscina inspirada nas cisternas portuguesas de Marrocos. Em relação à materialidade do pano exterior do edifício, persiste a expressão preexistente, contudo, inseriram-se técnicas contemporâneas, em que a textura foi unificada, permitindo visualizar a alvenaria bastarda do reboco de cal micro-projetado ou simplesmente pintado e de reforços de betão terracota em harmonia com as cores terrosas algarvias.

⁷⁰ Cit. por Eduardo Souto de Moura in Archdaily – Convento das Bernardas/Eduardo Souto de Moura. [Consultado a 8 de abril de 2017] Disponível na Internet: <URL: <http://www.archdaily.com.br/br/769152/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura>>.



5.2. EDIFÍCIOS CONTEMPORÂNEOS

148. (página oposta, à esquerda e em cima)

River and Rowing Museum – As casas de barco, revestidas em carvalho verde, são em grande parte viradas para dentro e flutuam sobre a base transparente.

Fotografia de Dennis Gilbert e Richard Sryant, s.d.

149. (página oposta, à direita e em cima)

River and Rowing Museum – Esboço.

150. (página oposta, em baixo)

River and Rowing Museum – Volume de galerias (boat-hall) e “ponte” de ligação.

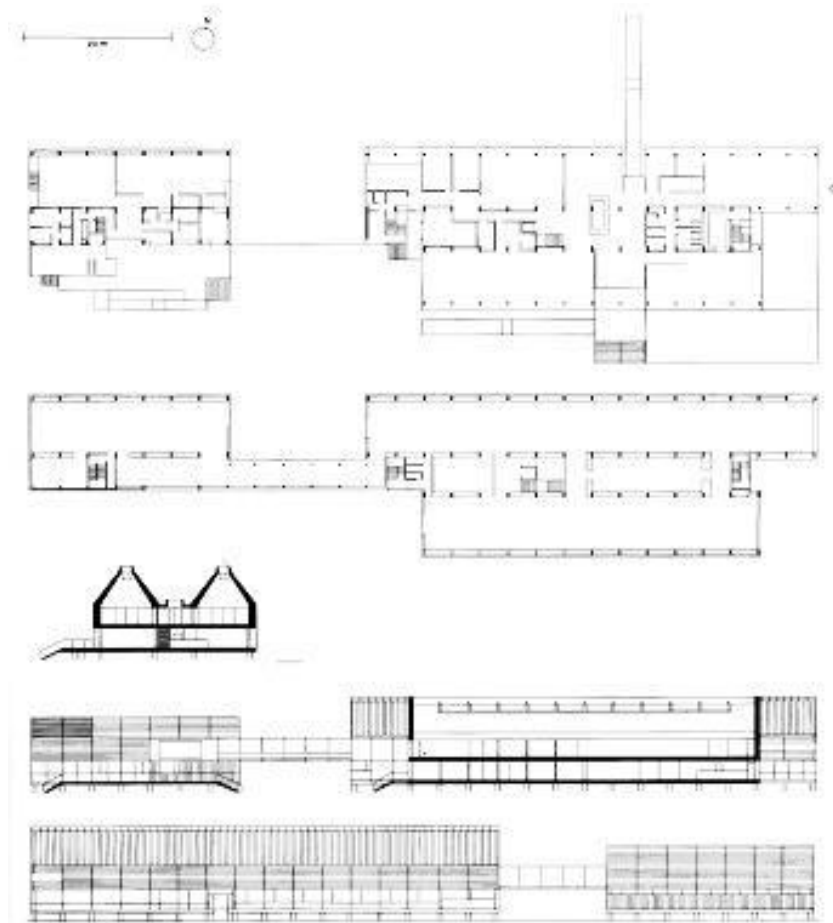
Fotografia de Dennis Gilbert e Richard Sryant, s.d.

River and Rowing Museum | Henley-on-Thames (Oxfordshire), Reino Unido. David Chipperfield. 1989-1997.

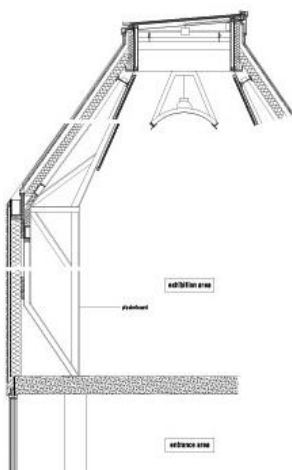
O “*River and Rowing Museum*”, assente junto à margem sul do rio Tâmesa (River Thames), foi concebido para documentar a cultura ribeirinha local. Em função de tal, abriga uma coleção significativa de barcos a remo e pretende interligar três temáticas essenciais: o remo, o rio Tamisa e a cidade Henley.

Este museu foi inspirado nos “*boathouses*” locais e nos celeiros de madeira tradicionais de Oxfordshire. Esta referência óbvia à área circundante, concetualmente foi materializada desde os primeiros esboços, através de formas longas, paralelas, folheadas de carvalho verde não tratado – madeira que endurece e resiste bem ao tempo, assemelhado o edifício ainda mais com um vernáculo local – com coberturas revestidas a chumbo acentuadamente chanfrados. Este edifício de traço contemporâneo procura ligar-se à tradição arquitetónica local.

O museu, erguido acima do solo sobre pilares de betão, devido à possibilidade de eventuais inundações do rio, foi projetado em duas partes: uma em que no piso térreo se desenvolve um espaço de entrada transparente e aberto contendo áreas públicas, e que no piso superior alberga uma sequência de galerias, fechado e iluminado por claraboias; e outra – que se interliga a este através de um corredor apenas no piso superior –, que no piso superior contém galerias, e no piso térreo, espaço administrativos e de apoio. As galerias, destinadas a receber os barcos, ganham notoriedade pela inclinação da sua cobertura e pela claraboia central, inspirada no “*Kimbell Art Museum*” de Louis Kahn.



151. *(em cima)*
River and Rowing
Museum – Conjunto
de desenhos técnicos.



152. *(à esquerda)*
River and Rowing
Museum – claraboia,
corte.



153. *(À direita)*
River and Rowing
Museum – fotografia
do interior da claraboia
na zona expositiva.
Autor desconhecido,
s.d.

154. *(em cima)*

River and Rowing
Museum – relação
interior-exterior.

Fotografia de Dennis
Gilbert e Richard
Sryant, s.d.



155. *(ao meio)*

River and Rowing
Museum – zona
exterior da cafeteria.
Autor desconhecido,
s.d.



156. *(em baixo)*

River and Rowing
Museum –
transparência nos
espaços interiores.
Autor desconhecido,
s.d.





157. (página oposta)

Hotel Makenna Resort
– Bungalows.
Fotografia de
Leonardo Finotti, s.d.

Hotel Makenna Resort | Baía, Brasil. Drucker Arquitetos. 2004-2010.

O Hotel Makenna Resort localiza-se entre as cidades brasileiras de Ilhéus e Itacaré, numa zona de Reserva Ambiental de mata Atlântica nativa protegida pela UNESCO. Esta área, dominada pelo mar de palmeiras, recebeu a implantação de um programa turístico que alberga um clube com restaurantes e salas de lazer, um spa, 16 bungalows e um setor de serviços, que ao todo somam uma área construída de 6.700 m².

Os vários volumes que compõem a intervenção enquadram a paisagem radicalizando o seu potencial, expandindo dramaticamente a sensação de horizontalidade, dotando o piso e o teto de um valor substancial. Pelas palavras de um dos colaboradores: *Ao invés de escravizar a natureza, as construções dramatizam ainda mais a paisagem, enquadrando e revelando contornos e cenários não usuais.*⁷¹

158. (página oposta)

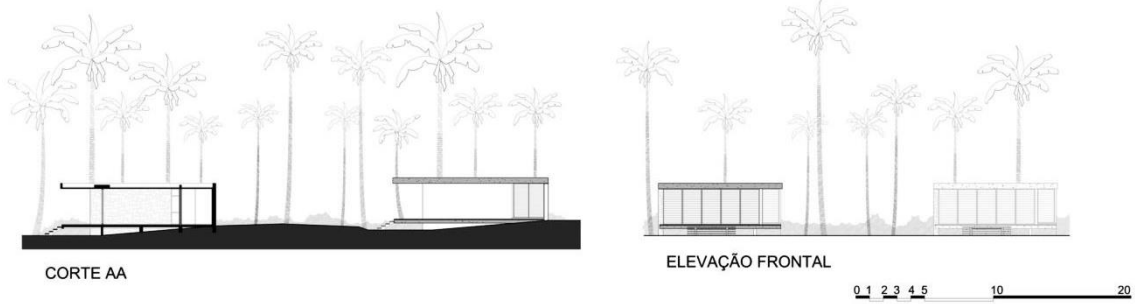
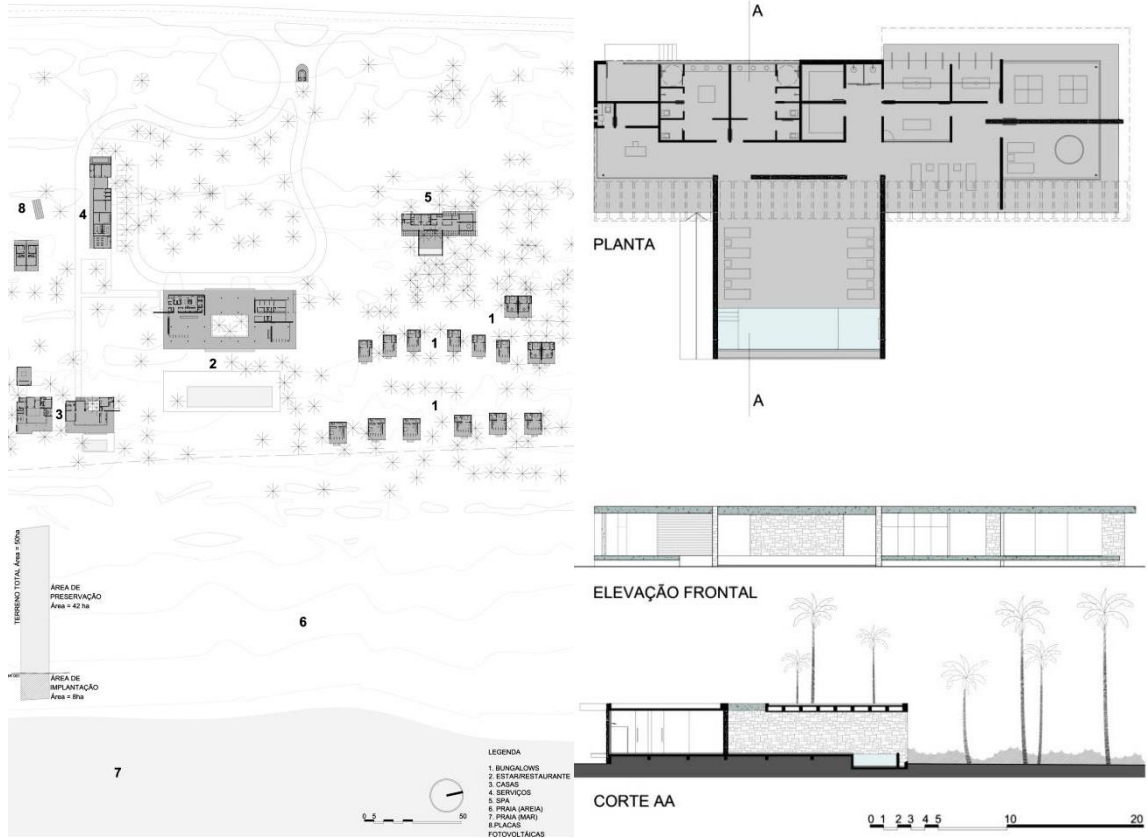
Hotel Makenna Resort
– Clube do resort:
restaurantes e salas de
lazer. Fotografia de
Leonardo Finotti, s.d.

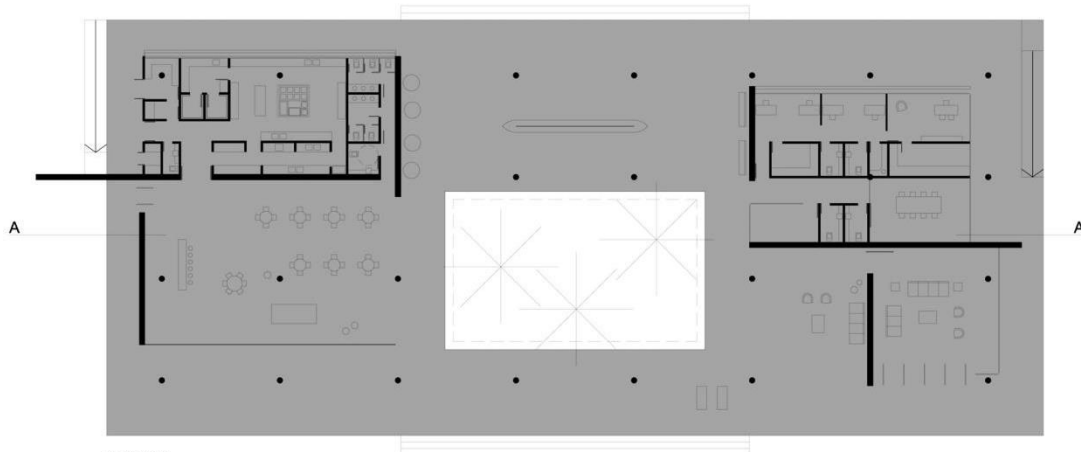
Apoiados numa estrutura de betão aparente, os vários corpos que sustentam programaticamente esta intervenção distribuem-se numa lógica livre, mas de proximidade. Os bungalows, soltos no terreno, apresentam lajes de betão aparente e paredes revestidas a arenito do norte, uma pedra típica desta região. Já a volumetria central correspondente ao clube do resort, manifesta-se num pavilhão com projeções que criam terraços e espaços de transição entre interior e exterior.

159. (nas próximas duas páginas)

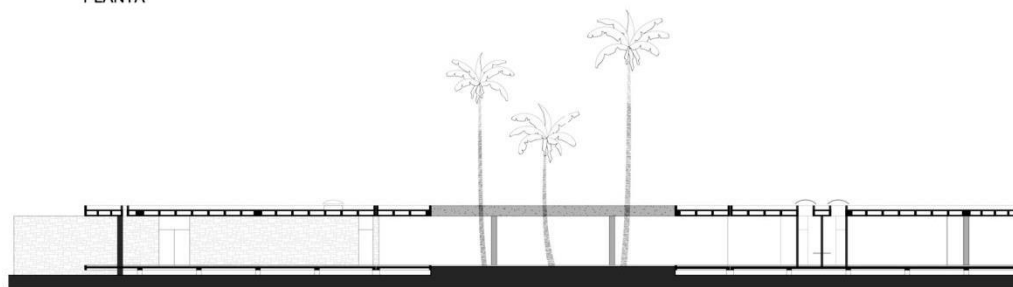
Hotel Makenna Resort
– conjunto de
desenhos técnicos
identificados.

⁷¹ Cit. por um dos colaboradores de Drucker Arquitetura (não identificado) in Archdaily – Resort Makenna/Drucker Arquitetura [Consultado a 7 de abril de 2017] Disponível na internet: <URL: <http://www.archdaily.com.br/br/01-45931/resort-makenna-drucker-arquitetura>>.



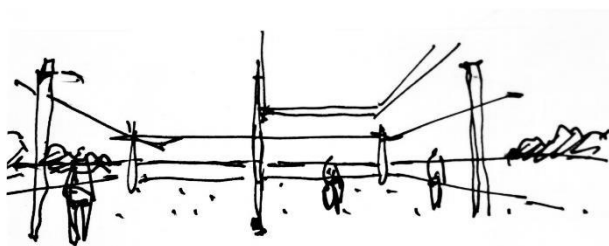
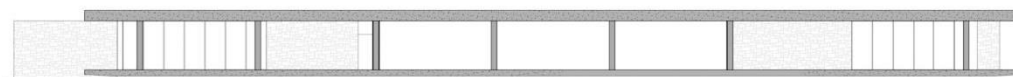


PLANTA

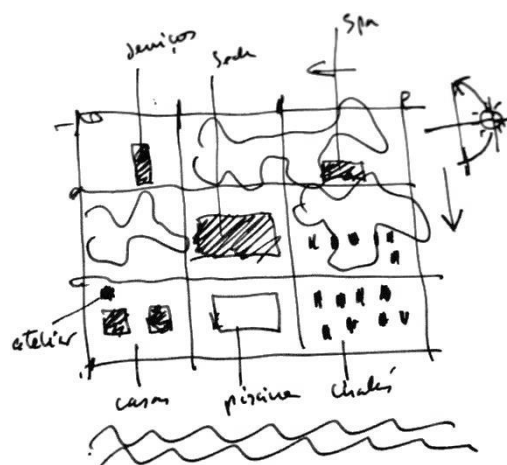


CORTE AA

0 1 2 3 4 5 10 20



Espes longitudinais em linha interseccional



Como já referido, estes corpos são definidos por uma estrutura de betão aparente, que ao integrar lajes nervuradas com apoios pontuais relativamente afastados permitiu a conceção de grandes espaços sem interferências, ideais para acolherem as principais zonas de estar. O facto de não existirem elementos estruturais nas extremidades dos corpos permitiu, ainda, formalizar espaços de grande balanço, transitórios entre o exterior e o interior. O resultado formal é de dois planos paralelos horizontais, que contrastam com a verticalidade das palmeiras, a única espécie vegetal, nesta parte do terreno, com consistência visual.

De modo a melhorar o conforto térmico, as edificações foram elevadas do terreno, o que possibilita a refrigeração dos ambientes, bem como a fácil manutenção das instalações sanitárias. Para permitir o fluxo de ar, optaram por aberturas frente-fundo, diminuindo a temperatura interna e dispensando o uso de ar condicionado. O hotel possui gerador de energia por células fotovoltaicas e sistema de esgotos com efluentes de 98% de pureza.

Ressalta-se, ainda, a particularidade de existirem intervenções artísticas do artista alemão Thilo Scheuermann a interagir com os espaços arquitetónicos, reforçando-se mutuamente.

160. *(página oposta, em cima)*

Hotel Makenna Resort
– zona de transição interior-exterior.

Fotografia de
Leonardo Finotti, s.d.

161. *(página oposta, à esquerda e ao meio)*

Hotel Makenna Resort
– Spa. Fotografia de
Leonardo Finotti, s.d.

162. *(página oposta, à direita e ao meio)*

Hotel Makenna Resort
– pátio do Clube do resort. Fotografia de
Leonardo Finotti, s.d.

163. *(página oposta, em baixo)*

Hotel Makenna Resort
– vista nocturna para o volume do Clube do resort. Fotografia de
Leonardo Finotti, s.d.



Capítulo VI.

A Proposta

[de reinvenção da Quinta Braamcamp]

Socialmente, a procura da «paisagem», dos «lugares», do «património» vivido ou percebido, desdobra-se numa heterogeneidade de conteúdos e significações por vezes vagas e contraditórias. Percebe-se, no ruído, uma vontade de reconstituir uma identidade e um enraizamento local, uma defesa de valores naturais e ecológicos, uma necessidade de qualificar o quadro de vida quotidiano, mas também (e, sobretudo agora) de chamar a atenção sobre patrimónios e lugares excepcionais.⁷²

Álvaro Domingues

⁷² DOMINGUES, Álvaro – *A paisagem revisitada*. In: Finisterra: Revista portuguesa de geografia, Vol.36, N.º72, p.62.

VI. A PROPOSTA [DE REINVENÇÃO DA QUINTA BRAAMCAMP]

O património, a memória, a identidade e a paisagem foram os conceitos-chaves que permitiram iniciar uma reflexão contemporânea sobre a proposta arquitetónica a implementar. O património reflete a passagem do tempo, e com ele guarda o passado que o sustentou, sendo através dele que se descobre aquilo que nos delineou enquanto sociedade. A sua reabilitação concede-lhe, novamente, a sua verdadeira habitabilidade.

O Barreiro identifica-se, atualmente, como um meio urbano bastante desfragmentado tendo em vista a quantidade de terrenos abandonados e desertificados, principalmente de génese industrial. A Quinta Braamcamp é um desses exemplos, contudo, a sua principal característica formal, uma das poucas que ainda lhe resta, expressa mais a identidade de um lugar de veraneio do que industrial (em parte devido à anulação dos edifícios de estrutura metálica). A sua identidade conjugada com a sua localização de estreita relação com o plano de água, com os vestígios moageiros e industriais tornam-no um lugar oportuno de intervenção. A cidade tem procurado dinamizar-se, tirando partido do seu enquadramento paisagístico ao reaproximar a cidade do rio. Este género de intervenções promove uma apropriação por parte da população local, porém é necessário criar espaços de receção a um público externo.

Posto isto, e recuperando o propósito inicial que ambiciona devolver este lugar esquecido à cidade usufruindo do melhor que o rodeia – a água estuarina –, apresenta-se neste capítulo uma proposta de reinvenção da Quinta Braamcamp no Barreiro.

6.1. AS PREMISSAS PROGRAMÁTICAS

A proposta projetual nasceu do intuito de valorizar a localização paisagística de exceção e impulsionar a requalificação urbana da frente ribeirinha barreirense. Para tal, numa primeira instância foi necessário entender o que poderia proporcionar o seu crescimento e desenvolvimento urbano, sem colocar de parte as suas origens e memórias.

Após o desenvolvimento da componente teórica, percebeu-se que a evolução funcional e morfológica do lugar teve sempre um carácter privado e de uso operante – como a implantação inicial do Moinho de maré, e posteriormente, das fábricas de bolachas e de cortiça. E só e apenas atualmente é que se encontra em posse de uma identidade pública, a Câmara Municipal do Barreiro, que tem como objetivo a sua integração no espaço público, parecer bastante explícito na vontade da população.

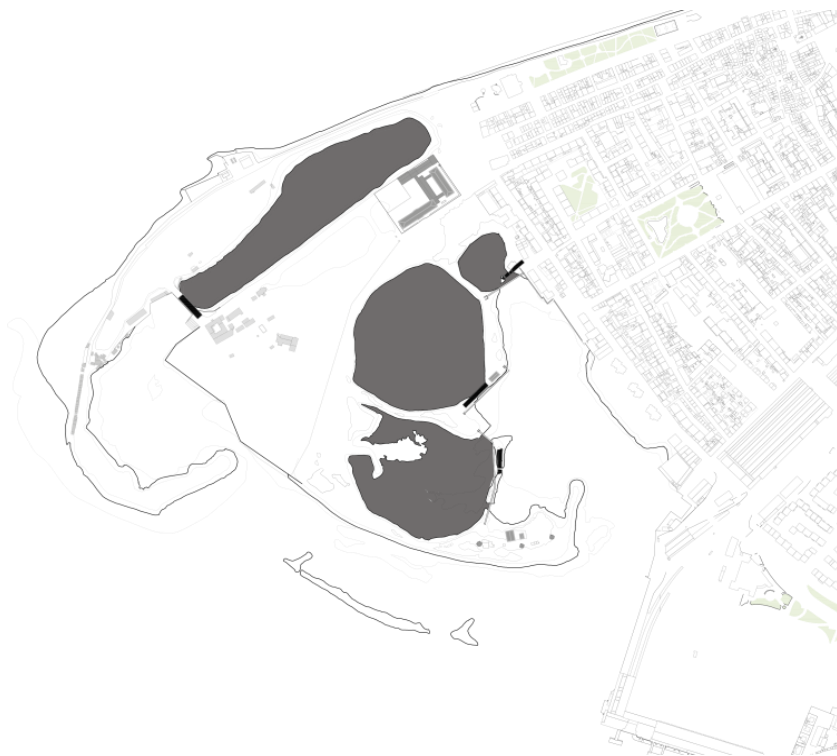
Ora, tendo em conta tal fator aliado à estreita relação que o território tem com a natureza, propõe-se, então, a conceção de uma estrutura de apoio a um Parque Natural/Ribeirinho cuja composição projetual alcance diversificadas valências programáticas – ambiental, educacional, cultural, desportiva e turística. Esta proposta urbana surge como afirmação de um percurso paisagístico que promove tanto a continuidade entre os vários núcleos como sua integração na restante malha urbana.

O desenvolvimento da proposta projetual passou por três fases, desde uma mais abrangente até a uma mais detalhada. Em primeiro, alinhavou-se um plano geral que se afirma como uma “costura” que une a água e a terra, promovendo a cicatrização da

relação entre o rio e a cidade que outrora o colocou, efetivamente, à margem de si. Em segundo, a proposta a nível urbano que redesenha e complementa o lugar específico da Quinta Braamcamp. E por último, a proposta arquitetónica que se debruça sobre o desenho do edificado novo. Devido à grande extensão do território de intervenção assume-se que a abordagem arquitetónica representará apenas uma parte do percurso de revitalização ribeirinha proposto.

A proposta urbana sugere dois tipos de experiências espaciais no mesmo lugar: a do núcleo preexistente e a do núcleo novo. O núcleo preexistente surge como elemento de memória que oferece espaços essencialmente socioculturais destinados a atividades recreativas. Enquanto o núcleo novo, elemento que tentará recuperar numa abordagem contemporânea as memórias das atividades de veraneio implícitas nas Quintas de Recreio, implementa uma estrutura hoteleira. Surge, ainda, o parque enquanto elemento natural, que se encontra entre os dois núcleos, interligando-os e oferecendo locais de estadia e interação entre a população local e os visitantes.

A inserção de um edificado novo de carácter hoteleiro surgiu da vontade de colmatar a inexistência de qualquer tipo de apoio a nível de estadia turística na cidade do Barreiro, bem como da garantia de viabilizar a sustentabilidade desta intervenção, que propõe consequentemente reestruturar a envolvente conferindo-lhe uma imagem mais atrativa.



164.
Águas retidas nas
caldeiras dos Moinhos
de Maré. Sem escala.
Esquema elaborado
pela autora, 2017.



165.
Eixos estruturantes.
Sem escala.
Esquema elaborado
pela autora, 2017.

6.2. AS PREMISSAS CONCEPTUAIS

Após a exposição das soluções programáticas delineadas reforça-se que a proposta pretende, em favor do sentido do lugar, restituir a sua identidade. Seria impossível fazê-lo sem ponderar a capacidade estruturante que a água que lhe concedeu a várias escalas. Este lugar de imagem “artificialmente natural” configurou-se, em grande parte, devido ao desenho das caldeiras, sobre o qual se construíram os moinhos de maré, ali implementados devido à proximidade ao Estuário do Tejo. A água enquanto premissa conceptual desta proposta projetual estrutura-a e reforça a sua importância na leitura do lugar, do ponto de vista funcional e sensitivo/contemplativo.

A memória dos moinhos de maré

Ao propor-se a implantação de uma nova volumetria surgiram duas questões imediatas: onde e de que forma. Em paralelo, tornou-se fundamental estabelecer uma lógica de acessibilidade e de direções de vistas, tencionando-se integrar este novo volume numa zona tanto de limite terra-água, como de possível comunicação entre o edificado da quinta e a zona dos moinhos de Alburrica. Pretende-se propor um edifício no Barreiro com vista para o Barreiro, motivo pelo qual não se propõe a implantação na ampla zona desertificada a noroeste – visto que esta zona possibilita uma grande vista sobre o Tejo e a Capital, característica que guardar-se-ia para a implantação de um volume programático associado aos desportos náuticos.

Após uma leitura formal da envolvente, percebeu-se que os eixos principais eram definidos pelos moinhos de maré e pela recente intervenção urbanística dos passadiços que define um percurso

pelos mesmos. Numa tentativa de referenciar a memória destas peças arquitetónicas replicaram-se estes mesmos eixos numa zona limite da Quinta Braamcamp, o que implicou a anulação do seu muro – ação que posteriormente será justificada. O culminar destas preocupações resultou numa implantação entre o núcleo preexistente da quinta e a caldeira do Moinho de maré Grande.

Conceptualmente pretende-se uma linguagem que interprete os eixos dos moinhos como eixos construtivos que assentam em terra, ou seja, as volumetrias onde o programa se desenvolverá. Surgem, também, eixos complementares que desenham percursos pedonais sobrelevados que interligam estes distintos volumes funcionais. Esta estratégia evita a conceção de uma peça de volumetria única que condense todos os “sub-programas” que uma estrutura hoteleira implica, criando tanto uma independência do conjunto como uma continuidade. Também se evita, assim, a rutura da lógica de ligação dos edifícios preexistentes aos novos, pois propõe-se um passadiço que os interliga.

166. (à esquerda)

Esquema conceptual –
sobrelevação do corpo
arquitetónico.

Esquema elaborado
pela autora, 2017.

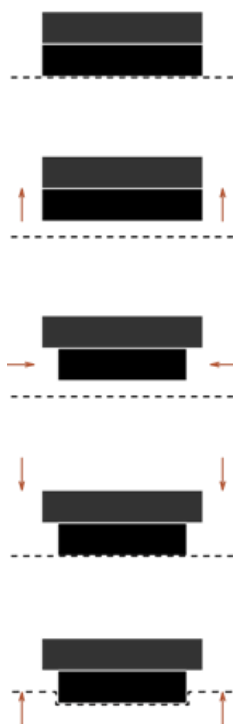
167. (à direita)

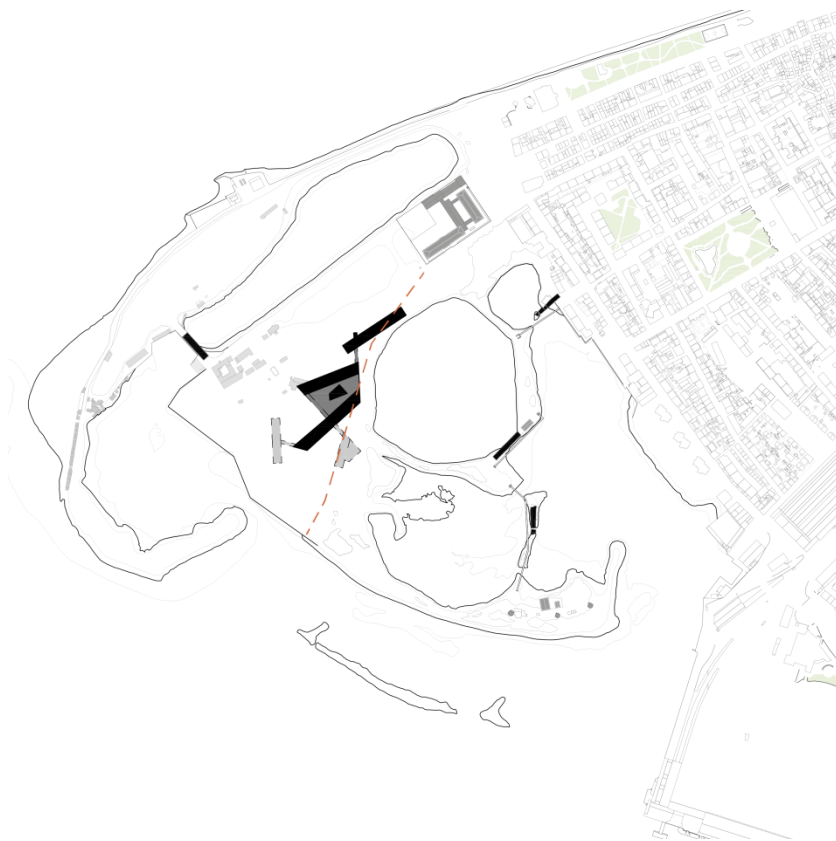
Aula de natação na
antiga praia do
Barreiro (atual
“Avenida da Praia”)
nas primeiras
instalações do Clube
Naval Barreirense.
Fotografia de João
Resende, 1928.

A memória palafíticas

A temática das construções sobre água surge também como referência, de facto a construção vernacular palafítica faz parte do imaginário deste lugar que outrora se encontrou repleto de cais, postos náuticos, abrigos piscatórios, entre outros.

Ao construir-se num terreno alagadiço a ideia foi reinterpretar a ideia de sobrelevação do corpo arquitetónico, por um lado recorreu-se ao recuo da parede do piso térreo dos volumes que cingem o programa – de forma a interpretar exteriormente o piso 1 como o comum piso térreo; por outro, os passadiços que interligam os vários corpos recriaram uma imagem inspirada nos antigos cais da zona, permitindo também a permeabilidade do piso térreo.





168.

Permeabilidade do piso térreo. Sem escala.

Esquema elaborado pela autora, 2017.

- Edificado construído ao nível do piso térreo
- Edificado permeável ao nível do piso térreo
- Atual muro da Quinta Braamcamp



169.

Elementos verticais:
Palmeiras e chaminés.

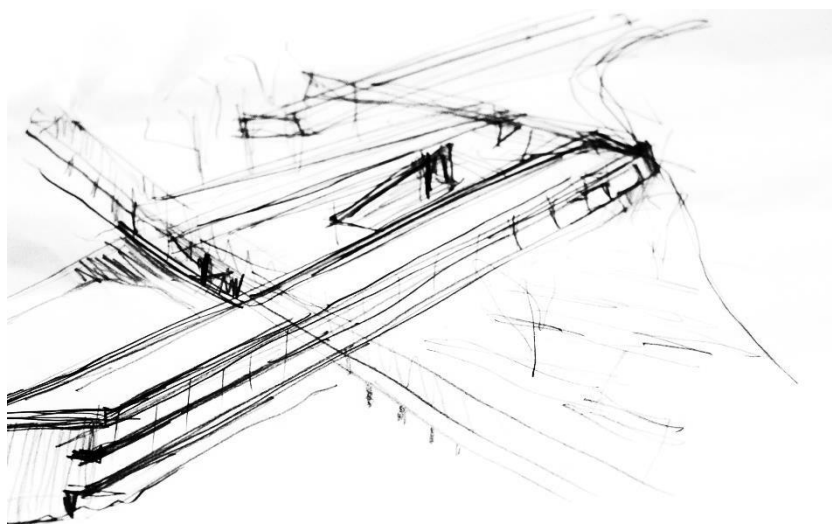
Fotografia da autora, 2017.

A permeabilidade

A proposta de implantação de um complexo hoteleiro (espaço coletivo público) integrado num Parque Ribeirinho (espaço coletivo privado) implicou a procura de um modo de o privatizar. Como já referido, a Quinta Braamcamp foi até a pouco tempo entendida como um lugar privado, e, por isso propõe-se a demolição do atual muro que a separa do percurso moageiro de Alburrica, da zona piscatória situada na Ponta do Mexilhoeiro, e até da ligação direta a um dos eixos principais da zona, a Avenida da Praia. Ao propor-se esta anulação, coloca-se de parte circundar o novo edificado com um muro, motivo pelo qual propõe-se a existência de uma certa permeabilidade ao nível do piso térreo, que possibilita a circulação pública sem corromper a privacidade dos utentes do Hotel.

A horizontalidade

O extenso plano de água quase complanar ao amplo terreno nivelado e a preexistência que alcança no máximo dois pisos são alguns dos elementos que evidenciam e enfatizam a clara horizontalidade do lugar. Por contraste, faz salientar os poucos elementos verticais existentes, como as chaminés e as palmeiras. Uma das estratégias, em relação à grande amplitude do terreno, foi a conceção de um edifício que funciona-se como um só mas que se distribuisse horizontalmente e proporciona-se uma ideia de leveza. Seguindo esta mesma linguagem pretendesse conceder aos planos horizontais (as lajes) uma forte expressão que será também necessária ao desenho de algumas questões técnicas (como incluir tanques na extensão exterior dos quartos).



*O lugar constrói-se através da relação que o edifício estabelece com a envolvente, e um dos aspetos fundamentais nesta relação é a continuidade. Continuidade entre o que existia e o que se projeta.*⁷³

Álvaro Siza Vieira

170.

Esboço da proposta arquitetónica.

Desenho elaborado pela autora, 2017.

⁷³ SIZA, Álvaro. Imaginar a Evidência, Lisboa, 1ªedição, Edições 70, 2009 98

6.3. O PROJETO

O núcleo preexistente

A proposta projetual para o núcleo preexistente representa a manutenção da memória do edificado do lugar, atualmente devoluto e bastante degradado. Neste sentido, propõe-se a integração de um quadro programático multidisciplinar que lhe confira habitabilidade e reestruture a acessibilidade da envolvente. O núcleo preexistente será constituído pelas seguintes programáticas: uma Casa de Chá, um Núcleo Museológico dedicado ao património ribeirinho do Tejo, no qual integra o Moinho de maré Braamcamp, e um Centro de Interpretação Ambiental. Pretende-se que a intervenção conviva com o edificado novo e permita a reafirmação da memória das épocas passadas, motivo pelo qual não se tenciona anular por completo o seu aspeto de ruína, que conota ao lugar um ambiente muito peculiar e singular.

O núcleo novo: Hotel e Spa

O Estabelecimento Hoteleiro integra vários núcleos secundários – Spa, Restaurante Independente, Centro de Congressos e Apart-hotel –, intrinsecamente articulados e acessíveis a partir do piso de espaços comuns do Hotel, estes espaços encontram-se localizados no piso 1. O Spa destaca-se enquanto volume programático que explora a principal temática do presente trabalho – a água. Trata-se de um volume associado ao Hotel, contudo, permite a utilização por parte de utentes externos.

[**acessibilidade e entrada**]

Relativamente à acessibilidade foi necessário delinear uma nova estrutura viária, que num primeiro momento desenvolve um amplo estacionamento, permitindo aos visitantes que dali para adiante o percurso seja pedonal. Posteriormente, permite tanto o acesso a vários lugares de estacionamento que acompanham a via já no interior do parque, bem como o acesso ao Estabelecimento Hoteleiro. Esta via termina numa zona que de acesso direto à praia fluvial e ao percurso moageiro de Alburrica.

O momento de entrada no Hotel localiza-se no eixo paralelo ao principal moinho de maré, o Braamcamp, e na mesma direção e sentido da entrada de água do estuário para a caldeira do moinho. Existe uma zona de estacionamento exterior associada ao Hotel, e lugares que permitem largar e apanhar passageiros junto da entrada principal; existe, ainda, a possibilidade de estacionamento interior (aparentemente subterrâneo).

Como já referido, conceptualmente o edifício sugere a ideia de sobrelevação do terreno devido ao recuo da parede do piso térreo, a existência deste piso “nulo” permitiu o desenvolvimento de espaços de serviço como o estacionamento, os balneários/vestiários dos funcionários e áreas técnicas (do auditório, das piscinas, entre outros). De certo modo fez-se uma analogia com a configuração dos moinhos de maré, que possuem um piso abaixo do nível dito térreo, onde se encontram os caboucos dos rodízios, ou seja a sua área técnica.

[estrutura e lógica espacial]

No que diz respeito à distribuição e à organização espacial foi estabelecida uma malha estrutural que se apresenta em duas tipologias distintas: uma que define estruturalmente os volumes construtivos, com predominância de laje fungiforme e com pilares de base retangular, que viabiliza vãos maiores; e outra, que define uma estrutura complementar que representa os eixos de ligação entre os vários espaços programáticos, com uma simples laje de betão e pontuada a pilares de base circular (relembrando os cais outrora existente na zona). Os acessos verticais surgem nos pontos de confrontos entre as duas tipologias estruturais. A inserção dos vários núcleos sanitários, por serem necessário em vários momentos, foi efetuada sempre na mesma lógica, apresentando um recuo face ao corredor, de forma a assinalar a sua existência.

[o pátio]

Outro dos elementos fundamentais para a organização espacial da estrutura do piso que condensa os espaços comuns ao Hotel foi a abertura de um pátio central, que possibilita tanto a entrada de luz como a existência de múltiplos espaços transitórios, que ao serem revestidos com panos envidraçados criam uma sequência de vistas interiores. Esta ideia de transparência tão associada ao elemento água alastra-se no desenvolvimento deste mesmo piso e até do próprio edifício.

Na prática, aplicou-se uma reinterpretação da lógica espacial de um “claustro”, ao abrir-se um pátio ao centro, que permite tanto

a circulação ao seu redor, como uma sequência de espaços habitáveis que vão desde o interior, o semiexterior (coberto), até ao exterior. Esta organização espacial que surge de um vazio interior permitiu criar espaços de estar mais recolhidos e direcionados para o interior/pátio – que integra pequenas zonas de estadia ajardinadas e dois espelhos de água.

Desenvolve-se, ainda, numa das zonas de transição do pátio para o interior do hotel uma grande zona de leitura, onde é incorporada uma estante e respetivos sofás. Esta zona é revestida a ripas de madeira de modo a proporcionar um ambiente mais recolhido.

Na sequência do desenvolvimento do volume intermédio do Hotel (que só se desenvolve ao nível do piso 1) surge, a nascente, uma zona de apoio e transição para a zona de piscina exterior (que permite também o acesso ao Spa). Este espaço foi pensado como forma de evocar a atividade principal de uma Quinta de Recreio – a contemplação da paisagem –, em que se integra uma pequena zona de bar, uma zona ajardinada, e uma escadaria de acesso ao piso térreo, recordando o pequeno cais existente junto ao Moinho de maré Braamcamp. Esta zona permite o encontro visual com o extenso plano de água da caldeira do Moinho Grande.

171.

Planta do Piso 1 – piso de espaços comuns do Hotel. Sem escala. Desenho elaborado pela autora, 2017.

Legenda:

- a) Casa de Chá
- b) Centro de Interpr. Ambiental
- c) Núcleo Museológica: Património Ribeirinho
- d) Moinho de maré Braamcamp

- 1) Volume principal do Hotel – paralelo ao eixo do Moinho de maré Grande
- 2) Restaurante Independente (só no piso 1)
- 3) Volume Quartos em duplex
- 4) Volume Centro de Congressos
- 5) Ginásio e Spa
- 6) Piscina exteriores
- 7) Apart-Hotel

● Núcleos de acessos verticais

● Núcleos de Instalações Sanitárias.

— Circulação ao nível do piso de espaços comuns.



[distribuição do programa do Hotel]

Após o esclarecimento dos aspetos mais gerais da proposta explicar-se-á a distribuição dos vários núcleos funcionais. Em relação ao uso específico do Hotel, após o momento de entrada, que requer uma Antecâmara e um Foyer acompanhado de amplas zonas de estar aglomerou-se em “faixa” todos os seus espaços administrativos (Receção, Back Office, Escritório Administrativo, Bengaleiro, Depósito de Bagagem, Arquivo e Arrumos). Paralelamente a essa faixa encontra-se uma “faixa” livre (o foyer) que permite a distribuição para os distintos núcleos complementares ao Estabelecimento Hoteleiro. O corpo que surge em memória ao eixo construtivo do Moinho de maré Grande (o do meio) representa o volume principal do Hotel, sendo o único que sobe até ao piso 3, e integra a maioria dos quartos (a exceção dos quartos em duplex que se desenvolvem no eixo paralelo ao Moinho de maré Pequeno).

Ao nível do piso térreo, é também no eixo principal do Hotel que se desenvolve o estacionamento e os balneários/vestiários dos funcionários. Ao nível do piso 1 desenvolvem-se os espaços servidores como a Lavandaria e a Cozinha de apoio à Sala de Pequenos Almoços (também neste mesmo piso).

Em relação aos quartos, ao nível do piso térreo existe um passadiço que permite o acesso a um volume de quartos duplos em duplex (piso 1 e 2) e uma tipologia de quarto variante correspondente a um quarto de mobilidade reduzida. Alguns quartos deste corpo têm a particularidade de se estenderem exteriormente para uma plataforma pública complementar. O

que lhes concede uma permanência mais acolhedora no exterior e um interação mais estreita com outros utentes do Hotel. Esta plataforma integra um espelho de água, que visualmente se prolongará até ao plano de água da caldeira em frente.

Os outros quartos, no volume principal e no piso 2, são tipologicamente quartos duplos que se intercalam com uma variante que corresponde à junção e adaptação de dois quartos duplos. Esta variante permite a comunicação interna e externa (partilha da varanda) entre ambos – ideal para situações familiares. Existe, ainda, a particularidade dos quartos terem sido desenhados de forma a se conseguir numa parte direccioná-los a nascente com vista para os Moinhos de Alburrica, e noutra parte a poente com vista para o núcleo preexistente. No piso superior e último desenvolvem-se os quartos duplos que promovem o usufruto do elemento água, ao se incorporam tanques nas varandas.

[**distribuição do programa complementar ao Hotel**]

Retrocedendo novamente ao piso de espaços comuns (piso 1), a norte estabelece-se o programa referente ao Centro de Congressos, este corpo de pé-direito duplo permite o acesso direto ao passadiço que liga o núcleo de edificado novo ao núcleo de reabilitação do edificado preexistente. Junto a este existe também o acesso vertical que comunica com a cobertura habitável. Este corpo integra um Lounge Bar, um Auditório plano de média dimensão (cerca de 140 pessoas sentadas), duas salas de conferências e dois núcleos de instalações sanitárias. O corredor interno que permite a entrada para estes espaços tem

uma abertura no topo que permite uma iluminação natural intencional do percurso. Destaca-se o Auditório como um momento de exceção na proposta projetual, que permite uma ampla relação visual com o exterior (com a possibilidade de ficar cerrado), e onde se arrastaram os elementos estruturais para os limites de forma a libertar-se o espaço. Em paralelo e na sequência do desenho, surgiu um espaço de configuração triangular junto à entrada principal do Auditório que se aproveitou como antecâmara, que permite recolher os utilizadores à entrada e à saída, de forma a não obstruir as zonas de circulação do Estabelecimento Hoteleiro.

Na continuidade deste volume surge, ainda, uma zona de Ginásio Interno do Hotel e o acesso ao percurso sobrelevado que liga ao Spa. O Spa está vocacionado tanto para utentes internos como externos, e para além de integrar todas as zonas necessárias ao seu funcionamento – Receção, Vestiário de funcionários, Balneários, Salas de Massagem, Salas de Sauna e de duche, Piscina de água fria, quente e tépida –, permite o acesso à zona de piscina exterior. Esta piscina desenha-se em três patamares distintos, de forma a aproximar-se da cota baixa da caldeira. Em primeiro tem-se uma zona de piscina de água tratada, a comum piscina artificial, em segundo uma piscina natural⁷⁴, e por fim o

⁷⁴ As piscinas naturais ou biológicas são estruturas semelhantes a lagos ornamentais que utilizam um sistema de filtração natural com substratos e plantas para o tratamento e depuração da água. O princípio básico fundamenta-se na capacidade das plantas aquáticas acelerarem o crescimento de microrganismos capazes de eliminar bactérias e manter a piscina limpa, cumprindo os mais rígidos critérios de qualidade da água Europeus. Este processo é baseado nos princípios de regeneração que tem a água num curso natural, onde se pode encontrar quedas de água e plantas ribeirinhas

plano de água referente à caldeira. Existe uma plataforma de apoio, para a permanência e circulação dos utentes.

Recuando novamente à zona de Entrada Principal e Receção do Hotel, refere-se ainda a possibilidade de acesso ao Restaurante Independente, que poderia ter uma entrada exterior, contudo, tendo em vista a sobrelevação do piso de espaços comuns e um melhor controlo de fluxo de utilizadores preferiu-se ter apenas a entrada interior.

Importa ainda referenciar a existência do volume do Apart-Hotel, que mesmo sendo o mais desconectado – permitindo uma permanência mais independente –, comunica facilmente com os restantes espaços complementares à estrutura hoteleira. A única comunicação direta ao interior do Hotel é ao estacionamento através de um percurso exterior coberto. Ao nível do piso térreo trata-se de um corpo vazio que permite uma livre circulação.

Por fim, salienta-se que a configuração deste complexo hoteleiro transpõe a função básica de alojamento, sendo sobretudo um espaço que tenta recriar as premissas espaciais das antigas quintas de estadia de veraneio, proporcionando o recolhimento e a vivência de paisagens naturais. Acredita-se que este lugar alcança um potencial único devido as suas características ecológicas e paisagísticas acompanhadas da oportunidade de contacto com a praia fluvial, a prática de desportos náuticos no rio e de um itinerário pela cultura ribeirinha.

filtrantes, bem como toda a vida existente num lago ou curso de água em plena natureza.

[a materialidade]

A preocupação em respeitar a memória da preexistência refletiu-se também na escolha dos materiais para a execução do novo núcleo edificado, de modo a que se estabeleça um equilíbrio entre o antigo e o novo.

Assim, no que respeita à materialidade estrutural dos vários corpos optou-se por betão pigmentado a “vermelho ocre”, esta tonalidade irá de encontro à cor desgastada das telhas cerâmicas e do tijolo à vista do edificado preexistente que contrasta com o azul do céu e da água e o verde da vegetação.

As fachadas, maioritariamente cobertas a panos envidraçados, permitem tanto a permeabilidade visual como a capacidade refletora da envolvente natural. Contudo, foi necessário recorrer a materiais complementares, como o aço corten (caixilhos e elementos secundários) e principalmente à madeira enquanto segunda pele – a escolha recaiu neste material pela forte relação que o lugar tem ao rio, e que consequentemente relembra estruturas de madeira como antigos cais, plataformas e abrigos piscatórios. A madeira surge, assim, tanto em ripados exteriores (elementos geradores de ritmo) como no revestimento interior do Auditório e Salas de Conferência conferindo-lhes melhor qualidade acústica.⁷⁵

⁷⁵ Face à expectável erosão climática, tanto pela generosa exposição solar bem como pelo confronto com a salinidade e humidades permanentes, a madeira será protegida com óleos do tipo UV, precedido por revestimento do tipo Osmo (ou similar), hidro-repelente, anti-empenamento, anti-contractivo, anti-xilófago e anti-fúngico.

Aplica-se também em pavimentação de zonas de estar, de leitura e nos quartos como material que confere conforto térmico e visual. No que diz respeito à pavimentação das zonas de circulação interior e exteriores propõe-se a utilização de lajetas de pedra calcária lioz, tipicamente presente no piso de embasamento dos moinhos de maré, por ser umas das mais resistentes à água. Para os pavimentos dos passadiços optou-se por lajetas de betão também pigmentado a “vermelho ocre”.

Refere-se também que ao nível das coberturas pretende-se que sejam maioritariamente ajardinadas, de forma a dissimular a volumetria construída na envolvente natural. Os arranjos paisagísticos ao nível do piso térreo são elementos também a ter em consideração, pelo qual se prevê a naturalização do terreno e reintrodução do coberto vegetal típico da zona. Simultaneamente, prevê-se a incorporação de zonas de estadia exterior através de mobiliário urbano, introdução de vegetação rasteira e restituição e criação de zonas arbóreas que permitam sombra.

Capítulo VII.

Considerações finais

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lugar a intervir, estagnado e destituído da realidade urbana atual, carece de uma requalificação que valorize o seu enquadramento paisagístico único e, assim, possa despertar uma dinâmica arquitetónica singular. Esta subentende uma comunicação intrínseca entre o tecido natural e a matéria construída, interpretando-se a paisagem como elemento construtivo e estruturante do lugar, o que, em simultâneo, levou a uma intervenção que integra tanto uma dinâmica urbana como sociocultural local, visando a consolidação e articulação da cidade. Esta opção projetual tenta responder a uma das hipóteses impostas à questão de investigação.

Recuperando a questão de investigação enunciada desde o princípio – *De que modo será possível devolver à cidade contemporânea as memórias de um lugar esquecido?* –, entendeu-se, após o desenvolvimento da presente reflexão teórica, que a identidade do lugar conseguiria reconstruir-se através de uma intervenção que possibilite atividades de veraneio e de contemplação da paisagem – premissa essencial à implantação de uma ‘Quinta de Recreio’. É neste sentido, que se justifica a estrutura programática do edificado novo, de carácter hoteleiro, que tenta, enquanto objeto singular e representativo da memória, desenhar uma camada contemporânea sob uma sobreposição de tempos, procurando recriar as vivências de estadia, veraneio, recreio e contemplação tidas outrora neste lugar, e que estas se integrem no atual espaço urbano e temporal. Não esquecendo que o principal objeto de estudo – a água estuarina –, foi e é o elemento difusor da edificação antepassada e atual neste território.

Sendo este novo corpo, o Hotel e Spa, o grande enfoque do desenvolvimento da componente prática do presente trabalho, é preciso não descuidar que se procurou, através de um novo entendimento deste território, conservar e enfatizar a sua especificidade, transformando-o de ausente de qualquer uso num lugar ao “serviço” da sua população, através da estruturação de um Parque Natural/Ribeirinho que integra distintos núcleos – museológicos, culturais, pedagógicos, desportivos, recreativos e turísticos. Importa também, que esta nova estrutura suporte e cative novos visitantes e proporcione a experiência indelevelmente marcante e primordial do encontro entre a arquitetura, a paisagem e o homem.

Conclui-se, também, que a procura do entendimento teórico do ato de imaginação implícito pela água foi o método capaz de elucidar e expor a capacidade que a água possui para enriquecer sensorialmente os espaços – devido tanto às significações que alcança enquanto elemento primitivo como à envolvimento física e psicológica que nos incute. Este entendimento tenta responder à procura (implícita numa das hipóteses em resposta à questão de investigação) de uma reinterpretação do valor da água, numa perspectiva de aplicação das suas potencialidades na manipulação do espaço contemporâneo.

Posto isto, defende-se que a intervenção proposta será uma das formas capaz de devolver o tão esperado Tejo e retomar a ligação outrora perdida com a água, nesta zona específica da cidade do Barreiro tão profundamente enraizada na vida popular à beira-rio.



A Arquitetura está sempre dependente de preexistências e baseia-se inevitavelmente, no reconhecimento das potencialidades do lugar natural que escolheu para se implantar.⁷⁶

Amílcar de Gil Pires

172.

Quinta Braamcamp.
Fotografia de
Fernando Amaral, s.d.

⁷⁶ PIRES, Amílcar de Gil – *Vilegiatura e Lugar na Arquitetura Portuguesa*. Dissertação para a obtenção do grau de doutor em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. 2008, p.256 a 257.

Capítulo VIII.

Fontes Documentais

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AA. VV.

Workshop Estejo: Alburrica. Coleção Ensaios. Coordenação Rodrigo Reis Ollero das Neves e Maria de Fátima Silva Freire e Veiga. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa. 2013.

CARDOSO, Isabel Lopes

Paisagem e Património: Equações de Arquitetura. Porto: Dafne Editora. 2013.

Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta

Habitats – Estuário

Disponível na internet: <URL: <http://www.icnf.pt/portal/ap/r-nat/rnet/habit>>.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

ÁGUA | IMAGINÁRIO

AA.VV.

Enciclopédia Einaudi: Volume 25 – Criatividade e Visão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1985.

BACHELARD, Gaston

A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

BACHELARD, Gaston

A Terra e os Devaneios da Vontade. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

HUME, David

Investigação sobre o entendimento humano. Ensaios morais, políticos e literários. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultura. 1984.

JUNG, Carl G.

Os arquétipos e o inconsciente coletivo. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

ORTIGÃO, Ramalho

As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz. 1876.

PINTO, Helena Gonçalves; MANGORRINHA, Jorge

O desenho das Termas: História da Arquitetura Termal portuguesa. 2009.

LUGAR | PAISAGEM

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges

Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Ed. Massoni. 2009.

BESSE, Jean-Marc

“*Estar na paisagem, habitar, caminhar*” (trad. César Machado Moreira) in *Paisagem e Património: Equações de Arquitetura.* (Isabel Lopes Cardoso) Porto: Dafne Editora. 2013, p. 33 a 53.

CASTEL-BRANCO, Cristina

Jardins com História. Poesia Atrás de Muros. Lisboa: Edições INAPA. 2002, p.15.

DOMINGUES, Álvaro

“*A paisagem revisitada*” in Finisterra: Revista portuguesa de geografia, Vol.36, N.º72.

HEIDEGGER, Martin

Poetry, Language, Thought. (1971) HarperCollins. 2001.

HEIDEGGER, Martin – *Construir, Habitar, Pensar [Bauen, Wohnen, Denken]*, In Martin Heidegger, *Vortrage und Aufsätze.* Pfullingen: Gunther Neske. 1954. (Tradução do original alemão por Carlos Botelho)

LYNCH, Kevin

A imagem da cidade. (1960) Lisboa: Edições 70. 1999.

NORBERG-SCHULZ, Christian

Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture. New York: Ed. Rizzoli. 1984.

PIRES, Amílcar de Gil e

Carácter da Arquitetura e do Lugar. [Consultado a 5 de abril de 2017]

Disponível na internet:

<URL: http://lafis.fa.utl.pt/ciaud/res/paper/ART_Amilcar-Pires.pdf>.

PIRES, Amílcar de Gil e

Vilegiatura e Lugar na Arquitetura Portuguesa. Dissertação para obtenção do grau de doutor em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. 2008.

SANTOS, Milton

A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec. 1996.

SIZA, Álvaro

Imaginar a Evidência, Lisboa, 1ªedição, Edições 70. 2009.

MOINHOS DE MARÉ

CASTELO-BRANCO, Fernando

Os Moinhos de Maré em Portugal in Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo, IV série, n.º 14. Lisboa: SNI. Junho 1965.

SANTOS, Maria Eugénia de Jesus

Moinhos de maré – Património industrial. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Reabilitação da arquitectura e núcleos urbanos. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. 2001.

QUARESMA, António Martins

Rio Mira – Moinhos de Maré. [Consultado a 20 de outubro de 2016]

Disponível na internet: <URL:<http://www.milfontes.net/e-book/livro%20moinhos%20de%20mare.pdf>>.

ALBURRICA | BARREIRO | QUINTA BRAAMCAMP | TEJO

AA.VV.

Um olhar sobre o Barreiro. Revista não periódica. N.º2. III Série. Novembro de 1993. Barreiro: Editor Augusto Pereira Viegas.

AA.VV.

Um olhar sobre o Barreiro. Revista não periódica. N.º3. Dezembro de 1985. Barreiro: Editor Augusto Pereira Viegas.

Câmara Municipal do Barreiro

A CMB vai adquirir a Quinta Braamcamp. [Consultado a 20 de junho de 2016] Disponível na internet: <URL: http://www.cm-barreiro.pt/frontoffice/pages/792?news_id=5330>.

Câmara Municipal do Barreiro

Programa de Ação REPARA – Candidatura para a Regeneração Programada da Área Ribeirinha de Alburrica, Barreiro. Julho 2009.

Disponível na internet: <URL: <http://www.cm-barreiro.pt>>.

CRUZ, Maria Alfredo

A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e Formas de Organização do Espaço. Lisboa, 1973.

Espaço Memória – Arquivo Municipal

Alburrica-Mexilhoeiro, um conjunto patrimonial. [Consultado a 10 de julho de 2016] Disponível na internet: <URL:<https://patrimoniobarreiro.wordpress.com/publicacoes/artigos/895-/>>.

FARIA, Carlos Vieira de

Industrialização e Urbanização em Portugal: Que relações? O caso do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957.

Texto cedido pelo Espaço Memória – Arquivo Municipal.

MARTINS, Oliveira

História de Portugal, tomo primeiro, 8.^a edição. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

MOTTA, Fernando

Guia Documental da Casa Reynolds/Sociedade Nacional de Cortiças. Câmara Municipal do Barreiro: Espaço Memória – Arquivo Municipal. Junho de 2015.

NABAIS, António J. C. Maia

Património marítimo portuário em Portugal in revista “Portus”, ano 3, n.º6. Veneza: Marsilio Editori.

PINHEIRO, Magda

A Biografia de Lisboa. Lisboa: A Esfera dos Livros. 2014.

SANTOS, Maria Clara

Retrato em Movimento do Concelho da Moita. Câmara Municipal da Moita/Departamento de Ação Sociocultural, 2004.

SARAIVA, Maria da Graça

Cidades e Rios: Perspetivas para uma relação sustentável. Coleção Expoentes 9. Lisboa: Parque Expo 98, SA. 2010.

TOSTÕES, Ana

“Lisboa e Tejo e Tudo” in *Área Metropolitana de Lisboa – Gentes, Paisagens e Lugares*, 2004.

CASOS DE REFERÊNCIA

AA.VV.

Hotel Makenna Resort. In *Hotéis – Arquitectura Ibérica*, n.º 37. Revista não periódica. Caleidoscópio. Outubro de 2011, p. 84 a 93.

AA.VV.

Reabilitação do Moinho de Mareas ‘El Pintado’ para Centro de Visitantes. In *Tectónica, madeira – Arquitectura Ibérica*, n.º 26. Revista não periódica. Caleidoscópio. Maio de 2008, p. 20 a 35.

ARCHDAILY EDITORIAL TEAM

Convento das Bernardas/Eduardo Souto de Moura. [Consulta a 8 de abril de 2017]

Disponível na Internet:

<URL: <http://www.archdaily.com.br/br/769152/convento-das-bernardas-eduardo-souto-de-moura>>.

ARCHDAILY EDITORIAL TEAM

Hotel Makenna/Drucker Arquitetura. [Consultado a 7 de abril de 2017]

Disponível na internet:

<URL: <http://www.archdaily.com.br/br/01-45931/resort-makenna-drucker-arquitetura>>.

DAVID CHIPPERFIELD ARCHITECTS

River and Rowing Museum. [Consultado a 7 de abril de 2017]

Disponível na internet:

<URL:https://davidchipperfield.com/project/river_and_rowing_museum>.

MOURA, Eduardo Souto de

Convento das Bernardas. Lisboa: Uzina books. 2013.

Município de Tavira

Património arquitetónico religioso. [Consultado a 9 de abril de 2017]

Disponível na internet: <URL: <http://www.cm-tavira.pt>>.

Capítulo IX.

Anexos

ANEXOS I [Complementos ao trabalho teórico]

Plantas históricas e Fotografias aéreas

Registro fotográfico de visitas a Moinhos de maré

ANEXOS II [Complementos ao trabalho prático]

Referências de Projetos complementares

ANEXOS III [Processo de trabalho]

Esboços e desenhos

Maquetes de Estudo

ANEXOS IV [Peças Finais]

Maquetes do Projeto Final de Mestrado

Apresentação gráfica do Projeto Final de Mestrado:

P01/ Estuário do rio Tejo. Esc.: 1:50 000

P02/ Alburrica, Barreiro / Enquadramento urbano. Alburrica, Barreiro. Esc.: 1:3 500.

P03/ Alburrica, Barreiro / Quinta Braamcamp.

P04/ Reconstituição do Moinho de Maré Braamcamp. Esc.: 1:20.

P05/ Proposta Geral / Parque Natural/Ribeirinho. Esc.: 1:1 500.

P06/ Proposta Urbana / Planta Piso 0. Esc.: 1:400.

P07/ Proposta Urbana / Planta Piso 1. Esc.: 1:400.

P08/ Proposta Urbana / Planta Piso 2. Esc.: 1:400.

P09/ Proposta Urbana / Planta Piso 3. Esc.: 1:400.

P10/ Proposta Arquitetónica / Planta Piso 1. Esc.: 1:200.

P11/ Proposta Arquitetónica / Planta Piso 2. Esc.: 1:200.

P12/ Proposta Arquitetónica / Cortes/Alçados. Esc.: 1:200.

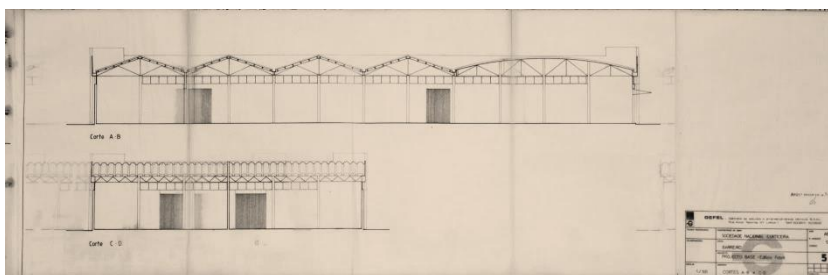
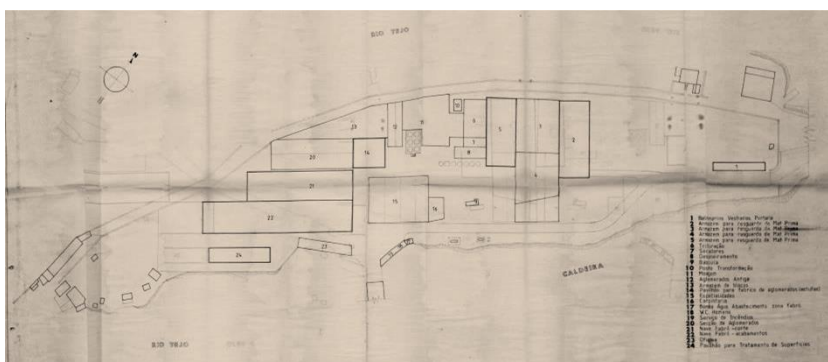
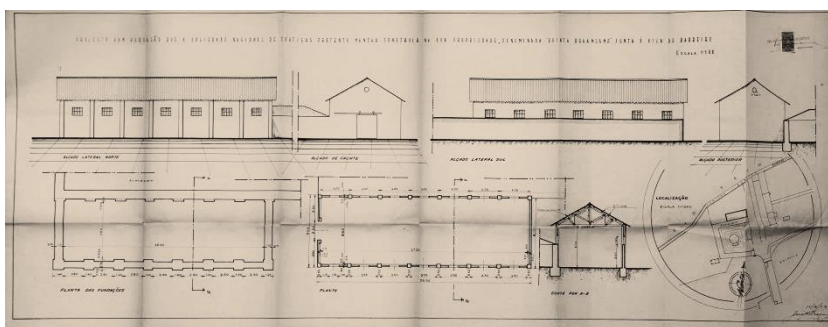
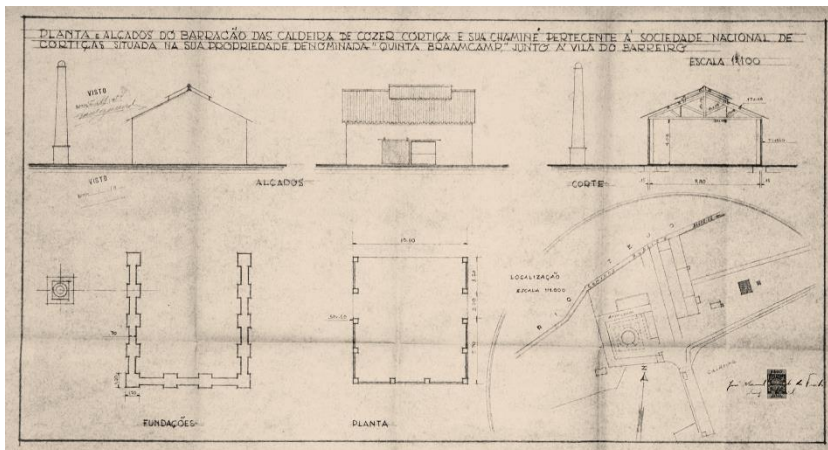
P13/ Planta Quarto Duplo Tipologia III / Piso 3. Esc.: 1:20.

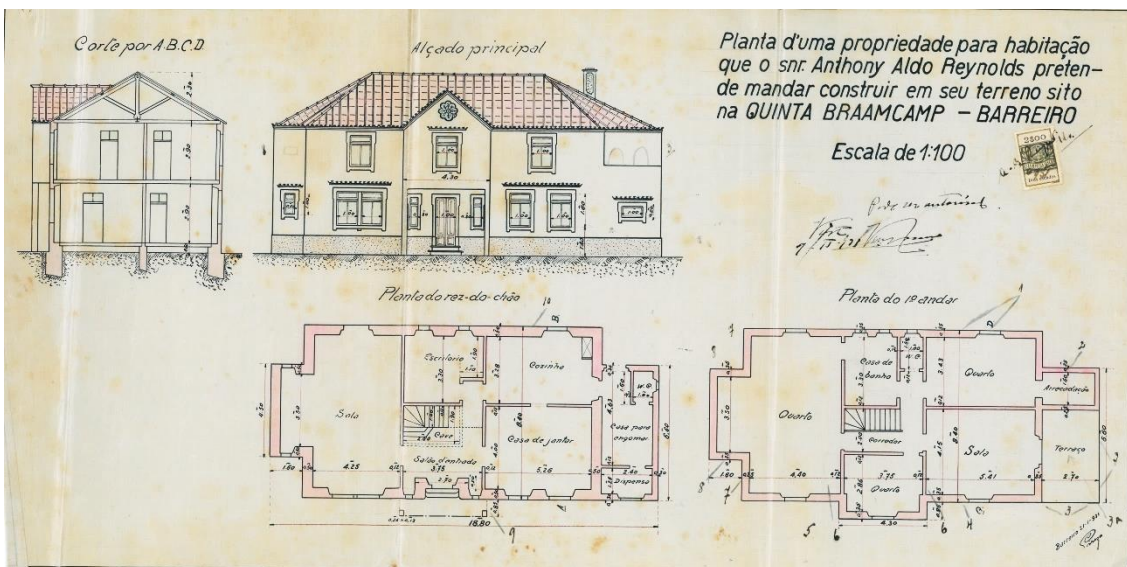
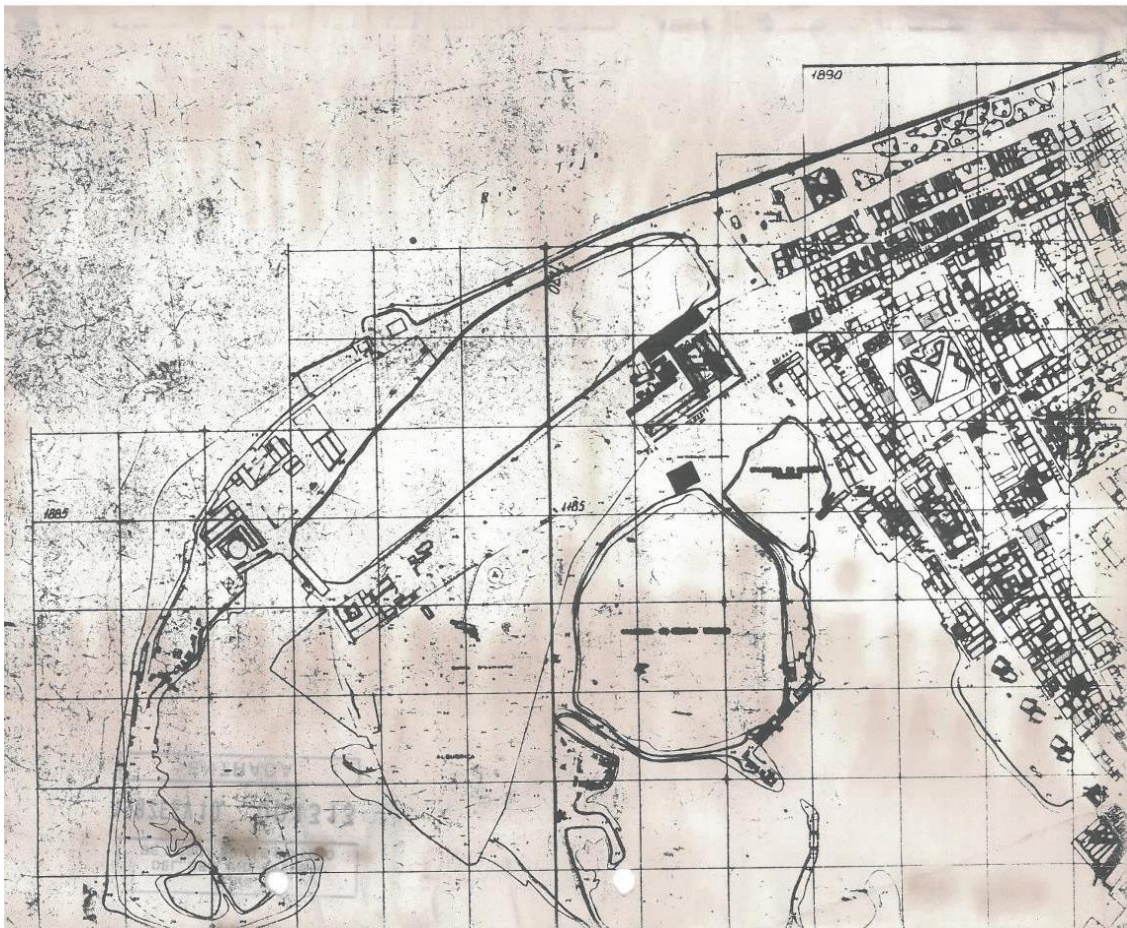
P14/ Argumentação Visual / Vista Interior-Exterior Quarto Duplo Tip. III.

P15/ Corte Construtivo. Esc.: 1:50.

ANEXOS I [Complementos ao trabalho teórico]

Plantas históricas e Fotografias aéreas









ANEXOS I [Complementos ao trabalho teórico]
Registo fotográfico de visitas a Moinhos de maré



(as quatro)
**Moinho de maré do
Cais, Montijo.**



(as três fotografias)

Moinho de maré de Corroios.

Ecomuseu municipal do Seixal.





(as seis fotografias)

**Museu do Papel,
Leiria.**

Álvaro Siza Vieira.

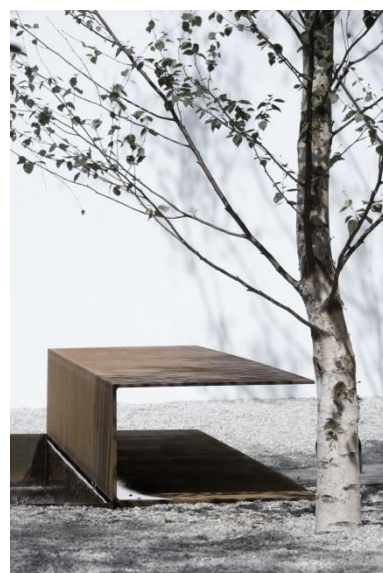
ANEXOS II [Complementos ao trabalho prático]
Referências de Projetos complementares



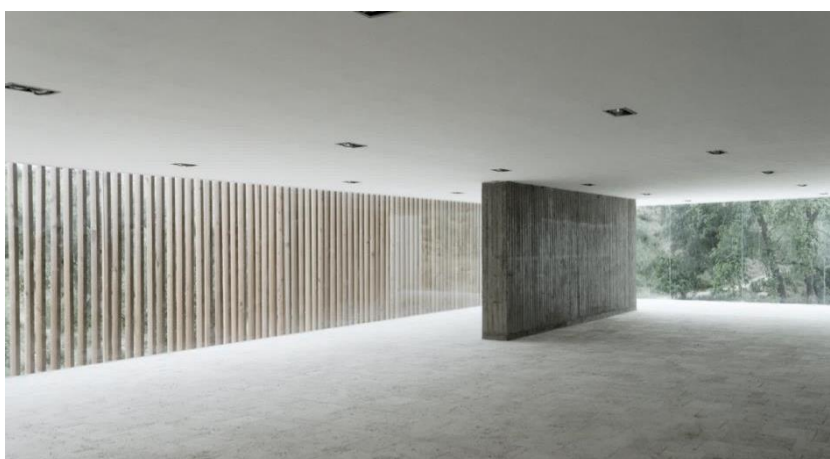
(as quatro)

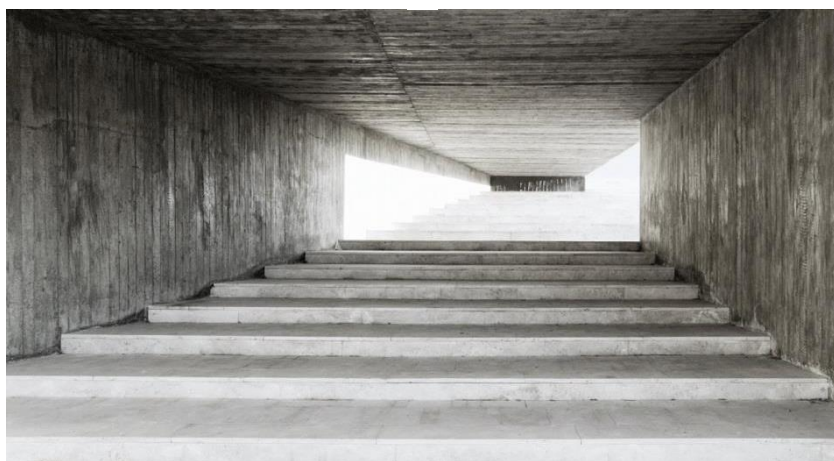
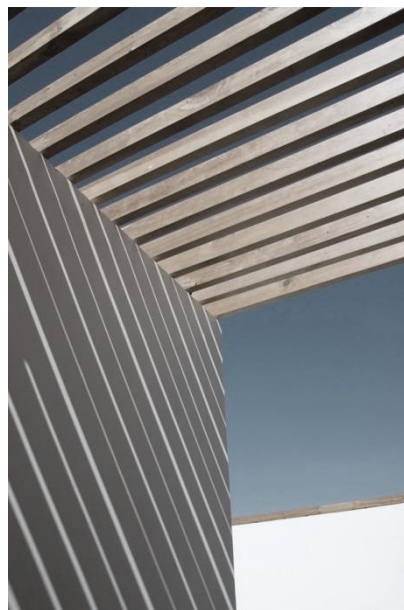
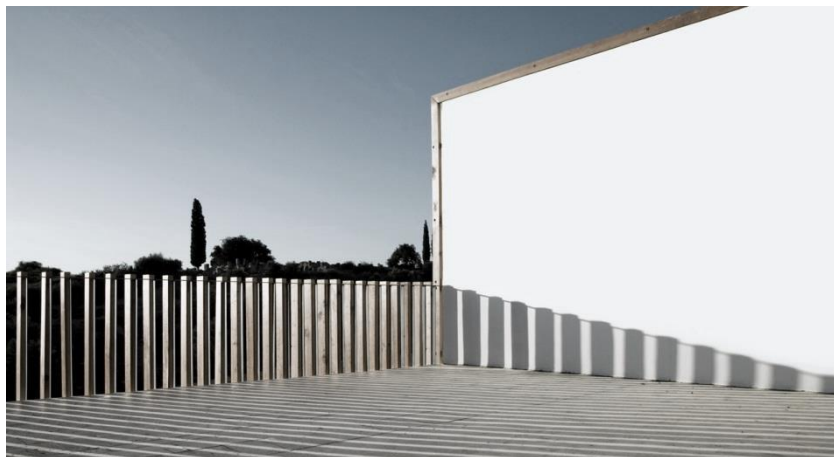
Parque Tecnológico de Óbidos.

Jorge Mealha.



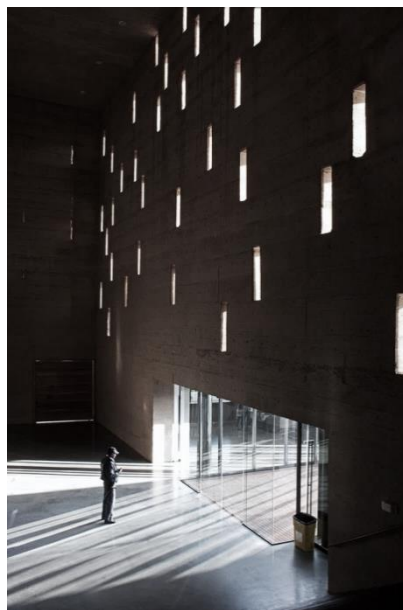
(as quatro fotografias)
Casa da Chamusca da Beira.
João Mendes Ribeiro.





(as seis fotografias)

Volubilis **Visitor**
Center. **Marrocos.**
Kilo Architectures.



(as quatro)

**Memory, Peace and
Reconciliation Center.**
Juan Pablo Ortiz
Arquitectos



(as quatro fotografias)

House. Mallorca, 1989.

John Pawson e Claudio Silvestrin.

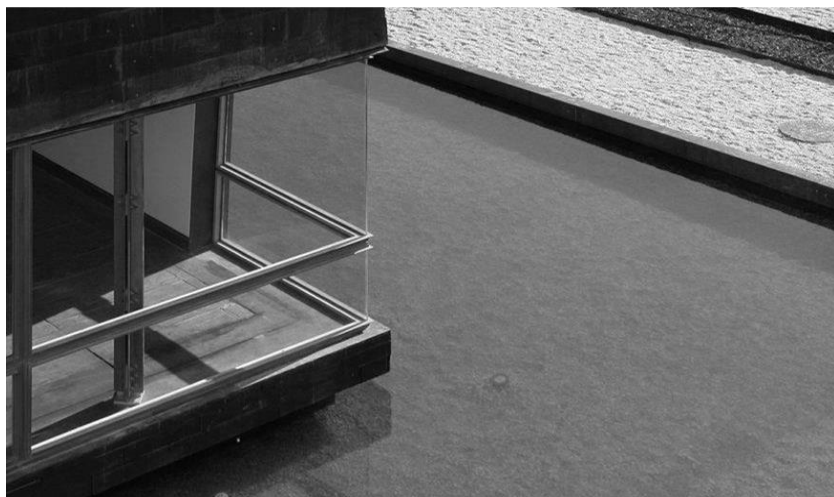
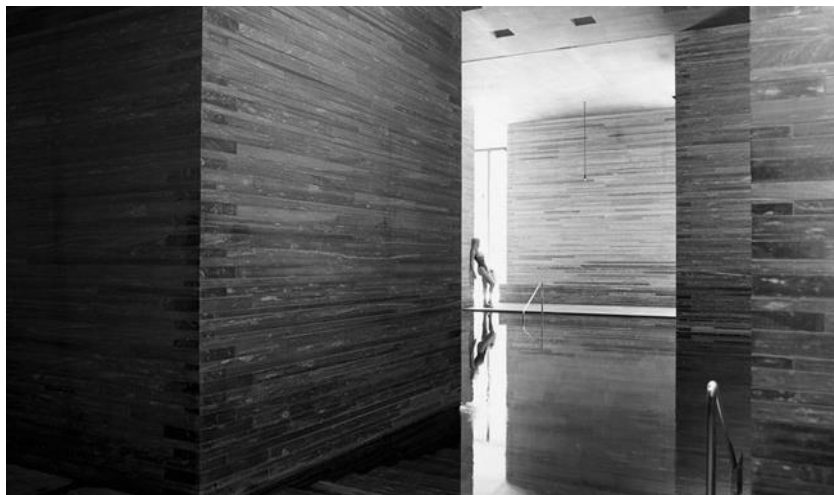


(em cima)

Salk Institute. San Diego.
Louis Kahn.

(em baixo)

Edifício sobre a Água. China.
Álvaro Siza Vieira.



(em cima)

The Terms Vals.
Peter Zumthor.

(ao meio)

**Museu Marítimo de
Ílhavo.**
ARX.

(em baixo)

Casa em Romeirão.
ARX.





(em cima)

Farnsworth house.
Mies Van der Rohe.

(ao meio)

Museu Dinamarquês.
BIG.

(em baixo)

**Hedmark Museum,
Hamar.**
Sverre Fehn.

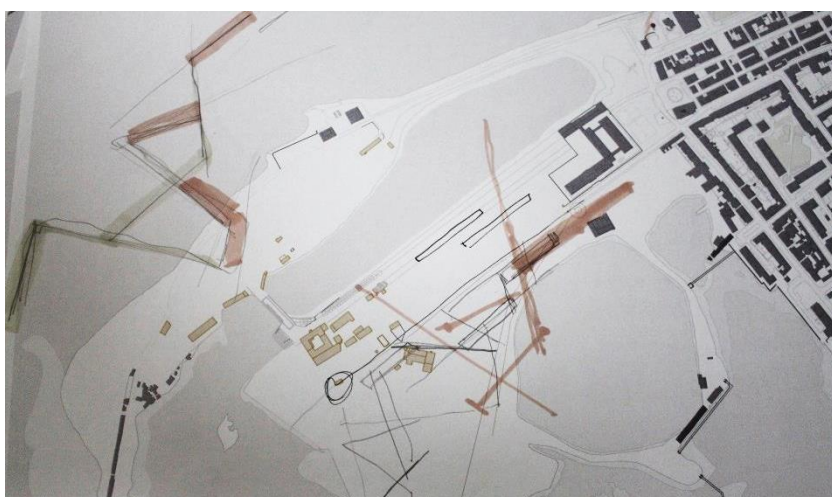


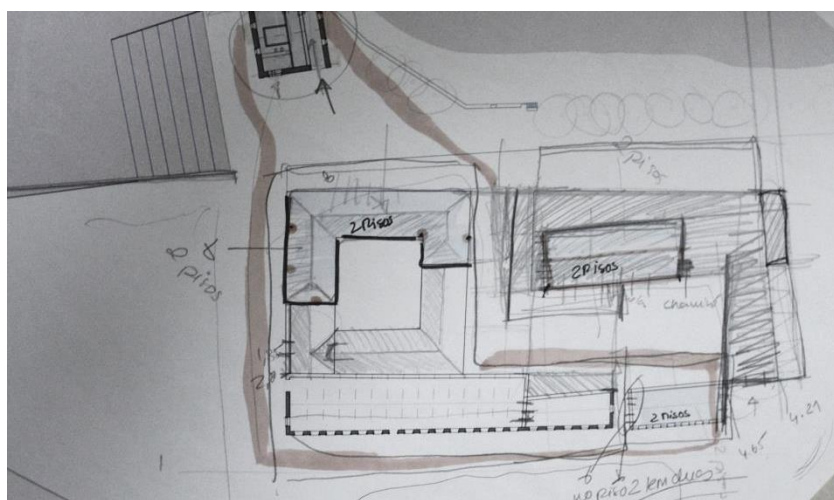
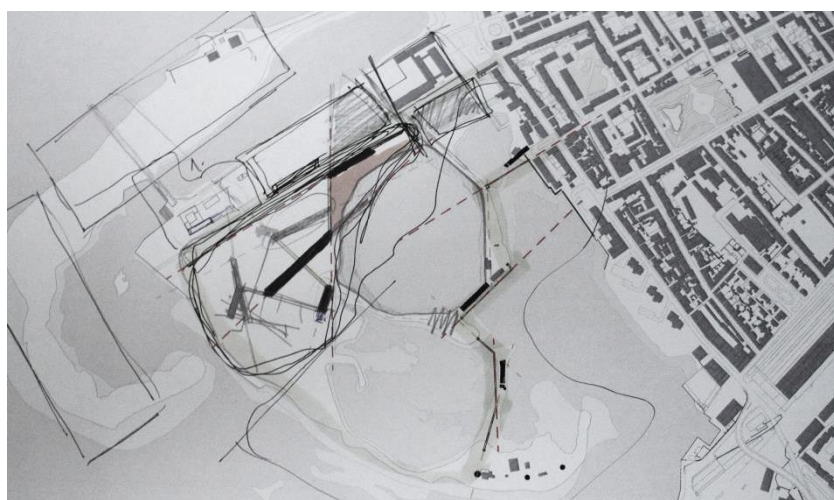
(as três fotografias)

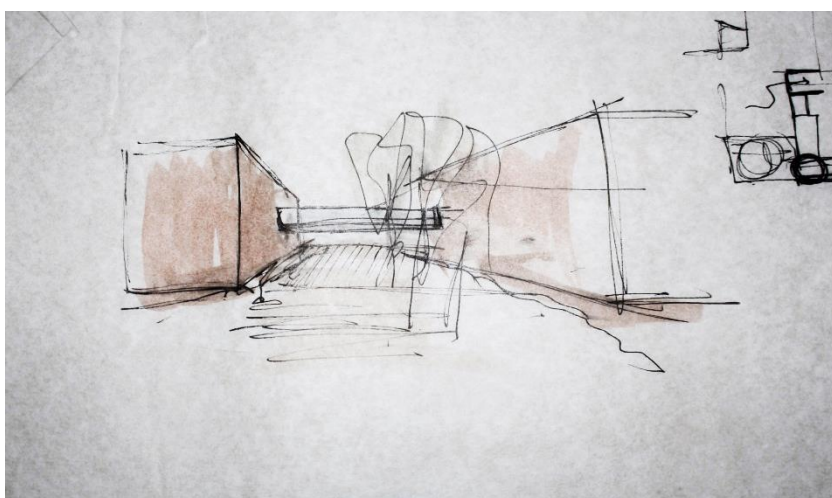
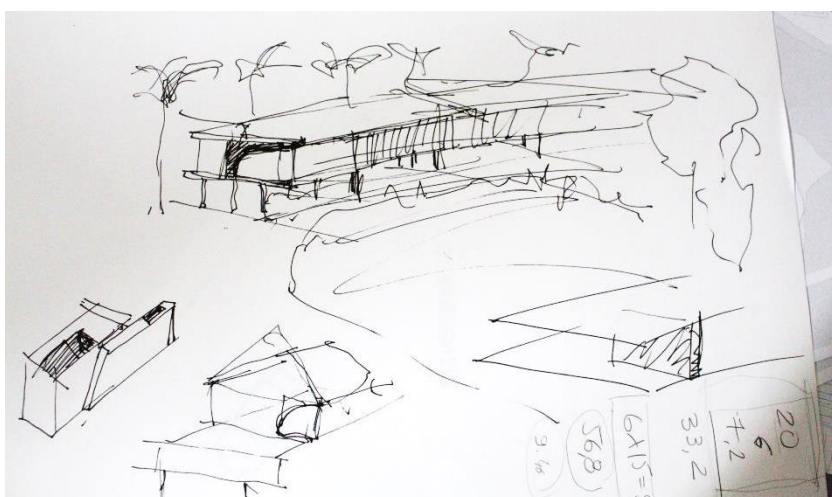
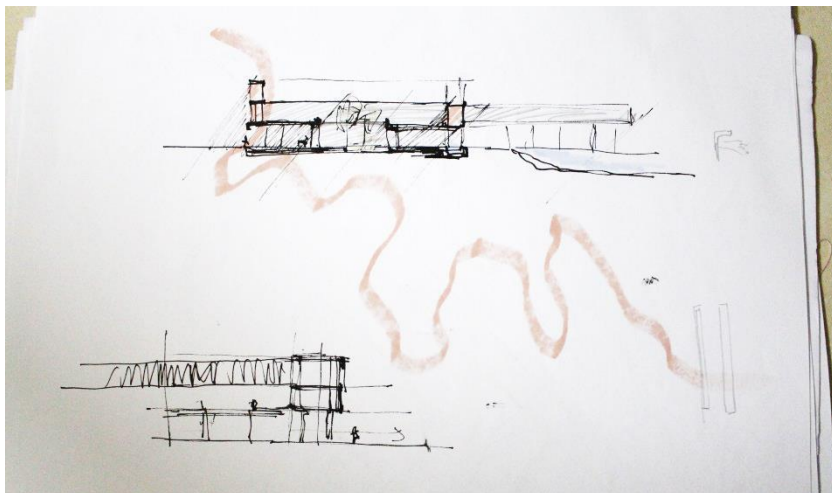
**Convento de Santa
Maria do Bouro.**
Eduardo Souto
Moura.

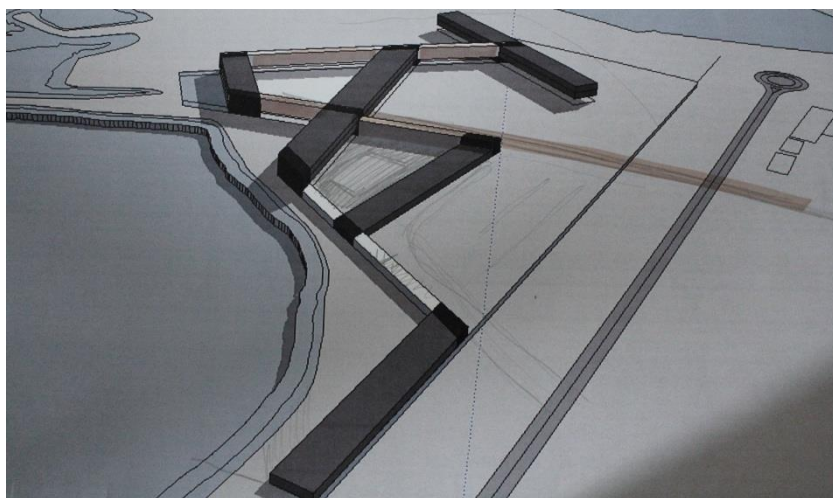
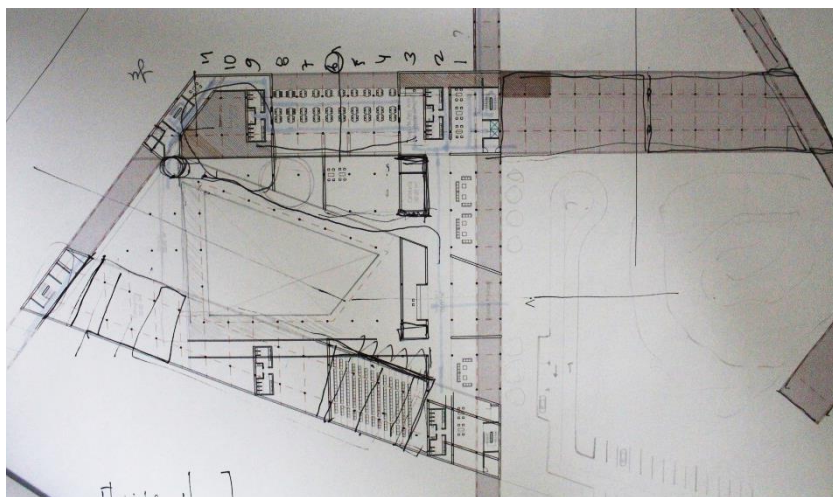
ANEXOS III [Processo de trabalho]

Esboços e desenhos









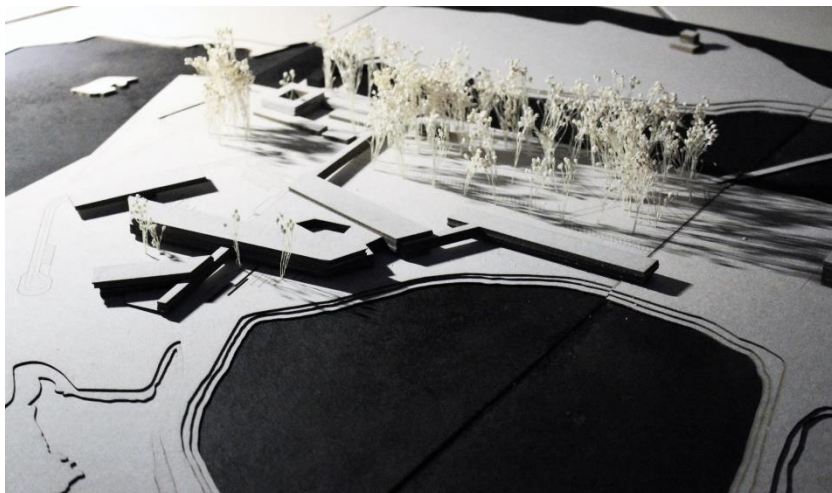
ANEXOS III [Processo de trabalho]

Maquetes de Estudo

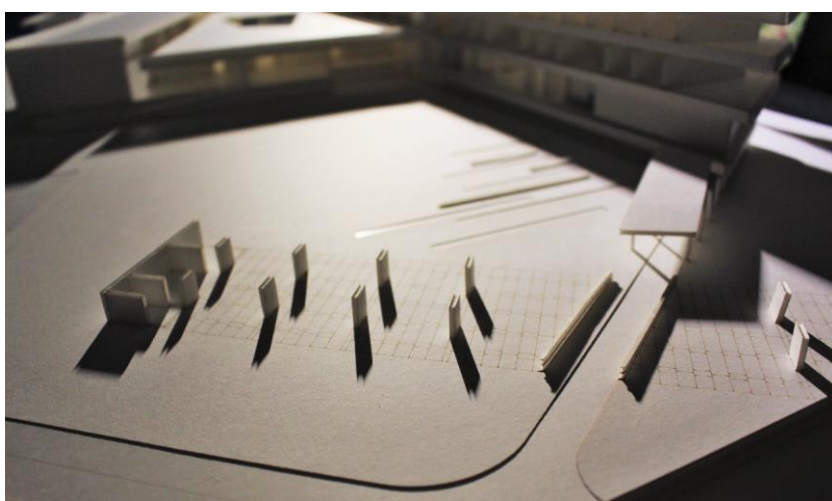
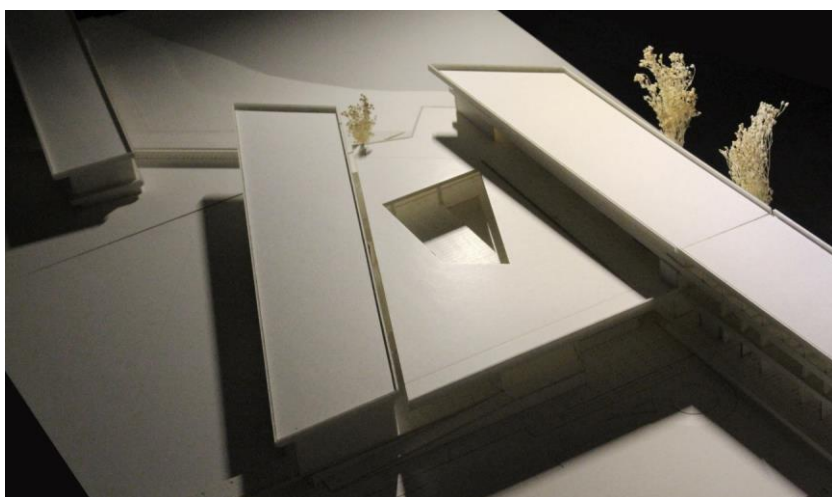
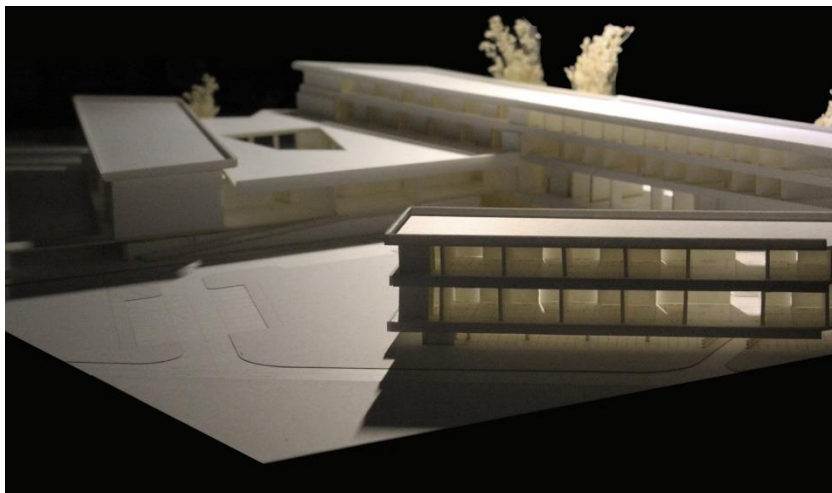


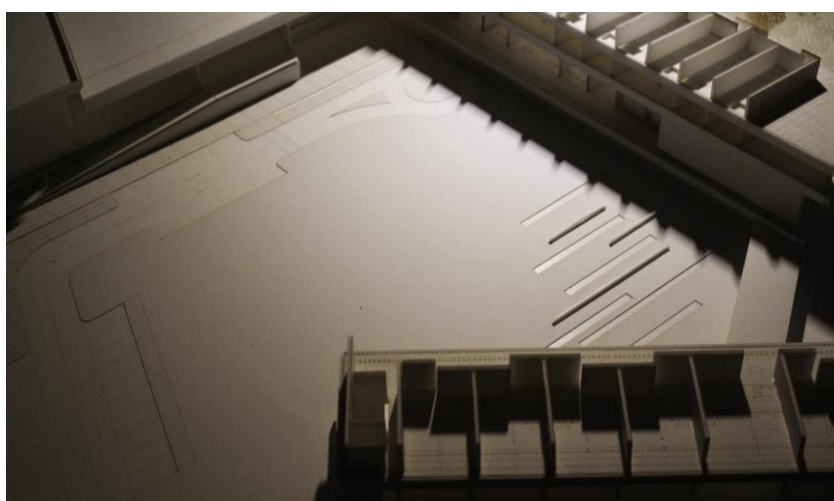
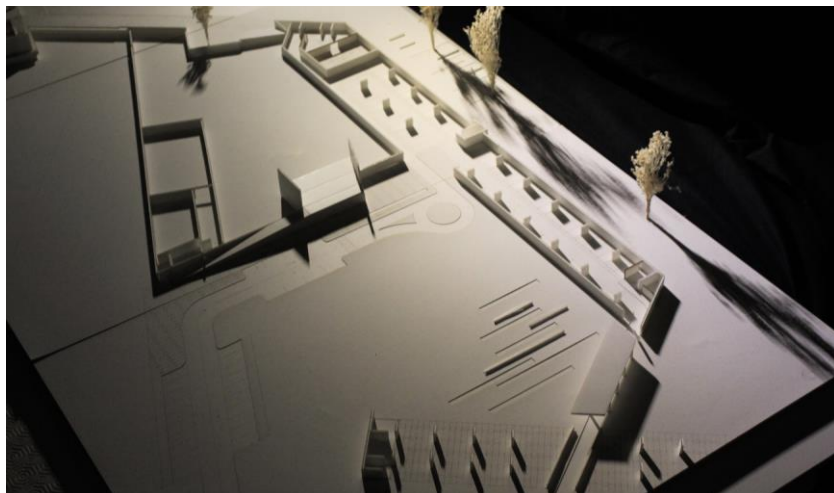


ANEXOS IV [Peças Finais]
Maquetes do Projeto Final de Mestrado









ANEXOS IV [Peças Finais]

Apresentação gráfica do Projeto Final de Mestrado

